

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 30 • Junho/Agosto de 2003 • Nº 97 • Preço: R\$ 10,00

Notas para um Debate Democrático
sobre o "Plano Plurianual 2004-2007"

José Luis Fiori

As grandes questões do trabalho no
Brasil e a economia solidária

Paul Singer

Transição, revolução social socialista
e a economia solidária

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Segurança Alimentar e nutricional: novas
políticas para antigos problemas

Maria Emília L. Pacheco

O trabalho no olho da rua: fronteiras da
economia popular e da economia informal

Lia Tiriba

Economia Solidária: incubando uma
outra sociedade

Armando de Melo Lisboa

Economia solidária e o cooperativismo
popular: da gênese aos desafios atuais

Benedito Anselmo Martins de Oliveira

Entre o Amargo da Zona Canavieira e a
Harmonia da Usina Catende

Lenivaldo Marques da Silva Lima

Das Alternativas de Sobrevivência à
Economia Solidária: a trajetória da
Cáritas Brasileira

Ademar de A. Bertucci

Roberto M. Alves da Silva

Programa de Economia Solidária da Rede
Interuniversitária de Estudos e Pesquisas
sobre o Trabalho - Unitrabalho

Coordenação Nacional Colegiada



Economia Solidária e Autogestão

Conselho Deliberativo

Presidente

Leilah Landim Assumpção

Vice Presidente

Márcia Pereira Leite

1ª Secretário

Revdo. Paulo Pena Schutz

2ª Secretário

Luis Carlos Delorme Prado

3º Secretário

Décio Lima de Castro

Suplentes:

Leila Linhares

Liszt Benjamin Vieira

Neide Esterci

Regina Leite Garcia

Virgínia Fontes

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

Alexandre Sgrecia * Ana Clara Torres

Ribeiro * Braulio Rodrigues da Silva *

Cândido Grzybovski * Ênio Candotti

* Fernanda Carísio * José Ricardo

Peret * José Sérgio Leite Lopes * Luiz

Eduardo Soares * Luiz Gonzaga Ulhoa

Tenório * Maria Lúcia Karam *

Marinete Valentim * Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho * Otilia Silva Leite

* Renato Maluf * Sérgio Góes de Paula

* Silvio Caccia Bava * Uri Gomes

Machado * Wanda Engel Aduan

Representantes dos Funcionários

Matheus Otterloo

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e

Programas

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos do Plano Trienal 2002-2004

Campos estratégicos de atuação

- Construção de um novo projeto de desenvolvimento
- O enfoque inovador da sustentabilidade
- O fortalecimento dos atores sociais e coletivos
- O fortalecimento institucional e o desenvolvimento organizacional

Objetivos gerais

- elaborar e difundir modelos replicáveis de desenvolvimento integrado e sustentável, a partir de experiências implementadas e projetos demonstrativos.
- implementar a agenda nacional da FASE, baseada no enfoque da luta contra as desigualdades, contribuindo para a consolidação de uma plataforma nacional de Direitos econômicos Sociais e Culturais.
- propiciar a efetivação de Direitos Econômicos Sociais e Culturais junto aos grupos beneficiários do trabalho da FASE através da intervenção dos seus programas nacionais e regionais.
- coordenar iniciativas de caráter nacional e regional, tais como campanhas encontros e articulações, que contribuam para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de seus fóruns e redes, na perspectiva da ampliação da participação da cidadania na gestão das políticas públicas e da democratização da sociedade brasileira
- elaborar e divulgar teses próprias, para o debate relançado pela ABONG junto à sociedade civil brasileira acerca do papel próprio das ONG's e do marco legal de regulamentação das organizações sem ter alcançado uma intervenção articulada em torno da ABONG, enquanto campo de organizações sociais comprometidas com a promoção da cidadania, da democracia e da justiça social;
- alcançar uma intervenção articulada em torno dos temas do desenvolvimento, das desigualdades sociais e da pobreza na América Latina, através da constituição de parcerias – em especial no campo da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção Social, ALOP;
- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira, já iniciado no quadriênio anterior, ampliando a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

Editorial 5

Notas para um Debate Democrático sobre o
"Plano Plurianual 2004-2007"

José Luis Fiori 6

As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária

Paul Singer 12

Transição, revolução social socialista e a economia solidária

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva 17

Segurança Alimentar e nutricional: novas
políticas para antigos problemas

Maria Emília L. Pacheco 28

O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia
popular e da economia informal

Lia Tiriba 38

Economia Solidária: incubando uma outra sociedade

Armando de Melo Lisboa 50

Economia solidária e o cooperativismo popular:
da gênese aos desafios atuais

Benedito Anselmo Martins de Oliveira 59

Entre o Amargo da Zona Canavieira e a
Harmonia da Usina Catende

Lenivaldo Marques da Silva Lima 70

Das Alternativas de Sobrevivência à Economia
Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira

Ademar de A. Bertucci e Roberto M. Alves da Silva 80

Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de
Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho

Coordenação Nacional Colegiada 90

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 2286-1441
Fax.: (021) 2286-1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 2286-1441
Fax.: (021) 2286-1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel. (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax.: (091) 241-5310

Projeto Gurupá

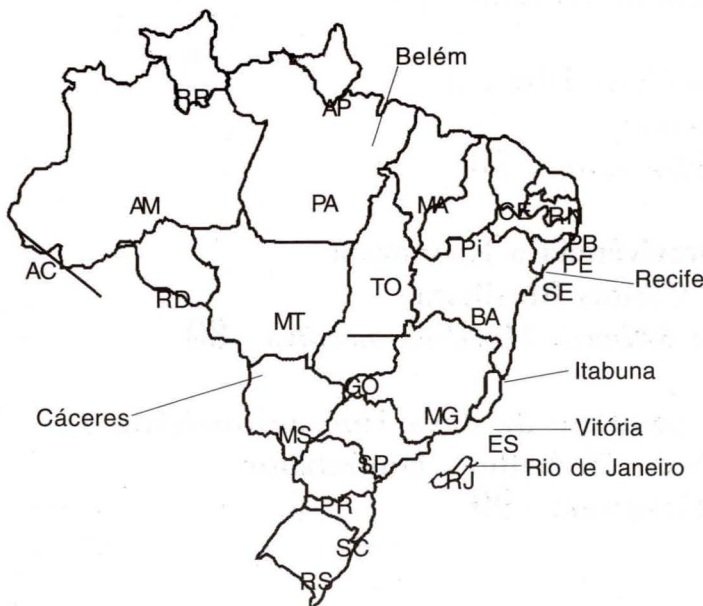
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel./Fax: (091) 242-6379

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9076

**Proposta**

Nº 97 – Junho/Agosto de 2003

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Editora Responsável

Sandra Mayrink Veiga

Organização do Nº 97

Sandra Mayrink Veiga e Cunha Bocayuva

Assistente de Publicações

Silvia Helena Brandão

Fotos

Sérgio Rossi/Setor de documentação
Harmonia

**Projeto gráfico/editoração
diagramação e capa**

Pedro Veiga

Ilustração

Marta Strauch

Ilustração da Capa

Candido Portinari, Paz/1955, desenho a grafite, crayon, sanguinea e lápis de cor/papel 51 X 36,5 cm. Campanha O Brasil Tem Fome de Direitos FASE/Projeto Portinari

Informações e Vendas

Setor de Publicações

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, 22270-070,
Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (021) 22861441/ Fax: (021) 22861209

E-mail sbrandao@fase.org.br

www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

Abrimos este número de **Proposta** com as *Notas para um debate democrático sobre o "Plano Plurianual 2004-2007"* de José Luís Fiori, justamente para que o leitor as tenha como pano de fundo ao ler os artigos sobre o tema deste trimestre que é o da Economia Solidária e Autogestão e, assim, tirar suas conclusões sobre o chão por onde o governo federal estará caminhando nos próximos anos e as consequências para as ações voltadas para a economia solidária quando estas se cruzarem com as do Estado.

Paul Singer levanta as grandes questões do trabalho no Brasil frente a economia solidária e nos pergunta se é possível reverter no futuro próximo a tendência à exclusão da maioria dos trabalhadores do emprego regular? O que precisaria ser feito para que essa reversão acontecesse? Como garantir direitos sociais aos trabalhadores 'irregulares', inclusive aos contratados por meio de cooperativas de trabalho e aos autônomos miseráveis? Como isso poderia ser feito? Em seguida Singer levanta pontos para reflexão e traça propostas para serem debatidas.

O artigo de Cunca Bocayuva, *Transição, revolução social socialista e a economia solidária*, dialoga com Paul Singer e aprofunda a especificidade da revolução social capitalista como condição necessária do processo de elaboração dos pressupostos teóricos da revolução social socialista e do papel da economia solidária e suas cooperativas dentro deste processo de transformação de baixo para cima e de radicalização da democracia.

Em *Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas*, Maria Emília Pacheco, discute e destaca algumas das propostas do grupo de trabalho sobre agricultura e meio ambiente da articulação Rede de Integração dos Povos – REBRIP e nos dá a dimensão da magnitude dos problemas que estão a exigir novas políticas para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros e brasileiras se realmente quisermos ter Fome Zero no Brasil.

O espaço da rua enquanto local de trabalho é tratado no artigo de Lia Tiriba, que aprofunda o conceito de economia popular e sua singularidade em relação à economia solidária, tendo como pano de fundo a pesquisa realizada em Angra dos Reis *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis*, de 2003.

De Santa Catarina, Armando Lisboa diz que a economia solidária alenta para uma outra economia, que diante das transformações contemporâneas destaca um *ethos* civilizatório superior ao do capital o que permite o reencontro com a nossa identidade latino-americana.

Benedito Martins de Oliveira da Universidade de São João del Rei faz uma gênese da economia solidária e o cooperativismo popular e coloca os desafios atuais para a construção de novas práticas para um processo alternativo de desenvolvimento brasileiro que seja sustentável e que garanta os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

Este número de **Proposta** trás ainda a experiência e trajetória de três atores importantes da economia solidária: em artigo de Lenivaldo Marques Lima ficamos conhecendo a luta dos trabalhadores da zona da mata de Pernambuco e o resgate que fizeram da Usina Catende através do Projeto Catende Harmonia que hoje é uma realidade bem sucedida de autogestão dos trabalhadores. Ademar Bertucci e Roberto Alves da Silva nos contam sobre a trajetória da atuação da Cáritas Brasileira (organismo sócio-pastoral ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e filiado à Cáritas Internacional), seu processo de avaliação interna e sua relação com a economia solidária. A Coordenação Nacional Colegiada da Unitrabalho expõe em seu artigo o Programa de Economia Solidária da Unitrabalho, seus princípios, público-alvo, metodologia de incubação e autogestão e as ações em desenvolvimento.

Notas para um Debate Democrático sobre o “Plano Plurianual 2004-2007”

*José Luis Fiori**



*Cientista político, autor de diversos livros e artigos, é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

“Construir uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o país da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social são objetivos que só serão alcançados com um crescimento firme e duradouro. Não se faz mudança deste porte sem planejamento.”

Plano Plurianual 2004-2007
Ministério de Planejamento, Orçamento
e Gestão

I – Orientação Estratégica: objetivos e prioridades

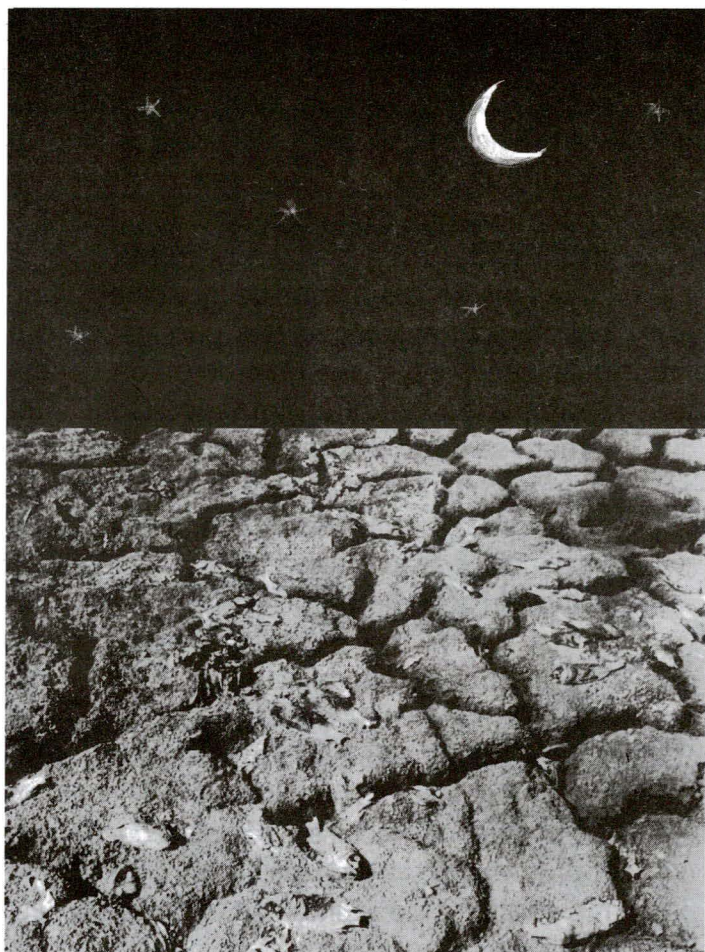
1. O ponto de partida do PPA é absolutamente correto e não deverá ser esquecido, em nenhum momento, nas discussões que se iniciam. Um projeto de mudança estrutural do Brasil e do seu modelo de desenvolvimento na última década, pressupõe uma mobilização nacional de forças e recursos. Uma mobilização impossível sem a ativa intervenção/coordenação estatal, orientada por um planejamento estratégico de longo prazo, que defina objetivos claros e hierarquizados, além de explicitar com detalhe os seus instrumentos e meios de financiamento.

2. Cabe ressaltar, entretanto, que o próprio documento formulado pelo Ministério do Planejamento reconhece suas limitações, ao sublinhar a distância entre seu objetivo imediato, que é sintetizar a “Orientação Estratégica do Governo”, e o que será o Plano Plurianual 2004-2007, a ser detalhado e orçado nos próximos meses, antes de ser enviado ao Congresso Nacional. Por isto, pede ao leitor que releve, transitoriamente, a ausência em seu texto de qualquer informação mais precisa sobre fontes de financiamento e instrumentos de incentivo, claramente discriminados e distribuídos por setores e regiões.

3. O não detalhamento de fontes e recursos, todavia, acaba prejudicando a própria definição das grandes diretrizes estratégicas. Por não se enfrentar com o problema dos limites reais da ação governamental e do investimento privado, o documento tampouco se enfrenta com a necessidade elementar de qualquer plano estratégico: a seleção das prioridades e a definição precisa dos instrumentos necessários à sua implementação. Com isto, tornam-se débeis os balizamentos, obliteram-se as escolhas mais difíceis e complexas, não se assume o problema das contradições reais de qualquer desenvolvimento econômico, e os planos de governo acabam tornando-se muito similares com o que, habitualmente, se chama de “programa eleitoral de governo”.

É o que acontece, por exemplo, quando define o seu objetivo central: crescimento ambientalmente sustentável do produto e do emprego, com inclusão social, redução das disparidades regionais, dinamização do mercado interno, aumento das exportações, aumento da renda dos trabalhadores, diminuição da vulnerabilidade externa, expansão da infra-estrutura etc. Todos estes aspectos têm como requisito a consolidação prévia da estabilidade monetária e do equilíbrio fiscal. Neste ponto, é necessário dizer que não se pode considerá-lo propriamente como um objetivo, nem tampouco uma forma de priorização de objetivos a serem alcançados. Trata-se muito mais de uma relação de princípios, valores e metas que são hoje absolutamente consensuais. Uma listagem que propõe tudo de forma simultânea, ou seja, nada que possa orientar estrategicamente um plano plurianual para os três próximos anos. Como metáfora se poderia falar que propõe o céu, mas não diz o que fazer enquanto se estiver na terra.

4. O mesmo pode-se dizer dos capítulos em que o documento discute políticas específicas, como é o caso das “políticas para



o setor externo” ou “industriais”, onde não há qualquer preocupação em se apontar uma só contradição entre as próprias políticas recomendadas, ou entre elas e as políticas fiscal e monetária do governo; ou ainda, entre essas políticas e as regras definidas, por exemplo, pela Organização Mundial do Comércio. Neste caso, já não se trata de uma lista de bons propósitos, mas de um elenco quase completo dos instrumentos clássicos de política industrial que se estuda em qualquer livro de iniciação acadêmica.

II – Política Macroeconômica Ortodoxia e Crescimento com Inclusão Social

5. Apesar do documento não enfrentar explicitamente o dilema das escolhas entre suas várias propostas e tampouco o problema

das contradições reais dos processos de desenvolvimento, não é impossível fazer uma espécie de análise preliminar de “consistência”, que antecipe algumas escolhas inevitáveis a serem feitas pelo futuro Plano Plurianual. Sobretudo porque algumas condições básicas já estão dadas, ou já foram definidas pelo próprio governo, em particular no campo da política macroeconômica, que já estabeleceu os parâmetros fiscais e monetários que vigorarão até 2007, a não ser que ocorra algum acidente de percurso.

6. Sob este aspecto, é interessante olhar para o que foi o desempenho das economias latino-americanas que se propuseram, nesta última década de 90, a experimentar um projeto nacional de crescimento sustentado, com base em políticas macroeconômicas ortodoxas, e com economias abertas e desreguladas. Nesta década, a média de crescimento de todo o continente ficou abaixo de 3%, quando havia sido de 5,5% anuais durante os 30 anos de “populismo econômico desenvolvimentista”. No caso brasileiro, estas cifras são ainda mais contrastantes porque a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7% e 8%, enquanto a taxa da chamada “década ortodoxa” esteve em torno de 3%. Menor portanto do que o crescimento da “década perdida” de 1980. Além disto, dezoito anos após o desencadeamento da crise da dívida externa de 1982, a região continua com índices de pobreza e indigência situados em vários pontos percentuais acima dos prevaletentes no início dos anos oitenta. No Brasil o emprego declinou, em média, 0,3% ao ano durante toda a década, chegando às cifras astronômicas atuais: algo em torno de 12% na média nacional, 20% nas grandes cidades, e, mais grave ainda, em torno de 30% na

média nacional da população mais jovem, com até 24 anos de idade.

Em síntese, em todos os países do continente os dados apontam na mesma direção: a política macroeconômica ortodoxa é rigorosamente incompatível com altas taxas de crescimento sustentável em países periféricos e no contexto de uma economia mundial desregulada financeiramente. Além disto, no longo prazo, a manutenção desta matriz macroeconômica produziu, invariavelmente, a concentração da renda e da riqueza.

7. Do ponto de vista estrutural as políticas ortodoxas, somadas às reformas liberais, criaram também prolongados períodos de desajustes dentro do sistema produtivo. A abertura comercial, somada à desnacionalização e à desmontagem de elos importantes da cadeia industrial, criou uma nova configuração produtiva altamente dependente das importações. Como consequência, aumentou a dependência das economias nacionais com relação à importação de bens de capital e de produtos de maior densidade tecnológica. Estreitou-se ainda mais o acesso da periferia ao conhecimento e às tecnologias de ponta, que em geral não acompanham os investimentos diretos estrangeiros, e que por isto contribuem muito pouco para a criação de uma capacidade endógena de progresso técnico.

8. Neste campo, a América Latina não serve como base de comparação porque é um continente pouco industrializado. Melhor será o exemplo da Espanha de Felipe Gonzalez, que manteve durante quatorze anos (1982-1996) o mesmo modelo ortodoxo com reformas liberais, tendo tido seu melhor desempenho econômico entre 1986 e 1990. Nesse período a Espanha recebeu dez bilhões de pesetas em investimentos externos, exatamente dez vezes mais do que no quinquênio anterior. Contudo, 30% desse total foi aplicado na compra de empresas locais; 58% em investimentos de carteira em ações, obrigações e dívida pública

em Bolsa e o restante foi destinado, basicamente, à compra de imóveis. São dados que indiscutivelmente refletem o caráter especulativo que assumiu e manteve uma boa parte desse fluxo de capitais. Esse processo revalorizou os ativos reais e financeiros, aumentou a riqueza pessoal de seus detentores e multiplicou o preço das habitações urbanas, mas pouco contribuiu para dinamizar as atividades produtivas geradoras de emprego e de crescimento sustentado. Aliás, nesse período foi o país europeu que, depois de Luxemburgo, menos gastou em formação de recursos humanos. Algo em torno de 0,08% do PIB, ao mesmo tempo que o investimento em P&D não ultrapassava a média de 0,68%, taxa mais alta apenas que a de Portugal. E o que dizer da "reestruturação industrial" espanhola? Ainda uma vez os números são contundentes e mostram que a Espanha deixou, naqueles anos, de ser uma economia industrial. Durante o período, e mais aceleradamente entre 1980/90, a participação industrial no PIB espanhol caiu de 32,9% para 24,2%, empregando apenas 27% da PEA, enquanto a participação dos serviços cresceu de 47% para 63%, empregando cerca de 60% daquela população. Segundo dados publicados pelo *The Economist*, em outubro de 1994, a Espanha foi o país da OCDE que mais vendeu empresas para estrangeiros no período entre 1989-1993, desnacionalizando rapidamente a sua economia. Essas mudanças teriam dado maior competitividade internacional à economia espanhola? Aparentemente não, pois segundo o *World Economic Forum*, a Espanha situa-se hoje entre as nações menos competitivas da OCDE.

III – A Política Macroeconômica Ortodoxa e a Questão Regional

9. As propostas do documento favoráveis a um desenvolvimento regional mais



homogêneo, também rebatem nas limitações da política econômica ortodoxa e do seu enquadramento internacional. A abertura e desregulamentação das economias nacionais acabou submetendo os “países em desenvolvimento”, ou “mercados emergentes”, a um novo tipo de concorrência sem fronteiras entre estados e governos dispostos a “sensibilizar” ou seduzir os investidores, sobretudo internacionais. Para obter sucesso nessa competição, os governos tentam aumentar cada vez mais as vantagens relativas de seus territórios, reduzindo seus níveis salariais, eliminando as regulamentações dos seus mercados de trabalho e reduzindo suas cargas fiscais.

10. Esta novidade torna-se ainda mais perversa quando a competição que se desenvolve entre países começa a ocorrer também entre regiões, estados e municípios de um mesmo território nacional, jogando-os uns contra os outros e todos contra os seus governos centrais, que os estrangulam com suas políticas monetárias. Neste contexto, fica quase

impossível falar de solidariedade federativa, ou de convergência e homogeneização coordenada dos desenvolvimentos regionais de um mesmo país.

11. Este problema adquire contornos mais graves nos países que combinam essa nova situação com uma herança de maior desigualdade na distribuição da riqueza e da renda entre as suas várias regiões. Este é o caso brasileiro, onde os fundos públicos e as políticas compensatórias do governo central sempre cumpriram um papel decisivo na costura da unidade nacional. Por isto, a manutenção de uma política macroeconômica ortodoxa, com baixo crescimento econômico e arrocho fiscal e monetário, pode acabar afetando de maneira decisiva a capacidade do estado brasileiro de cumprir a função de promotor ativo da unidade territorial. Mais difícil ainda fica a implementação, neste contexto, de um projeto que se proponha mudar o padrão assimétrico do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

IV – A Política Macroeconômica Ortodoxa e a Questão Democrática

12. Em 1993, o economista John Williamson, que cunhou a expressão Consenso de Washington, publicou um artigo extremamente instrutivo e premunitório. Chamava-se “*A Democracia e o Washington Consensus*”. Neste trabalho ele defendia a tese de que a sobrevivência dos regimes democráticos nos países submetidos à terapia ortodoxo-liberal, supunha que os seus principais atores sociais e políticos chegassem a um acordo prévio ou anterior ao próprio exercício da democracia. Uma espécie de armistício macroeconômico, em que todos reconhecessem a existência de uma, e apenas uma, política econômica científica e eficaz. Como consequência deste acordo, a discussão da política econômica seria eliminada das competições eleitorais e dos debates democráticos. De tal forma que ficasse assegurado aos investidores que a alternância no poder jamais tocaria nos fundamentos da política econômica, e, portanto, jamais tocando nos seus interesses. Neste ponto situa-se o sempre lembrado problema da *credibilidade*, um verdadeiro “pesadelo de Sísifo” que se auto-impõem os governos que adotam as políticas ortodoxas, convictos de que os mercados internacionais se movem de acordo com suas pequenas “mesquinhas” fiscais ou previdenciárias. Entretanto, o problema mais grave do ponto de vista democrático, é que exatamente neste ponto é que se esconde o autoritarismo implícito na tese de John Williamson.

13. A experiência demonstra que as políticas deflacionistas se perenizam independentemente da *credibilidade* de que possam gozar as autoridades nacionais. E com ela um quadro crônico de restrições fiscais e monetárias, acompanhado de baixo crescimento, como já vimos. Fatores que, em conjunto, atingem e debilitam todas as políticas públicas. Por isto, uma vez posto na ‘camisa de

força’ das políticas ortodoxas, nenhum governo consegue enfrentar as raízes de seus problemas sociais, limitando-se apenas aos seus aspectos mais visíveis ou chocantes. Como estas políticas, entretanto, vão acompanhadas pelo aumento exponencial do desemprego e da miséria, ou da *polarização social*, só se pode ficar pessimista e prever-se uma crescente *crise de legitimidade democrática*, a não ser que se promova ativamente a *apatia cidadã*.

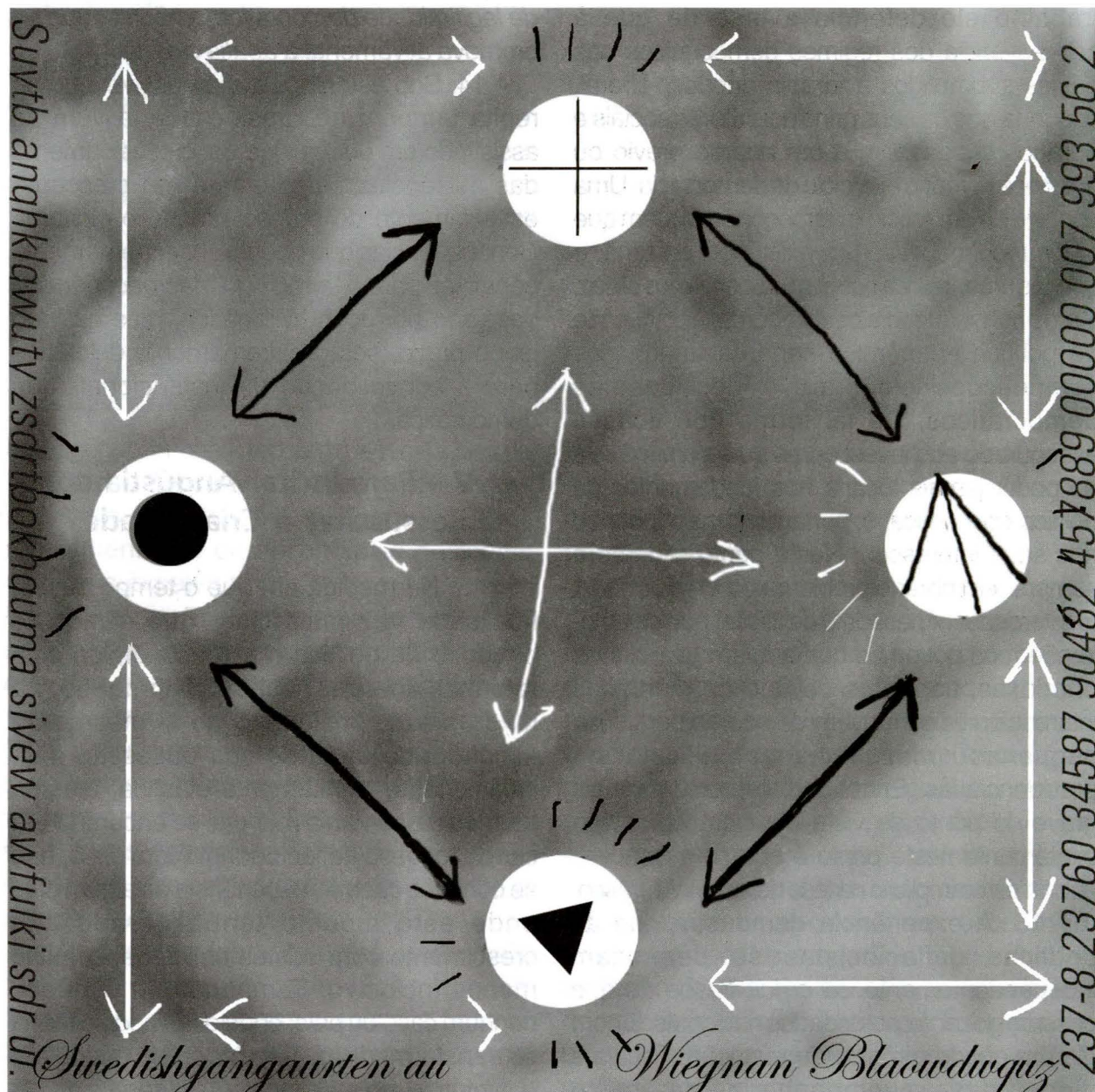
14. Sob este aspecto, é possível que se repita também no Brasil o que já vem se assistindo em outros lugares: o esvaziamento das militâncias partidárias e um crescente esvaziamento do próprio processo eleitoral. Consequências que podem ser extremamente benéficas para o ‘*armistício macroeconômico*’ desejado por John Williamson, mas que, no longo prazo, serão extremamente deletérias para a consolidação da institucionalidade democrática.

V – Para Incitar Angústia e Ressuscitar a Criatividade

15. Na medida em que o tempo passa, fica cada vez mais claro que o modelo ortodoxo de política macroeconômica com reformas liberais, acaba por tornar-se, no longo prazo, prisioneiro de si mesmo ao esconder-se atrás de sua obsessão anti-inflacionária, infinitamente elástica, mesmo quando a economia mundial se encontrar em claro processo deflacionário. Além disto, não se conhece caso ou experiência de algum país onde este modelo tenha gerado alto crescimento com sustentabilidade, e muito menos inclusivo. Tampouco se conhece nenhum caso ou país, onde este modelo tenha se transformado, por um processo endógeno e evolutivo, no seu oposto. Isto seria sinal de que o Brasil se encontra prisioneiro de um círculo-quadrado? Não, não existe tal coisa na história política e econômica das nações.

As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária

Paul Singer*



* Prof. aposentado de economia da USP, coordenador acadêmico da incubadora de cooperativas populares da USP, autor de inúmeros livros, dentre os quais *Introdução a Economia Solidária*, Ed. Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

293 O sistema sócio-econômico brasileiro se compõe, desde sempre, de diferentes modos de produção, que convivem e competem entre si. Um destes modos de produção é o capitalista, que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção e pelo assalariamento, ou seja, pela compra da capacidade de trabalho dos sem propriedade pelos empresários que possuem meios de produção. A divisão do mundo do trabalho entre empregadores e empregados e a finalidade do lucro máximo são as características marcantes do capitalismo, que o distinguem dos outros modos de produção.

Outro modo de produção é a produção simples ou pequena produção de mercadorias, que se compõe de empreendimentos familiares e individuais independentes e que competem entre si e com empreendimentos capitalistas e de outros modos de produção. A pequena produção de mercadorias obtém uma receita, pela venda de sua produção, em que não se distinguem a remuneração do trabalho e do capital empregados. Por isso, ela não visa lucro, que remunera os donos do capital e guarda proporcionalidade com o valor do capital empregado na produção. Boa parte dos empreendimentos é formada por microempresas, operadas exclusivamente pelo seu proprietário.

Um modo de produção distinto é a produção sem fins de lucro por assalariados de estabelecimentos públicos ou privados, tais como escolas, hospitais, organizações policiais ou de segurança, meios de comunicação como TV e rádio 'educativos' etc. São estabelecimentos dos vários níveis de governo ou de entidades religiosas, filantrópicas etc.

Outro modo distinto de produção é formado por trabalhadores associados, que possuem em comum o capital que utilizam. Este modo de produção é a *economia soli-*

dária e é formado sobretudo por cooperativas que deveriam ser *autogestionárias*. Mas, nem sempre são. Algumas, por exemplo, são administradas por profissionais assalariados, que 'mandam' nos trabalhadores que os empregam. Em tese, estes gestores podem ser destituídos e substituídos por decisão dos cooperadores, mas na prática isso raramente ocorre pois eles monopolizam toda a competência administrativa acumulada ao longo da vida do empreendimento. Empresas solidárias são geridas pelos próprios trabalhadores, cada um participando nas decisões com um voto.

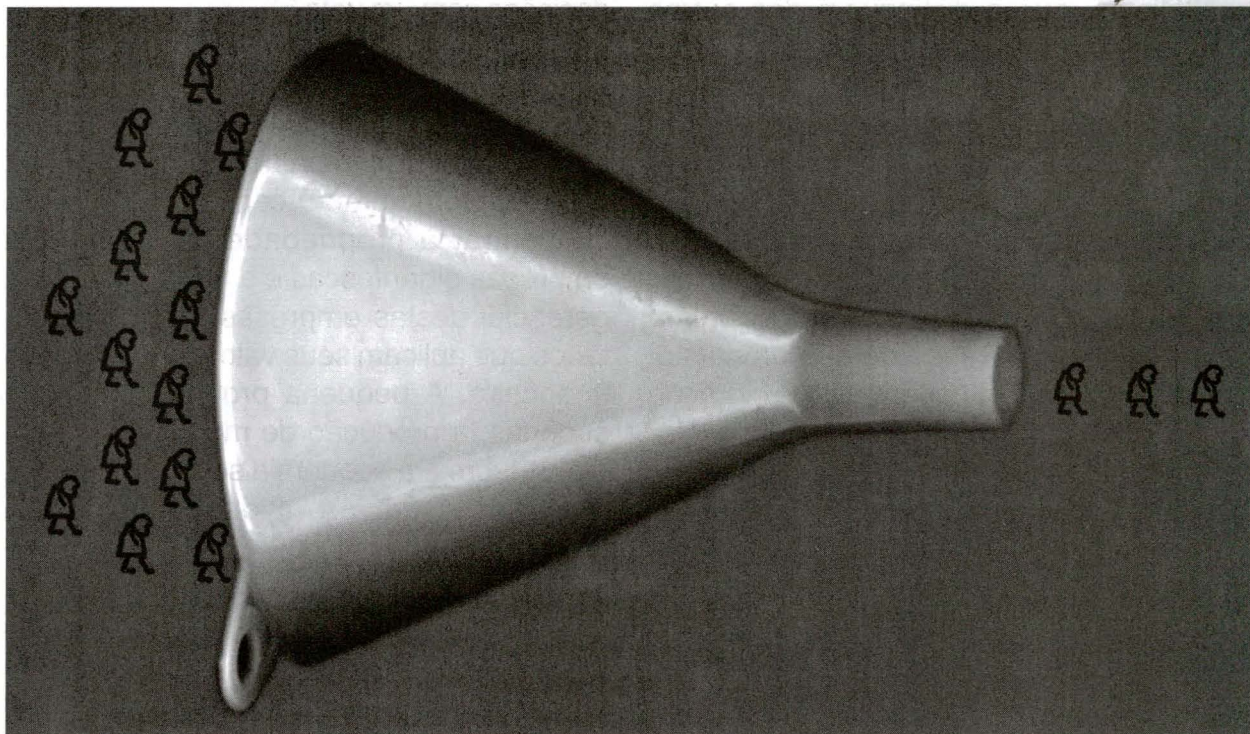
O que estes modos de produção têm em comum é que todos geram trabalho e renda para os seus participantes. O que os diferencia é a divisão de trabalho e a repartição da renda que adotam. O capitalismo tende a concentrar a propriedade do capital em empresas gigantescas e a renda na cúpula gerencial destas empresas e nos proprietários que aplicam seus valores no mercado financeiro. A pequena produção de mercadorias, a produção de mercadorias sem fim de lucro e a economia solidária tendem, por razões óbvias, a desconcentrar a propriedade e a renda.

O capitalismo domina a maior parte da economia, mas está longe de empregar a maior parte dos trabalhadores. Entre 1940, data da promulgação da CLT, e 1988, data da promulgação da atual Constituição Brasileira, os trabalhadores assalariados conquistaram uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, negados aos trabalhadores autônomos, de empreendimentos familiares e os que vivem em condições precárias de trabalhos ocasionais, temporários, contratados à margem de todos os regulamentos do assalariamento. Sempre que a economia crescia, uma parte dos trabalhadores marginalizados conseguia se transformar em assalariados regulares.

Com o crescimento intenso da economia brasileira, entre 1932 e 1980, este contingente foi aumentando até atingir cerca de 50% da força de trabalho ocupada.

As duas últimas décadas do século XX foram perdidas em termos de crescimento econômico e a *tendência de gradativa inclusão dos trabalhadores se inverteu*: o desemprego tornou-se de massa, a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou por causa disso e as empresas capitalistas, expostas à competição de produtos importados de países com

22 anos. Entre 1991 e 2002, em 6 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, a participação dos assalariados regulares no total de ocupados caiu de 62,7% para 54,1% (incluindo 9% de empregados estatutários do setor público)¹. Nas cidades médias e pequenas estas percentagens devem ser menores. Dados do DIEESE mostram que na Grande São Paulo, a proporção de trabalhadores em empresas com 'contratação flexibilizada' era de 20,9% em 1989, passando a 33,1% em 1999.² Estes dados não dão conta do grande número de



escassos direitos sociais, passaram a substituir empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais. As empresas que procediam assim conseguiam reduzir seu gasto com mão-de-obra, o que aumentava sua competitividade; outras empresas, para não serem excluídas do mercado, acabaram fazendo o mesmo.

Este processo vem se desenrolando quase ininterruptamente durante os últimos

trabalhadores excluídos do emprego capitalista que ganham a vida mercadejando algo pelas ruas, catando lixo ou se entregando a atividades ilegais.

Estes dados meramente ilustram um retrocesso na conquista dos direitos sociais

¹ IPEA, *Mercado de Trabalho 21*, fevereiro de 2003.

² DIEESE, *A situação do trabalho no Brasil*, São Paulo, 2001, Tabela 11 à p. 64

pelos trabalhadores, que à primeira vista parece irreversível. Os jovens que entram no mercado do trabalho viveram toda sua vida numa conjuntura em que a obtenção dum emprego regular se torna cada vez mais um privilégio. A gravidade da crise social assim produzida impõe as seguintes perguntas: é possível reverter no futuro próximo a tendência à exclusão da maioria dos trabalhadores do emprego regular? O que precisaria ser feito para que essa reversão acontecesse? É possível garantir direitos sociais aos trabalhadores 'irregulares', inclusive aos contratados por meio de cooperativas de trabalho e aos autônomos miseráveis? Como isso poderia ser feito?

Não temos a pretensão de exaurir as possibilidades de respostas a essas interrogações neste curto artigo, mas, sim, de abrir o diálogo sobre as possíveis alternativas de soluções.

Quanto à primeira pergunta, a resposta parece ser negativa por diversos motivos, dos quais o primeiro é

a constatação de que a exclusão do emprego regular é a tendência em praticamente todos os países capitalistas integrados ao mercado globalizado. Para que o Brasil pudesse escapar desta tendência seria preciso erguer muros de proteção contra importações da China, Vietnã e outros países, cujos custos de mão-de-obra são muito menores por causa do reduzido nível

de salário e ainda menor de direitos sociais. A volta ao protecionismo é concebível mas implicaria no rompimento pelo Brasil de compromissos assumidos na Organização Mundial do Comércio, o que poderia acarretar certo isolamento comercial em represália. Mas, esta hipótese parece pouco realista, inclusive porque contradiz frontalmente a postura de nosso governo, francamente favorável ao livre comércio entre as nações.



A outra resposta à primeira pergunta é a dos empresários, que em geral exigem a redução ou flexibilização dos direitos sociais. A lógica desta exigência é que se para os empregadores o custo do emprego regular fosse igual ou apenas pouco maior do que o da contratação 'flexibilizada', uma maior proporção deles se disporia a contratar regularmente seus trabalhadores. Obviamente, esta solução generalizaria a perda de direitos sociais a todos os trabalhadores ocupados. A regularização do emprego só

seria vantajosa aos empregadores, que não correriam mais o risco de serem condenados pela justiça do trabalho por assalariamento disfarçado de trabalhadores.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o desejável seria o contrário, isto é, o encarecimento para o empregador da contratação 'flexibilizada' mediante a conquista de direitos sociais pelos

irregulares. Assim, por exemplo, poder-se-ia impor aos contratantes de serviços 'avulsos' de trabalhadores autônomos, associados em cooperativas ou em pequenas firmas a observância do salário mínimo, a formação dum FGTS e a contribuição ao INSS de 20% sobre o valor pago pelos contratantes. Como estratégia geral de negociação política com empregados e empregadores, poder-se-ia propor alguma redução dos direitos sociais dos empregados ainda regulares em troca da concessão de alguns direitos sociais aos irregulares.

Esta estratégia exige a formalização do contrato 'flexibilizado' de trabalho, o que só se tornará possível quando o desemprego for reduzido substancialmente abaixo do que está agora. Nesta eventualidade, a quantidade de trabalhadores disposta a aceitar trabalho em quaisquer condições cairia muito, tornando possível organizá-los coletivamente em sindicatos ou cooperativas. O nosso governo está comprometido com a criação de milhões de postos de trabalho – assalariados com e sem fins de lucro, autônomos e associados – o que torna a perspectiva de queda do desemprego realista.

Convém esclarecer que a redução do desemprego não requer a criação dum grande número de empregos regulares, por mais que isso possa parecer desejável. Face aos estrangulamentos da globalização comercial, é indispensável pensar em estratégias de redução do desemprego mediante a expansão do trabalho assalariado no setor público e filantrópico e do trabalho por conta própria em pequenas empresas e cooperativas de produção. Para esta estratégia, a contribuição da economia solidária pode ser significativa: 1º pequenas e microempresas se viabilizam quando formam cooperativas de compras e vendas e cooperativas de crédito, para baixar custos de comercialização e financeiros; 2º cooperativas de produção, formadas em

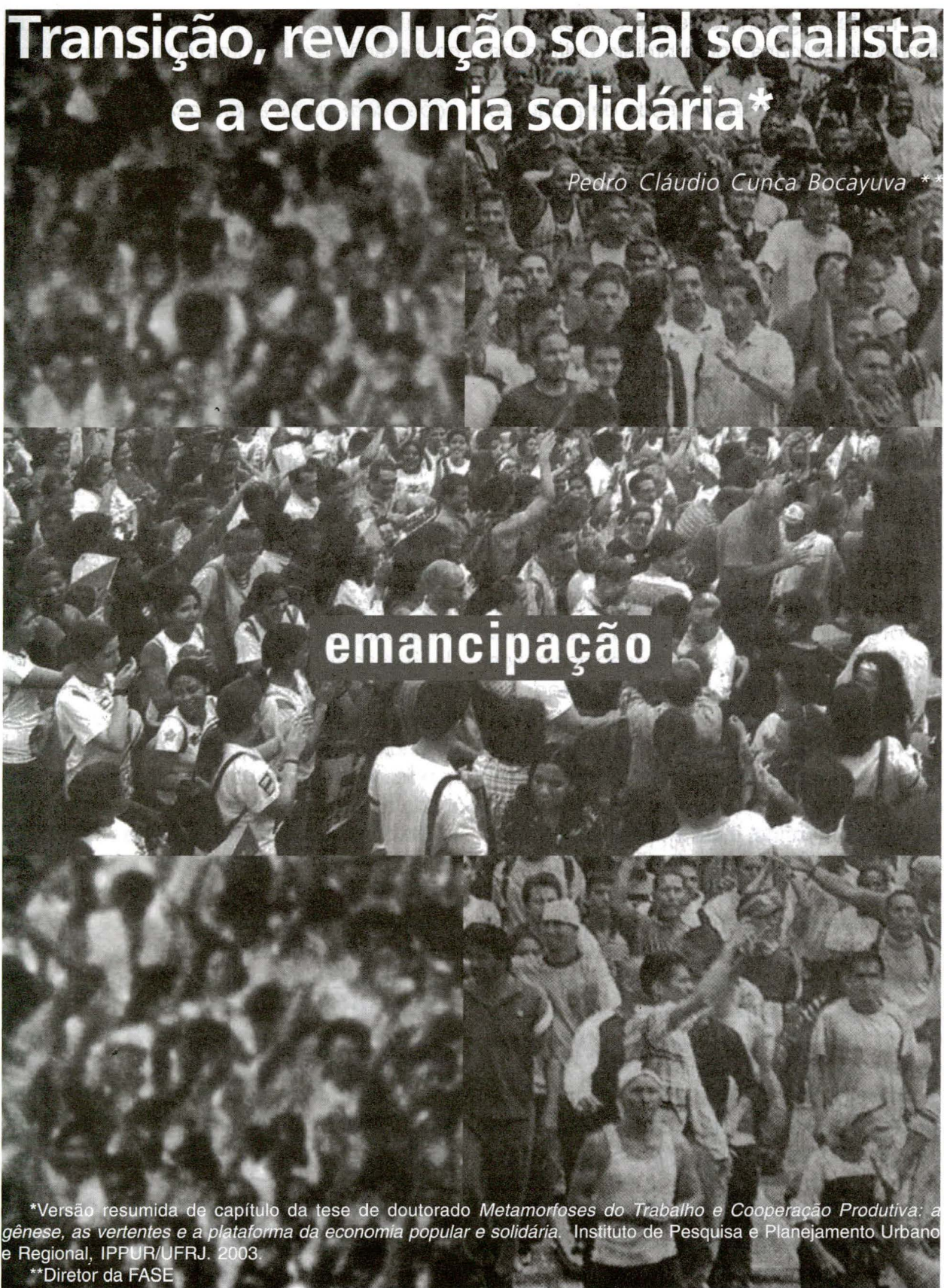
assentamentos de reforma agrária ou através da reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados tornados cooperadores, criam e preservam muitos milhares de postos de trabalho; 3º poder-se-ia fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas um certo número de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido.

A estratégia de reforma trabalhista e sindical deveria visar antes de tudo eliminar o desequilíbrio nas relações entre patrões e empregados mediante a redução do desemprego. Em segundo lugar, deveria reconhecer que duas décadas perdidas para o crescimento multiplicaram os trabalhadores irregulares, autônomos e em cooperativas. O peso social e político mudou por causa disso a favor dos que trabalham em modos de produção alternativos ao capitalismo. Mas, não há antagonismo insuperável entre os trabalhadores em diferentes modos de produção. Os pequenos produtores de mercadorias assim como os cooperadores só teriam a ganhar se os empregados regulares pudessem reconquistar seus salários reais, há anos em queda, e preservar seus direitos sociais. Primeiro porque teriam maior demanda por seus produtos e, segundo, porque aumentaria o seu poder de barganha nos contratos de trabalho 'avulso'.



Transição, revolução social socialista e a economia solidária*

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva **



emancipação

*Versão resumida de capítulo da tese de doutorado *Metamorfoses do Trabalho e Cooperação Produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ. 2003.

**Diretor da FASE

Neste artigo analisaremos a questão da economia solidária como projeto político de atualização da construção socialista apoiada na emergência de um novo modo de produção cooperativo e autogestionário. Tal concepção deriva diretamente dos filões do socialismo utópico, da experiência operária no contexto de formação do capitalismo e da recuperação das críticas sistemáticas de Proudhon e Marx ao sistema industrial e ao modo de produção capitalista. As antecipações e transições prático-coletivas das classes trabalhadoras nos séculos XIX e XX apontam para a possibilidade de uma mudança histórica e civilizatória de longo curso que deve, necessariamente, atravessar o século XXI sob o manto dos caminhos da produção não-capitalista.¹

Uma das manifestações concretas deste projeto na atualidade reside no *constructo* político da economia solidária enquanto conjunto de experimentos práticos de organização coletiva, baseados na autonomia, controle e apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora. Experimentos estes que atualmente vêm ocorrendo nas iniciativas cooperativas e autogestionárias em curso no Brasil e em outros países².

Neste sentido, Paul Singer, economista de sólida formação socialista, tem sido uma das principais referências para o projeto prático de mudança paradigmática para o tratamento da crise das relações de trabalho na sociedade capitalista, em especial na brasileira³. A perspectiva de Singer vincula os problemas e as práticas atuais das organizações e movimentos sociais autônomos dos trabalhadores ao balanço e à recuperação crítica da trajetória teórica da construção do socialismo⁴. Sua reflexão sobre a economia solidária sugere novos caminhos de estratégia socialista ao resgatar temáticas que foram suprimidas dos debates oficiais. A identificação de novos atores e

processos baseados na centralidade da cooperação e autonomia do trabalho define a economia solidária como: *um conjunto de ações com vistas à formação de modos de produção associativos para um projeto estratégico anticapitalista e de desenvolvimento humano sustentável, que ocorre no contexto do próprio modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que rompe com seus limites.*

O fracasso do chamado "socialismo real" abriu um espaço para trabalharmos a hipótese de que o socialismo se desenvolverá como conflito interno no período histórico de hegemonia do modo capitalista de produção. O estudo histórico e a reflexão sobre a transição dos modos de produção pré-capitalistas para o modo de produção capitalista já apontavam, na obra dos pensadores socialistas, para a afirmação da hipótese que articula as transformações históricas com a mudança estrutural nas formas de produção, fundamento do chamado materialismo histórico. O elemento central no processo de transição nos marcos da economia solidária é a necessidade de autonomia da classe trabalhadora, enquanto condição necessária para a criação de um novo modo de produção que emancipe do jugo do capital o poder coletivo do trabalho socializado.

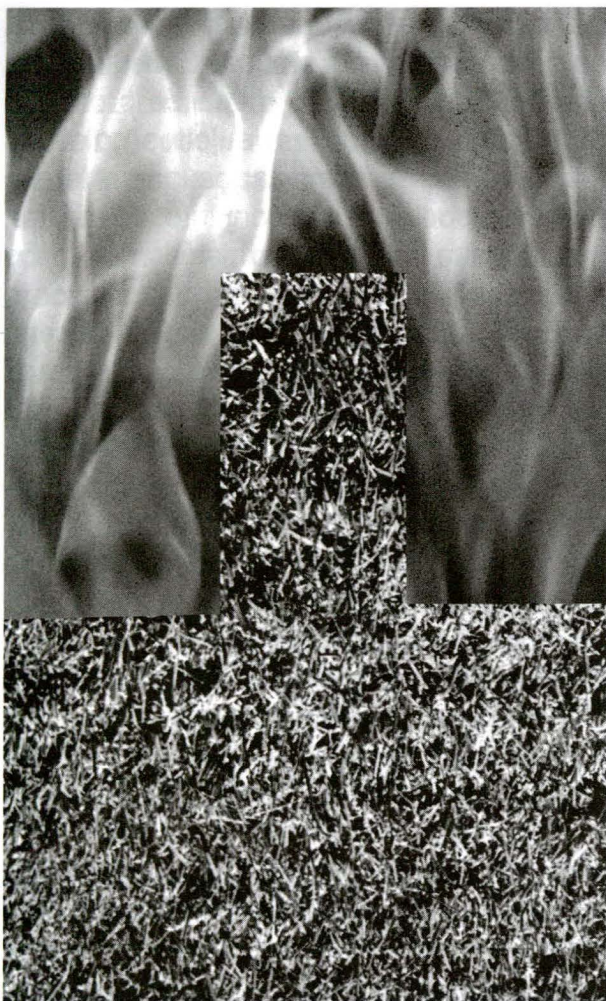
Para Paul Sweezy, ao repensarmos a transição do capitalismo ao socialismo, precisamos levar em conta que o desenvolvimento de modos de produção socialistas em

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

² SOUZA, André Ricardo. *Um instantâneo da economia solidária no Brasil* in SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (org). **A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p.7.

³ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

⁴ SINGER, Paul e MACHADO, João. *Economia socialista*. 2ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.



formações sociais capitalistas já vem ocorrendo há mais de dois séculos⁵. Essa perspectiva de longo curso histórico é retomada como fio condutor no resgate do projeto socialista realizado na obra de Paul Singer, *Uma Utopia Militante*⁶. Somente o controle efetivo dos meios sociais de produção pelos trabalhadores, através de uma apropriação efetiva, de uma habilitação e vontade cultural que garanta o domínio da base sócio-produtiva, pode romper com as relações sociais e técnicas de produção e as forças produtivas sociais dominadas pelo capital. A emancipação econômico-social se coloca, assim, no centro da práxis coletiva da classe trabalhadora como condição necessária e primeira da revolução social. O que redefine o lugar da esfera jurídico-

política no projeto de emancipação do trabalho, abrindo um vasto campo de pesquisa e ação, de resgate histórico dos esforços de ruptura ligadas ao processo de organização do trabalho e da produção.

Mas como realizar este movimento – no pensamento e na ação –, que evita a separação da dominação entre esfera econômica e esfera social na sua relação com as formas da vida política, sem cair numa nova separação entre o projeto econômico-social e o terreno das relações de poder do Estado? Como afirmar a centralidade necessária da autonomia da classe trabalhadora no controle direto sobre as condições e meios de produção e reprodução social da riqueza sem dar conta do sistema de relações de força e da análise política das situações? Como colocar a questão da organização econômica da classe e da sua organização política no interior de um novo projeto socialista, superando o estalinismo, sem cair nos erros de um recuo para um novo tipo de economicismo de base utópica e/ou anarquista?

Para Paul Singer, a resposta é a renovação do projeto socialista. Esta renovação deve apontar para um deslocamento da perspectiva revolucionária, de baixo para cima, na direção de uma “verdadeira revolução cultural”, na qual se afirma o protagonismo do trabalho coletivo como centro do processo de socialização com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores. A superação do capitalismo se dá pelo processo de transformação da força de trabalho social do capital em sujeito coletivo do trabalho.

Mudança conceitual

O esforço de reler os sentidos da revolução, partindo do foco na emancipação

⁵ SWEEZY, Paul M. *A sociedade pós-revolucionária*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

⁶ SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

econômico-social dos de baixo na divisão social do trabalho, sugere uma abordagem conceitual fundada na experiência histórica das revoluções. A expressão corrente define quase sempre a revolução como o ato de tomada violenta do poder, com a queda de um regime político através da insurreição popular e a emergência de um novo grupo dominante. Portanto, estamos diante de uma definição que valoriza a ruptura com um determinado sistema de relações de força e poder. Para Singer,

“é curioso que as acepções de revolução política e social estejam associadas ao emprego da violência. Nenhuma delas cobre a noção de revolução social como transformação sistêmica das estruturas econômicas, sociais e supra-estruturais – política, jurídica, cultural – de um país ou de vários”.⁷

A relação entre a hegemonia econômico-social do capitalismo e os processos políticos da revolução burguesa, no passado, demonstra a importância de identificarmos a especificidade da **revolução social capitalista** como condição necessária do processo de elaboração dos pressupostos teóricos da **revolução social socialista**. Os ritmos e contradições do processo de formação das relações de produção e forças produtivas do sistema mercantil capitalista não seguem nenhuma sequência lógica evolutiva em que a base material e sócio-espacial da revolução industrial implique numa forma política típica de revolução. As defasagens, a pluralidade e a diversidade das sequências e processos políticos e econômico-sociais reafirmam o destaque para a noção de revolução social, cujo alcance é bem maior do que aquele que se traduz na expressão revolução industrial. O conceito de revolução social ganha sentido prático e serve como ferramenta de análise para dar conta do caráter diferenciado de um

projeto que lance bases para uma nova estrutura social e histórica. Esta só pode emergir com um novo modo de produção que esteja apoiado em sujeitos coletivos dispostos a uma mudança que afete o processo social no seu conjunto, da mesma maneira que o capitalismo histórico se impôs atravessando os diferentes dispositivos e tempos históricos dos atores sociais na cena política. Cabe voltar aos bastidores e aos alicerces da vida social sem perder de vista o protagonismo dos sujeitos sociais que definem o capitalismo histórico como campo de ensaio para um novo sistema.

A análise de Marx do movimento estrutural de formação e predomínio do modo de produção capitalista se dá na perspectiva da longa duração, o que contrasta com as disputas, processos conjunturais e situações políticas revolucionárias e contra-revolucionárias que foram objeto de sua análise política. Para Singer cabe resgatar essa visão que demonstra que a velocidade de mudança na superestrutura política sofre os condicionamentos da infra-estrutura. As antecipações e ritmos das revoluções políticas servem como ensaio histórico sobre as novas possibilidades que se abririam em caso de aceleração das mudanças nas relações e forças sociais produtivas. Longe de uma escritura economicista, esta abordagem é diretamente social, porque se inscreve na práxis dos sujeitos sociais enquanto movimento anticapitalista em luta no terreno da produção e da reprodução social. De acordo com essa teoria temos de considerar a revolução social como uma transformação supra-estrutural condicionada pelas exigências do sistema das forças produtivas.

A revolução social socialista parte dos pontos de antagonismo e resistência ao sistema capitalista pela transformação da su-

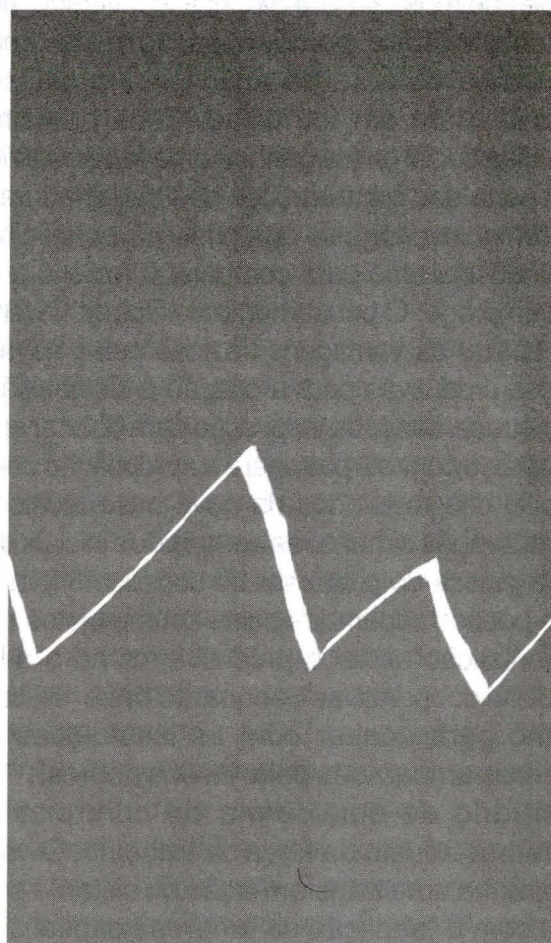
⁷ *Utopia Militante*, 1998, p.17.

pra e da infra-estrutura através dos sindicatos, das cooperativas, da previdência social e da conquista do sufrágio universal. Nesse sentido, a revolução socialista se inscreve nas tensões e conflitos que se desenrolam no interior do capitalismo, e é conduzida pelo movimento operário e seus aliados em oposição ao processo de acumulação capitalista de forma parcial ou geral. O fracasso histórico da revolução política proletária e socialista pelo alto (o socialismo real ou capitalismo burocrático de Estado) fundamenta o esforço de resgate da noção de revolução social e da diferenciação entre as formas capitalista e a socialista. Os fenômenos políticos que aceleram e atravessam esses processos são fundamentais, quando observados sem que se perca de vista a dinâmica estrutural da transformação nos modos de produção.

O paradigma cooperativista

A revolução social socialista é uma definição lapidada por Paul Singer para produzir uma síntese e resgate desse processo sob a ótica da economia solidária. A teoria marxista da transição do modo de produção e da revolução é utilizada para pensarmos a forma atual de construção dos elementos de transição no modo de produção desencadeados na luta anticapitalista. Desta maneira, a teoria da transição socialista pela via da economia solidária visa potencializar a reflexão e a prática para uma ruptura sustentada de longo prazo que assuma a feição de uma revolução diretamente social para um modo de produção baseado na cooperação e autogestão do trabalho vivo associado⁸.

Esta concepção deita raízes na compreensão da própria formação histórica do capitalismo e das lutas anti-capitalistas. Entre 1780 e 1880 a luta dos trabalhadores em relação ao processo da revolução social capitalista se manifestava, segundo Paul Singer, através de três modalidades cruzadas



conduzidas pelo setor qualificado da classe: 1. como oposição direta ao industrialismo e ao maquinismo; 2. como movimento cultural e ideológico permeado pelos ideais da revolução francesa, e 3. pelo desenvolvimento de formas de organização autônomas de caráter anti-capitalista como o sindicalismo e o cooperativismo. O movimento contra o maquinismo realizado pelos “ludditas” e as manifestações insurrecionais, quase sempre de âmbito local, foram comuns durante as primeiras décadas do século XIX. Nos anos vinte deste século começou a se desenhar um corte na direção da ação coletiva e da constituição de movimentos organizativos com

⁸ NEGRI, Antonio. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ações de massa. Para Singer a “conversão” ao owenismo foi o primeiro passo para uma mudança de eixo de ação para a classe trabalhadora em formação. Essa primeira doutrina social crítica ganhou uma forte adesão por parte das organizações dos trabalhadores ao tentar inverter e se apropriar dos benefícios do industrialismo para combater a miséria e o desemprego. O pensamento de Robert Owen, ao aceitar as vantagens trazidas pelas novas forças produtivas para a criação e distribuição da riqueza, serviu de inspiração para colocar em questão o controle patronal e a apropriação pelo capital dos resultados da nova base técnico-produtiva. As dimensões filantrópicas iniciais da obra prática do precursor do socialismo foram aos poucos superadas pelos seus projetos de organização social e produtiva, como o das “aldeias cooperativas”, enquanto base de um plano para acabar com as instituições e práticas amparadas pela “lei dos pobres”. Ao contrário de uma forma de controlar e baratear o custo da força de trabalho, Owen propunha uma transformação do sistema social com a “abolição da empresa capitalista voltada ao lucro”.

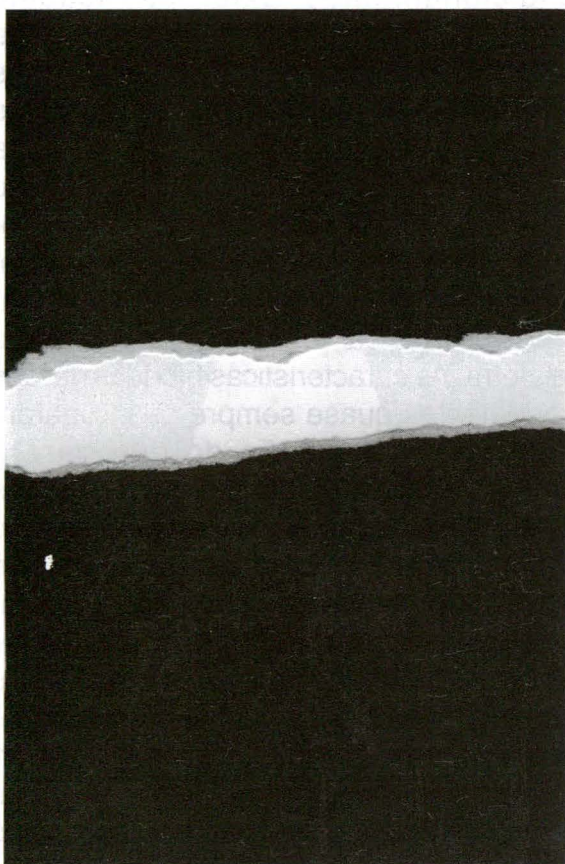
A definição do comunismo como sociedade onde ocorreria o processo de socialização da riqueza através de formas de autogoverno dos produtores, da abolição da propriedade privada e da substituição da moeda por um bônus de trabalho, se manifestou pela primeira vez no quadro histórico de formação da classe trabalhadora na Inglaterra entre 1820 e 1840⁹. O comunismo é definido como o “oposto simétrico” do capitalismo. O fundamento ético-político do socialismo e do comunismo se sustenta na perspectiva da superioridade moral da estratégia de coletivização da riqueza, dos meios de produzi-la e de distribuí-la.

Paralelamente ao enunciado destas questões, a luta pela regulamentação do trabalho, particularmente pela redução da

jornada e contra o trabalho infantil, procura colocar um limite para a exploração absoluta no contexto da revolução industrial. A questão da ação no plano econômico levou os trabalhadores a se organizar para evitar suas crescentes divisões no mercado de trabalho. Os trabalhadores não-qualificados, principalmente mulheres e crianças, estavam numa situação bastante desfavorável para a formação de associações. Por isso, as *trade unions* nasceram da organização dos trabalhadores dos ofícios. Segundo Singer, uma *trade union* era uma associação de clubes, em geral do mesmo ofício, referida a um conjunto de cidades com a abrangência de uma região, ou de várias e até mesmo do país. As atividades cooperativas e mutualistas ocorreram em via paralela ao contexto geral de lutas salariais e políticas. Os trabalhadores beneficiados pela situação e tradições dos ofícios estavam interessados em romper com as limitações do ambiente comercial para os bens básicos. Iniciou-se a formação das cooperativas de comercialização, de consumo e, na sua esteira, de produção. O apoio mútuo em caso de doença ou de morte, assim como, para o esforço de dar conta do problema dos custos alimentares, impulsionou um conjunto de práticas cooperativas entre os tecelões. A construção de padarias e moinhos teve um papel destacado nos primeiros esforços do cooperativismo impulsionado pelos *trade clubs*. Os trabalhadores impressores impulsionaram jornais sob a forma de cooperativas, ao mesmo tempo em que difundiam o cooperativismo dentro do espírito owenista mais abrangente, através da idéia de aldeias e mesmo da proposta de um projeto social de conjunto.

A noção de associativismo e sindicalismo nasce, assim, integrada com as práticas cooperativistas, de resistência e de proteção coletiva, desenvolvidas ao lado de

⁹ *Utopia militante*, 1998, p.73.



iniciativas sócio-produtivas. O sindicalismo e o owenismo, como já vimos, se cruzam entre 1826 e 1835, numa perspectiva ampliada, haja vista a geração de mais de 250 sociedades cooperativas em vários setores industriais. As ações grevistas acabavam por gerar impulsos de cooperação até mesmo em competição com os segmentos industriais nos quais se realizavam as greves. As cooperativas operárias nascidas nas lutas entre 1820 e 1830 se distinguiam dos esforços de associativismo comunitário das classes médias, pois estes buscavam organizar armazéns operando preferencialmente no espaço do consumo. As cooperativas de consumo serviam muitas vezes para a distribuição de produtos das cooperativas operárias. A constituição de procedimentos de troca com a criação de uma bolsa baseada na idéia de bônus do

trabalho ampliou as práticas compreendidas no *labour exchange*, que se davam com base em esforços de *equitable labour*. A construção de formas de equivalência encontra barreiras derivadas das fraquezas para a formação do fundo de capital próprio dos trabalhadores e do caráter incipiente da rede de trocas. As demissões durante as lutas e a ação contra o associativismo debilitavam ainda mais os esforços do cooperativismo operário¹⁰.

Após a derrota da estratégia dupla, de sindicalismo e de cooperativismo dentro de uma perspectiva mais ampla de projeto social, conduzida pelos trabalhadores owenistas, a questão das saídas econômicas autônomas seria recolocada em 1844, com a experiência matricial de Rochdale. Nessa cidade industrial próxima a Manchester, um conjunto de 27 tecelões e 1 tecelã lançou um empreendimento cujo impacto foi decisivo para fundação da chamada "economia social". Trata-se da formação da *Society of Equitable Pioneers*, que definiu os princípios básicos do cooperativismo¹¹. Desta vez, com um recorte econômico da natureza do empreendimento, combinando uma definição de propriedade com uma definição de controle e decisão, o que dotou a cooperativa de um conteúdo organizacional específico. Se por um lado, a adaptação do cooperativismo ao novo quadro situacional restringia seu alcance político, por outro, o princípio orientador da metodologia e as referências institucionais e organizativas servirão de base permanente ao longo da história do capitalismo e da ação de classe dos trabalhadores. Os objetivos da Sociedade dos Pioneiros estavam ligados ao consumo, construção de moradias e geração de atividades manufatureiras que ocupassem os sócios desempregados. O apoio para a aquisição de terras e a

construção de um “hotel de temperança” completavam as atividades da Sociedade. Os Pioneiros mantinham os ideais que animaram o socialismo owenistas e as lutas dos trabalhadores nas duas décadas anteriores: o cooperativismo de produção e de consumo como um caminho para o autogoverno e a autonomia do trabalho.

A grande marca dos Pioneiros para a história do cooperativismo e da economia social foi a definição de oito regras ou princípios, que ainda hoje perduram nas diferentes plataformas e noções que informam as práticas atuais da economia solidária. Estes princípios são organicamente articulados e indivisíveis:

1. A regra democrática de que cada sócio tem direito a um voto, independentemente da quantidade de capital que tenha investido;

2. A cooperativa é aberta para todos que queiram se associar desde que integrem uma quota mínima de capital que é igual em valor para todos;

3. A regra da limitação da remuneração do capital investido, de maneira a que o excedente fosse repartido segundo outros critérios;

4. A regra da distribuição de parte do excedente entre os sócios conforme sua participação no valor total de compras;

5. O princípio da venda à vista para evitar a falência nos períodos de crise;

6. O princípio da venda de produtos de qualidade;

7. A regra da educação dos associados dentro dos princípios do cooperativismo;

8. O princípio da neutralidade política e religiosa da sociedade.

O resgate atual da lógica microeconômica da organização e do marco jurídico do cooperativismo desencadeia um *renascimento do cooperativismo* que mantém a referência aos princípios da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Os

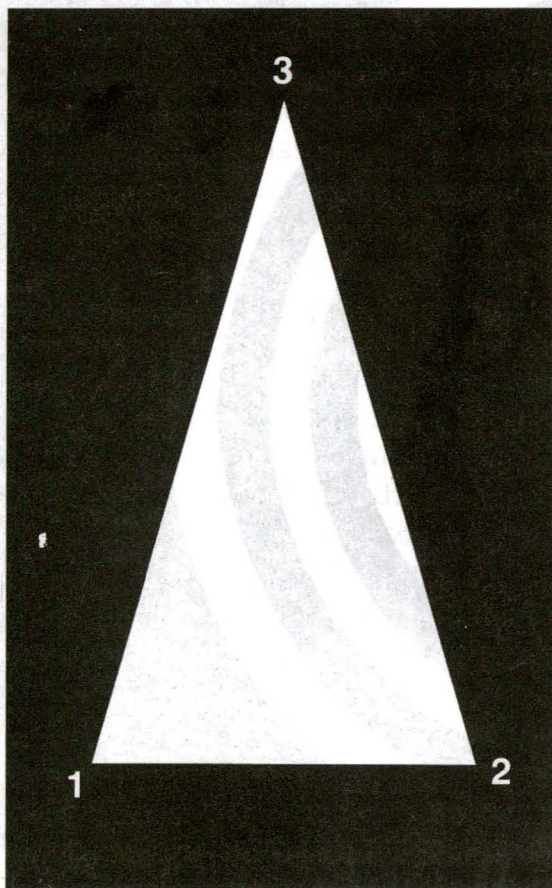
condicionamentos externos acabam produzindo impulsos contraditórios que ora acentuam as exigências e hibridismos dos mecanismos de mercado ora abrem novos espaços de atuação no âmbito produtivo, na comercialização direta e no acesso ao crédito. Os chamados “bancos do povo” marcaram época na Alemanha e na Itália, assim como o associativismo e o mutualismo na França e o cooperativismo na Inglaterra. As características híbridas desses experimentos quase sempre os inclinaram mais para a cogestão do que para a autogestão. As vantagens e êxitos práticos dos intentos cooperativos e associativos se manifestaram nessa tendência, que combinava colaboração em rede e articulações horizontais com os mecanismos de gestão eficiente. Os sistemas de respostas para as dificuldades de pequenos produtores da cidade e do campo, através da comercialização e do crédito, assim como os esforços de autodefesa e autonomia dos trabalhadores artesanais e industriais, frutificaram como estratégias de conflito e competição no interior do sistema de mercado em expansão.

As 3 dimensões da revolução social socialista

Para Paul Singer o balanço da movimentação anti-capitalista no quadro da revolução social capitalista na Grã-Bretanha serve de referência para um reposicionamento estratégico da classe trabalhadora na atualidade. Estas lições estão na formulação de um projeto alternativo de sociedade baseado na “aldeia cooperativa”, na necessidade da luta pela democracia política e na criação de organizações de

¹⁰ *Utopia militante*, 1998, p.97.

¹¹ RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A e FASE, 2000.



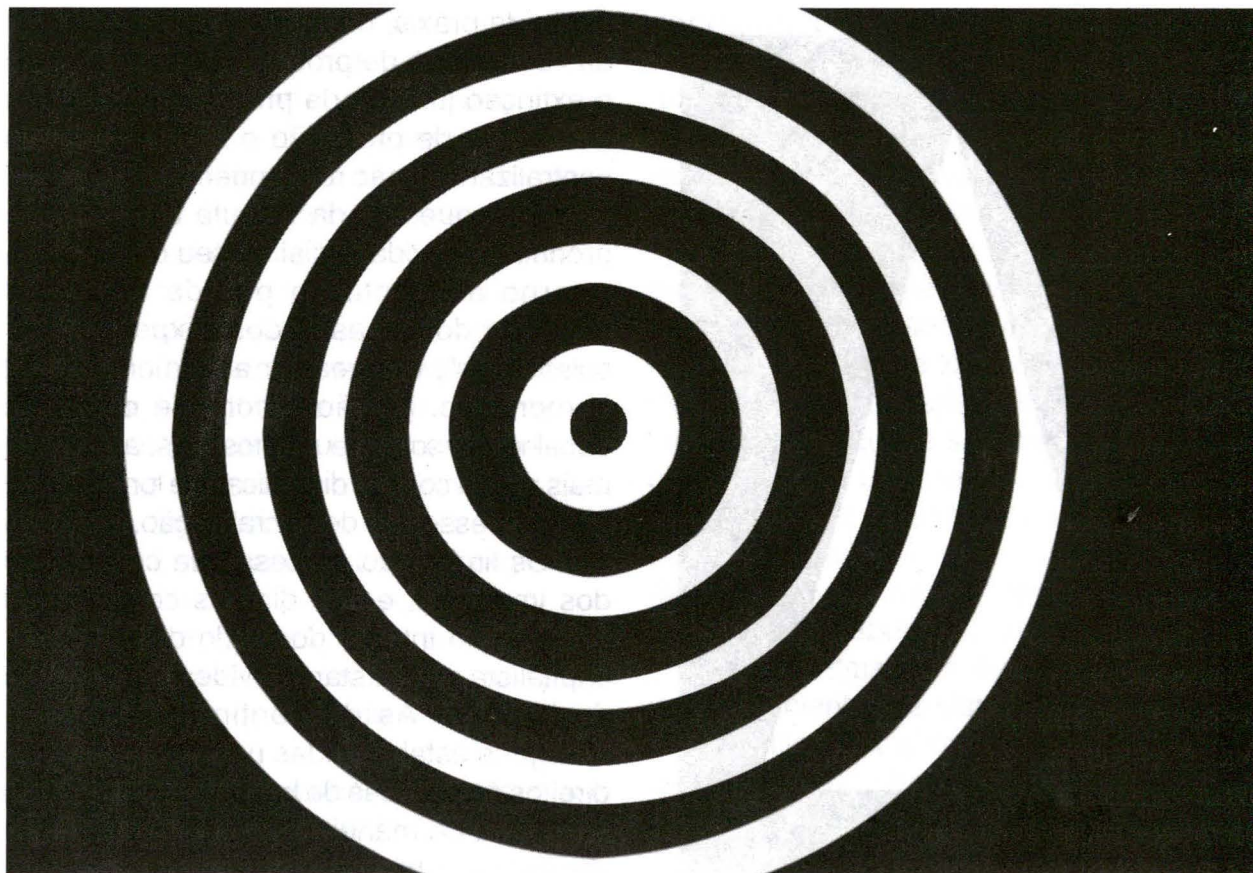
classe como sindicatos e cooperativas. A construção da economia solidária se sustenta em 3 dimensões: 1. os implantes de autonomia dos trabalhadores com suas organizações que operam no espaço sócio-produtivo vigente; 2. a organização política e a participação no processo democrático e de construção de direitos econômicos, sociais e culturais, e 3. a formulação de um projeto tendente a uma sociedade de produtores associados.

A autonomia e o autogoverno da sociedade estão sustentados na organização social e produtiva do trabalho sob a forma de um modo de produção cooperativo e autogestionário. O programa de socialização depende da ligação permanente entre essas dinâmicas, mas o núcleo que unifica o processo de transição e ruptura no modo de produção parte dos acúmulos no terreno

direto da práxis, onde a apropriação social das condições de produção do excedente, a extinção jurídica da propriedade privada dos meios de produção e o planejamento centralizado já não respondem ao problema principal, que é o da disputa do modo de produção da vida social no seu conjunto. O retorno ao ponto de partida histórico, derivado do fracasso dos “experimentos coletivistas”, visa realçar as dimensões de apropriação, gestão e controle direto do trabalho vivo sobre seus frutos, na sua conexão mais ampla com as dinâmicas de longo prazo e os processos de democratização.

Os limites do processo de construção dos implantes e dos direitos coletivos do trabalho no interior do modo de produção capitalista são bastante evidentes ao longo da história. As discontinuidades e as clivagens estabelecidas na construção dos direitos às políticas de bem-estar social e da cidadania de maneira mais ampla marcam várias das viradas e reações de contra-reforma e contra-revolução realizadas no plano da dominação política pelo capital. O processo de luta da classe trabalhadora em todos os planos da vida social estabelece limites institucionais ao domínio do capital. Fica aberta a questão clássica de se as “sementes” plantadas no terreno do modo de produção capitalista podem se expandir até o ponto de ruptura. Em que conjuntura, com que conexões de consciência e organização política, com que formas de avanço sócio-material, com que sistema de alianças?

Se a ideologia e a prática do capitalismo apostam no mercado como o espaço privilegiado de organização da liberdade, a democracia política e os direitos sociais coletivos podem ser vistos, numa perspectiva de longa duração, como efeitos de ação das classes trabalhadoras e do povo¹². Se no longo prazo colocamos a economia solidária como instrumento



necessário da revolução social socialista, tendo em vista a centralidade ontológica da questão sócio-produtiva, a ação anticapitalista da classe trabalhadora deve evitar o economicismo e o estatismo ao colocar o acento na **radicalidade democrática** como motor da transformação social¹³.

As ondas de expansão e as crises do capital desencadeiam processos de marginalização e de concentração de renda e poder, o caráter destruidor do capitalismo é mais potente que sua força criativa. A riqueza real e potencial gerada pelo capital enquanto força social acaba por se voltar contra a sociedade e exige o esforço de ação e resistência de classe, como ocorre nas 3 dimensões de luta da classe trabalhadora. Ao invés de travar as rodas desse potencial, a experiência britânica aponta para a necessidade do aprofundamento teórico e prático do projeto “cooperativista” alternativo.

A experiência centrada unicamente nos ideais utópicos da “aldeia cooperativa” foi derrotada ao longo da fase trágica do capitalismo. Mas, também o foram, as experiências baseadas na tomada do Estado, do socialismo real com seu planejamento e centralização burocrática, que resultaram no oposto da emancipação do trabalho. Examinando as formas de regulação institucional do mercado de trabalho e dos fundos sociais, podemos observar uma vasta gama de combinações desconcentradoras e redistributivas de renda. Esses implantes, relacionados com criação de fundos públicos, abrem brechas para conexões com as iniciativas cooperativistas e autogestionárias. Conexões que dependem do liame político da

¹² Ver CHAUÍ, Marilena. *A criação dos direitos*, p.432 in *Convite à filosofia*. 9.ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

democracia e das relações de poder derivadas do enclave político e de massificação organizativa e produtiva dos empreendimentos e ações de economia solidária.

As vitórias do implante cooperativista no terreno do consumo e do crédito contrastam com as suas dificuldades no âmbito da produção. A lógica empresarial capitalista foi questionada por esses experimentos e mostrou resultados suficientemente sólidos para ser resgatada na estratégia de desalienação do trabalho. Segundo Paul Singer, são evidentes as virtudes da forma cooperativa de organização do consumo e do fornecimento de bens e serviços para consumidores e usuários. Mesmo assim, as cooperativas operárias e de produção que conseguem viabilidade se afirmam como um instrumento de destaque no processo de multiplicação de enclaves que abrem a possibilidade de uma plataforma mais afirmativa de unificação dos esforços anticapitalistas, como pretende a noção e o projeto de economia solidária. As cooperativas são, isoladamente, vulneráveis aos limites impostos pela lógica do domínio subjetivo e objetivo do capital na cultura empresarial e nos meios financeiros e produtivos. Estes limites manifestam-se em

dificuldades, tais como, a exigência de fundos próprios, os problemas de cultura e meios de produção, as dificuldades de gestão, a competição com as empresas para o acesso ao mercado, a fragilidade dentro dos complexos produtivos e a ausência de apoio político do Estado. Por isso, as cooperativas de produção, de consumo, de comercialização e de crédito têm que estabelecer um vasto conjunto de ligações com as diferentes vertentes e implantar anticapitalistas. As cooperativas, apesar de seu potencial inovador no âmbito das forças produtivas sociais, são bloqueadas pelo sistema de relações de produção jurídicas e técnicas, que continua restringindo sua potencialidade transformadora. O cooperativismo, enquanto forma básica da transição produtiva necessária para a revolução social socialista, se manifesta como opção espontânea da prática da classe trabalhadora desde o primeiro momento da revolução social capitalista, e seu fortalecimento depende da interação com as demais dimensões da política, de modo a envolver a totalidade da vida social.

¹³ GENRO, Tarso. *Crise da democracia. Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global*. Petrópolis, RJ., Vozes: 2002.



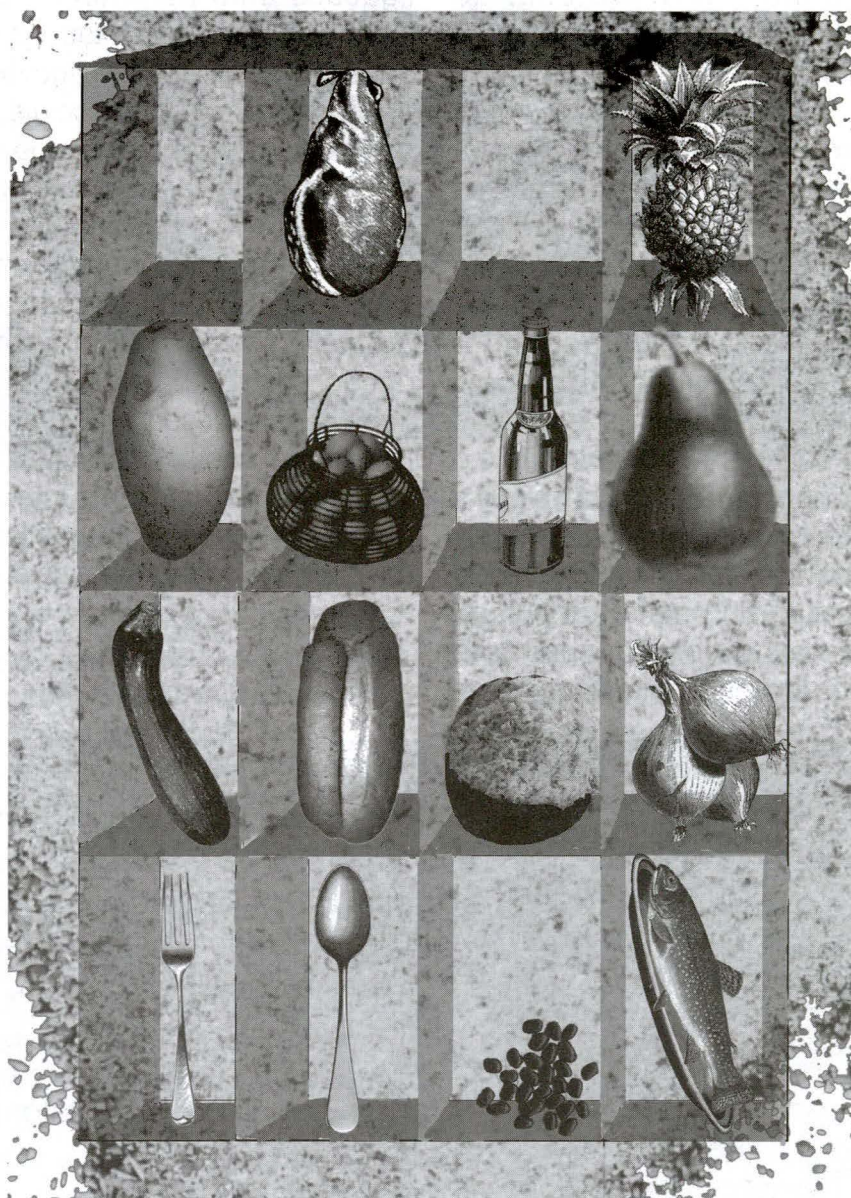
A FASE, o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a Caixa Econômica Federal publicaram esta cartilha com o objetivo de divulgar e tornar acessível o Estatuto da Cidade.

Conheça aqui os seus direitos e o que fazer para que sejam respeitados.

Distribuição **gratuita** na FASE,
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
Rio de Janeiro.
Tel.: (0xx21) 2286 1441
E-mail: fase@fase.org.br

Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas

Maria Emília L. Pacheco*



* Diretora do Programa Nacional Amazônia Sustentável e Democrática da FASE

O Programa Fome Zero está inserido no princípio da segurança alimentar e nutricional. Tem como antecedentes alguns marcos de nossa história recente: a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar do Governo Paralelo, em 1991, organismo que antecedeu o Instituto pela Cidadania; a experiência do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) como mecanismo inovador de parceria e governabilidade; as propostas debatidas pelas múltiplas representações da sociedade, por ocasião da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, no contexto de mobilização social da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Esta Conferência evidenciou o diagnóstico da concentração da terra e da renda como fatores determinantes para a situação da fome e da insegurança alimentar no país e definiu três importantes diretrizes para a elaboração de políticas: (i) *"ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar; (ii) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; (iii) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis"*.¹

Podemos dizer que entre 1993 e 1994, durante o governo de Itamar Franco, tivemos um embrião de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. A este período sucedeu-se o de desmonte da maior parte das políticas debatidas naquele momento como Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), estoques reguladores etc; foram extintos o CONSEA e o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), mantendo-se apenas iniciativas focais e descoordenadas de alguns projetos. Em resumo, na falta de uma política nacional de combate à fome e desnutrição no governo

FHC, tivemos um retrocesso nesse capítulo de nossa história. Estudos da ONG INESC mostram que entre os anos 1995 e 1998, por exemplo, houve uma redução dos gastos sociais, devido a cortes no orçamento de 31%, enquanto os recursos alocados para o pagamento da dívida pública tiveram um aumento da ordem de 336,9%.

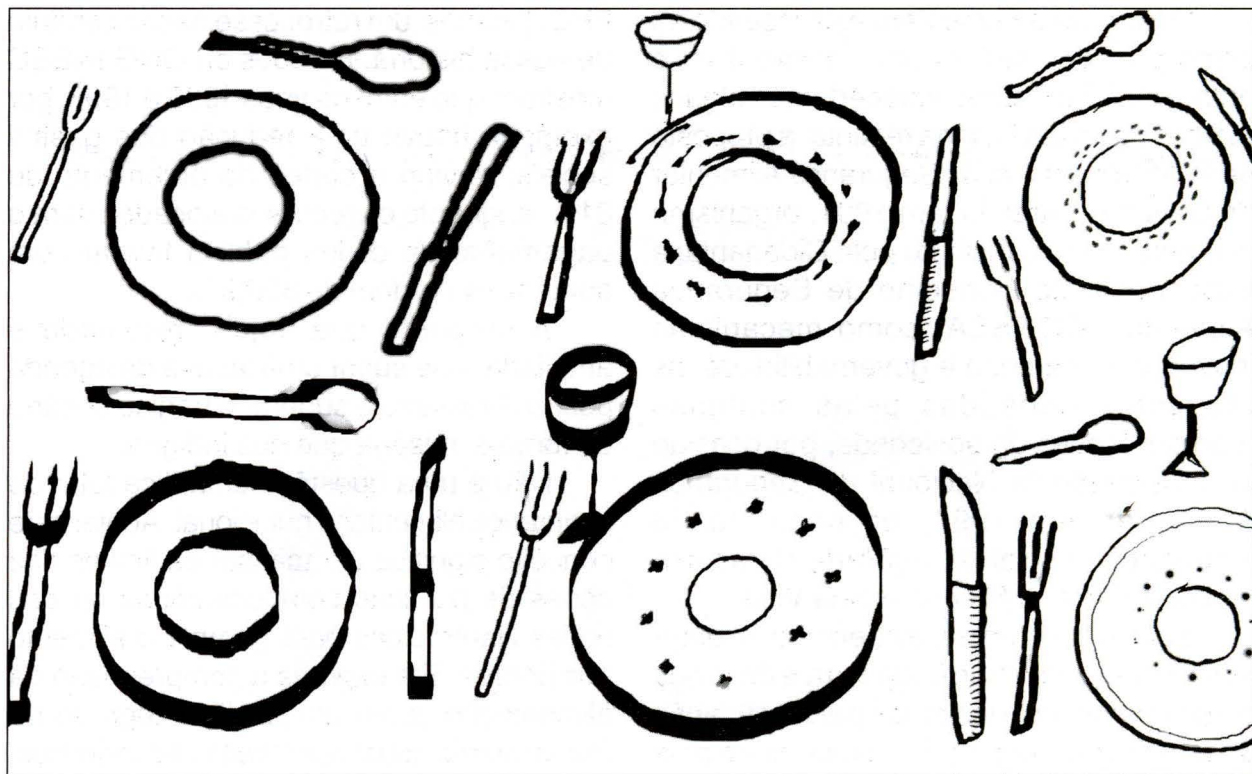
A proposta que hoje é retomada e ampliada, visa suprir uma lacuna da agenda política brasileira e superar o trágico cenário de fome e miséria que nos indigna.

Não é uma questão semântica falar de segurança alimentar e nutricional. Adotar este conceito significa ultrapassar os limites das ações de políticas compensatórias ou das ações filantrópicas para garantir o alimento aos pobres. Ele exprime a compreensão da alimentação como um direito integrado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que deve ser garantido pelo Estado. Baseia-se no reconhecimento de que este direito implica *"em garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis e contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana"*.²

À esta definição, contida na proposta original do Programa Fome Zero, incorporaram-se em sua justificativa outros aspectos relevantes que vêm sendo debatidos nos últimos anos. O

¹ Cf. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/ Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria, pela vida, Brasília, 1995.

² Esta é a definição que consta do documento oficial brasileiro preparado para a Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, 1996. Seu conteúdo, progressista, influenciado pelas organizações do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, não encontrou eco nas políticas implementadas no período.



primeiro deles é **soberania alimentar**, que significa “o direito dos países definirem as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, e consumo de alimentos”³. Esta questão é essencial para o posicionamento do país nos fóruns internacionais.

Outros aspectos são relacionados à **preservação da cultura alimentar**, e ainda à defesa da **sustentabilidade do sistema alimentar**, ou seja, baseado em sistemas diversificados de produção e com o uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis.

Vários setores organizados da sociedade hoje defendem a proposta de um Código de Conduta sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, cujo conteúdo e obrigações do Estado deveriam fazer parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Mudanças necessárias de políticas

O Programa Fome Zero está ancorado em uma combinação de políticas. As

políticas estruturais são aquelas que têm efeitos importantes para a diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais, do acesso à alimentação com qualidade e da diminuição da desigualdade de renda. Elas incluem: geração de emprego/trabalho e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária e Bolsa Escola e Renda Mínima.

No grupo das **políticas específicas**, destinadas a promover a segurança alimentar e combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais carentes, inscrevem-se as seguintes propostas: Programa Cupom de Alimentação, ampliação e redirecionamento do programa de alimentação do trabalhador

³ Cf. Projeto Fome Zero – Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, Instituto Cidadania, São Paulo, outubro de 2001.

(PAT), doações de cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil; manutenção de estoques de segurança, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação da merenda escolar, educação para o consumo e educação alimentar.

No grupo das **políticas locais**, estão alguns programas que já se encontram em execução nos estados e municípios e que deverão ser ampliados. Nas áreas rurais destacam-se o apoio à agricultura familiar e à produção para auto-consumo; nas pequenas, médias cidades e nas metrópoles, restaurantes populares, bancos de alimentos, agricultura urbana, modernização de equipamentos de abastecimento e novo relacionamento com as redes de supermercado. Esta é uma perspectiva inovadora e um grande desafio no atual governo: a soberania e a segurança alimentar e nutricional como prerrogativa básica para a condição cidadã e como eixo estratégico para a construção de uma nova sociedade fundada na sustentabilidade e equidade. Por isto, a relação entre o programa Fome Zero e as reformas estruturais e medidas de políticas que ele propõe, devem constituir-se no centro do debate público. Dar visibilidade a elas permite contra-arrestar a visão que continua ganhando espaço na opinião pública que associa o combate à fome preponderantemente às ações de filantropia em lugar das políticas.

Uma das importantes medidas de política já anunciada nos primeiros meses pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, no âmbito das políticas estruturais, foi a suspensão do programa Banco da Terra. Exemplo de contra-reforma agrária, este programa baseia-se na compra e venda de terras, com recursos do Banco Mundial. Transfere-se ao latifúndio a definição de terras a serem disponibilizadas e o seu valor. Na prática, como já vinha sendo denunciado

pelos movimentos sociais e entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, esse programa acabava por anular duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Brasileira: *a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação*.

Em contrapartida, a Medida Provisória que acaba de ser editada, liberando para consumo interno a soja contaminada transgênica do Rio Grande do Sul, plantada ilegalmente, está na contramão da garantia da segurança alimentar e nutricional. Fere-se o princípio da precaução, pelos riscos que traz à saúde humana. Durante um seminário recente – “*A ameaça dos transgênicos – propostas da sociedade civil*”, dezenas de entidades e movimentos defensores da causa Por um Brasil Livre de Transgênicos, posicionaram-se pela exportação apenas desta safra para mercados compradores como o da China, que ainda não impõe condicionalidades sobre o tipo de soja. Foram feitas também propostas para a próxima safra para impedir o plantio ilegal: o crédito agrícola deverá ser condicionado ao uso de sementes certificadas e não transgênicas e deverá haver rigor na vigilância por parte dos órgãos responsáveis.⁴

Ampliação da demanda de alimentos e o papel da agricultura familiar

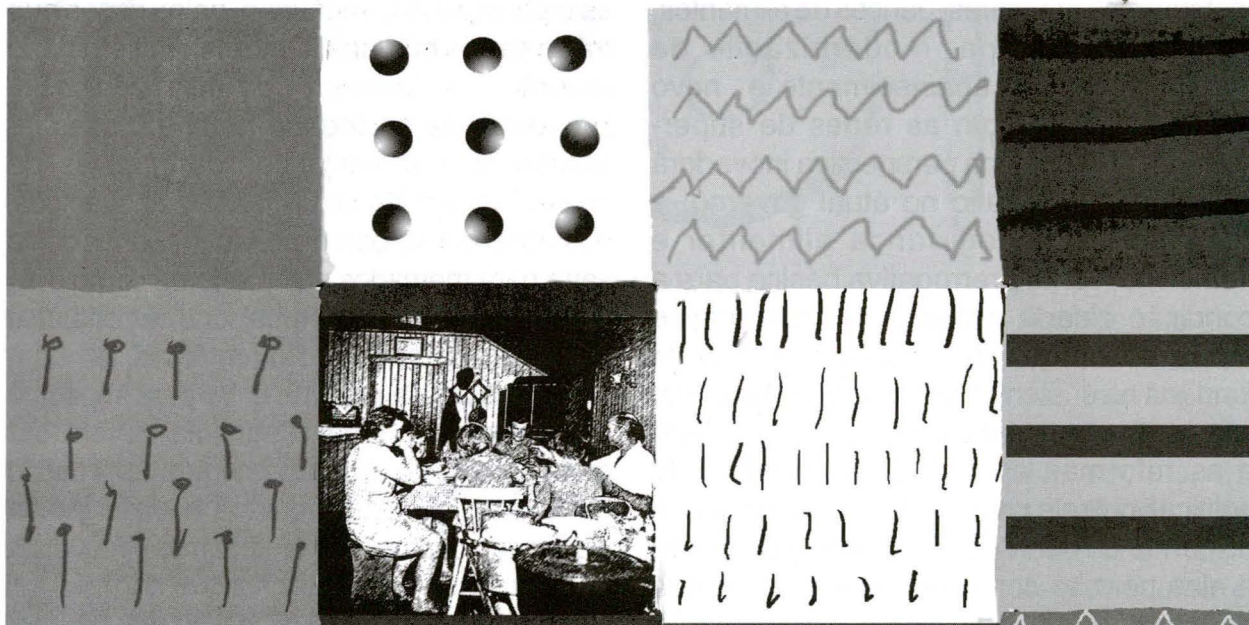
O reconhecimento da agricultura familiar como peça-chave para garantir a disponibilidade de alimentos, redefine o seu lugar como ator social nas políticas. Sabemos o quanto tem sido relegado historicamente o papel de milhões de agricultores e agricultoras familiares como agentes sócio-econômicos.

⁴ É importante registrar que o texto original do Programa Fome Zero apóia as propostas da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos.

Há no Brasil hoje, 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, segundo dados do Censo de 1996, que representam 85,5% do total de estabelecimentos e são responsáveis por 37,0% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, apesar de receberem apenas 23,5% do financiamento destinado à agricultura. Produzem 24% do VPB da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 62% da cebola, 67% do feijão, 87% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

de um conjunto de alimentos armazenáveis, que devem ser adquiridos desses agricultores, pelo Governo Federal, em caráter diferencial e prioritário”.⁵

A decisão atual de ter o CONSEA como fórum específico, para a análise de propostas e estabelecimento de diretrizes de segurança alimentar e desenvolvimento agrário para o Plano de Safra, e posterior encaminhamento e deliberação da Presidência, é inovadora. Redefine prioridades e democratiza o processo, porque historicamente este instrumento tradicional de



A subvenção ao consumo previsto no Programa Fome Zero tem implicações no mercado agrícola. Estima-se uma ampliação da demanda da ordem de 3% a 5% para os seis alimentos da cesta básica, no primeiro ano, quando serão incorporadas 1 500 mil famílias ao Cartão Consumo. Para respondê-la está em curso o debate de propostas do Plano de Safra específico para a agricultura familiar. Seu objetivo é *“fomentar a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, em resposta à demanda adicional de alimentos subvencionada pelo Programa Fome Zero, ou seja, a produção*

política agrícola sempre foi objeto de negociação, pactuação e conflito nos fóruns governamentais, onde representantes de

⁵ Cf. “Diretrizes de Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Agrário para o Plano de Safra – 2003/2004” (Subsídios técnicos do CONSEA), Grupo Interministerial OPEA, CONAB, MDA, MESA, Brasília, 24 de fev. de 2003. A estimativa da ampliação da demanda em relação aos produtos é a seguinte: 4% para o arroz; 3,88% para o feijão; 4,54% para o trigo; 3,96% para o leite; 4,25% para o frango e 5,34% para a farinha de mandioca. Está previsto um Plano de Safra específico para a Região Norte a ser ainda apresentado, em virtude de sua peculiaridade em termos de calendário agrícola e tipos de produtos, especialmente o papel do pescado e coleta vegetal.

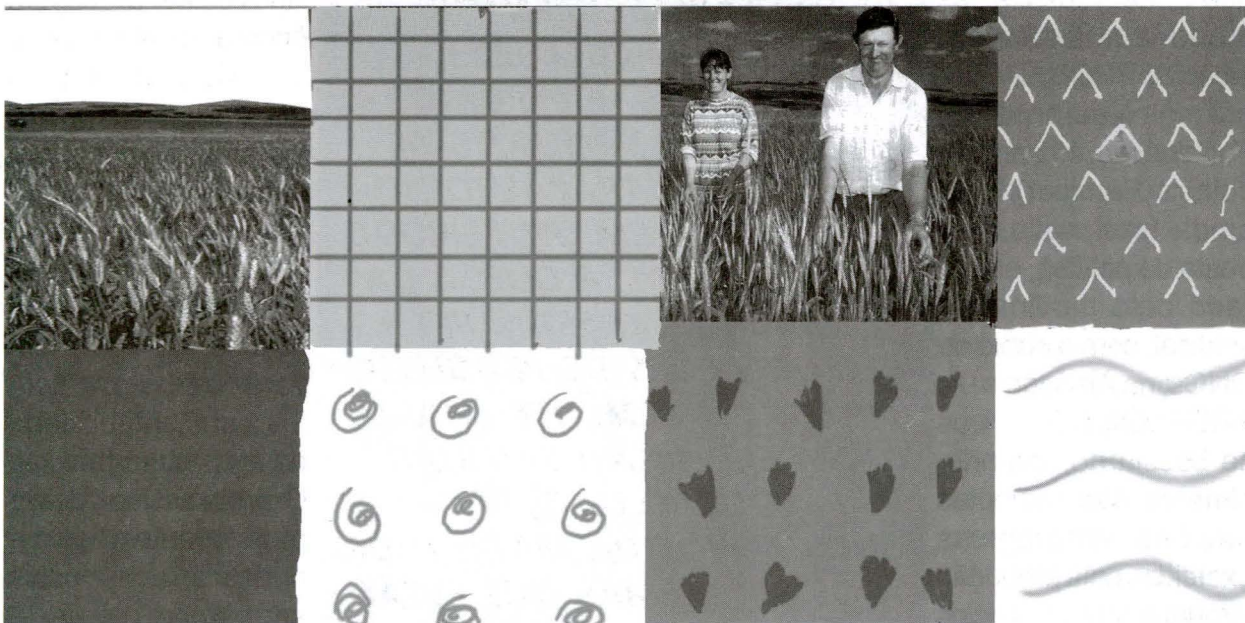
órgãos rurais, fiscais e financeiros tinham a hegemonia, cabendo ao Presidente da República a decisão de arbitragem.

Do ponto de vista de seus conteúdos, a justificativa da proposta, ainda em debate, contém três vertentes extremamente importantes, mas que lamentavelmente ou são contraditórias ou apresentam lacunas na concretização das ações. Vejamos.

Em primeiro lugar, como dissemos, temos a modificação da orientação do Plano de Safra, com a inclusão dos produtores familiares e uma estratégia de ligação dessa

devido peso ao enorme contingente de agricultores que *“são classificados como um segmento de agricultura de subsistência com baixa capacidade de produção de excedente”* e que representam hoje uma taxa de atendimento do crédito do PRONAF de apenas 9%. No Nordeste, por exemplo, este segmento sem dúvida é preponderante, mas a proposta, a nosso ver, não os privilegia.

Uma segunda vertente da justificativa salienta a importância social e econômica da agricultura familiar pelo componente ambiental, não só ao afirmar que *“o sistema*



produção com os objetivos redistributivos para o consumo final. O público destinatário inclui os assentados da reforma agrária e outros segmentos classificados segundo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), aos quais serão atribuídos papéis específicos. Os agricultores *“consolidados e integrados são passíveis de fomento à produção de excedente mediante diferenciados mecanismos regionais de organização e estímulo à produção”*, visto que concorrem com altas taxas de atendimento pelo PRONAF. Com esta visão, corre-se o risco de não atribuir o

de economia familiar se apresenta de forma bastante diversificada, com predominância do policultivo, possibilitando o uso e ocupação dos recursos naturais de forma sustentável”, como reconhece que os instrumentos de pesquisa, extensão e crédito não devem ser *“empecilhos para a manutenção desses grupos sociais bem como apontar para a transição do sistema convencional para um modelo assentado em bases agroecológicas”*. Mas a proposta de crédito, além de prever apenas custeio, deixando para um segundo momento a apresentação de proposta específica de

investimento, não rompe com a perspectiva convencional do crédito por produto em lugar de crédito para o sistema agrícola e nem fala de incentivo à produção em bases ecológicas para a garantia da qualidade do alimento e sua segurança.

As mudanças do sistema de crédito hoje estão a requerer simultaneamente sua democratização e a superação de sua insustentabilidade ambiental e da desigualdade de gênero. Há inúmeras experiências agroecológicas hoje no país que podem inspirar as mudanças de orientação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).⁶ Há ainda uma nova proposta de política, elaborada pelo movimento sindical, com o apoio de ONGs, na Amazônia – o PROAMBIENTE – que se baseia no reconhecimento das múltiplas funções estratégicas exercidas pela produção familiar e seus benefícios para a sociedade, definindo-se como justa e necessária a *compensação pelos serviços ambientais* que ela

presta. O fato da Ministra Marina Silva, em seu discurso de posse ter manifestado a perspectiva de expandir esta proposta para o âmbito nacional, é uma notícia alvissareira.

Em terceiro lugar, é anunciada uma proposta de *“programa para o resgate e multiplicação das sementes crioulas, para manter a nossa biodiversidade genética, a autonomia e liberdade de escolha dos agricul-*

tores”, que não é retomada e concretizada. A garantia da busca da sustentabilidade dos sistemas agrícolas no semi-árido, sujeito a período de escassez de chuvas, é um grande desafio. Assegurar o estoque do recurso semente é estratégico para a reprodução social das famílias e sua autonomia no contexto em que as relações clientelistas bloqueiam a cidadania. Só no estado da Paraíba, no ano de 2000, foram contabilizadas 220 Casas de Sementes

Comunitárias que beneficiam cerca de 6.000 famílias, uma base significativa de experiência a ser revitalizada.

Além disso, as políticas públicas e legislações vigentes sobre o uso e manejo da biodiversidade, aí incluídos os recursos fitogenéticos constituíram-se até agora em verdadeiros obstáculos à sustentabilidade da agricultura familiar. O progressivo desaparecimento de variedades e raças locais em virtude da disseminação dos pacotes tecnológicos e a crescente monopolização das sementes nas mãos de multinacio-

nais ameaçam a segurança alimentar, fragilizam o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e põem em risco a sobrevivência dos agricultores familiares. O Encontro Nacional de Agroecologia, que reuniu em 2002, milhares

**A REDUÇÃO DE MAIS
DE 900 MIL
ESTABELECIMENTOS
DE AGRICULTORES
FAMILIARES, A PERDA DE
CERCA DE 5 MILHÕES DE
POSTOS DE TRABALHO NO
MEIO RURAL EM UM PERÍODO
DE DEZ ANOS, A QUEDA DA
RENDA COM O ESTÍMULO ÀS
IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS
TRADICIONALMENTE CHAVES
NA ECONOMIA FAMILIAR
COMO O LEITE, SÃO
•
INDICATIVOS DA MAGNITUDE
DOS PROBLEMAS QUE ESTÃO
A EXIGIR NOVAS POLÍTICAS
PARA A GARANTIA DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

⁶ Um grupo de trabalho no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia está negociando com o governo o PRONAF agroecológico.

de agricultores e agricultoras apresentou, entre outras, as seguintes posições e propostas: oposição ao patenteamento dos seres vivos e reformulação da atual Lei de Patentes, reafirmando que as sementes são patrimônio da humanidade; cobrança pela aprovação da Lei de Acesso a Recursos Genéticos, em tramitação no Congresso Nacional há vários anos; reformulação da atual Lei de Sementes, promulgada contra os interesses da agricultura familiar e a favor das grandes multinacionais agroindustriais e do capital financeiro e a defesa da moratória por tempo indeterminado do cultivo e comercialização dos transgênicos⁷.

Os impactos da abertura comercial sobre o meio rural

As mudanças das políticas dirigidas à agricultura familiar para terem eficácia deverão ter também sua contrapartida no plano das negociações internacionais. Este campo de políticas não tem sido objeto de debate nas propostas do Programa Fome Zero.

Foram graves nos últimos anos os impactos sócio-econômicos do ajuste imposto à agricultura familiar, fruto da combinação de uma desastrosa política macroeconômica, de desmonte da política setorial agrícola e da crescente abertura comercial. A agricultura familiar foi muito mais penosamente atingida do que a agricultura patronal.

A redução de mais de 900 mil estabelecimentos de agricultores familiares, a perda de cerca de 5 milhões de postos de trabalho no meio rural em um período de dez anos, a queda da renda com o estímulo às importações de produtos tradicionalmente chaves na economia familiar como o leite, são indicativos da magnitude dos problemas que estão a exigir novas políticas para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Caberá aos negociadores brasileiros, no

plano internacional, tratar a agricultura não como um setor homogêneo, como se não estivessem em jogo interesses contraditórios e estratégias diferentes do agronegócio exportador e da agricultura familiar.

A garantia de um país de cidadãos e cidadãs sem fome, que tenham minimamente o direito a três refeições por dia, na imagem cunhada pelo presidente Lula, requer dentre outras políticas, salvaguardas para a agricultura familiar.

O Brasil precisa mudar o seu posicionamento nos fóruns internacionais. Propos-

tas de um grupo de trabalho sobre Agricultura e Meio Ambiente da articulação Rede de Integração dos Povos (REBRIP), que reúne ONGs, movimentos sociais e instituições acadêmicas devem ser divulgadas e debatidas. Dentre elas destaco:

⁷ Cf. Carta Política do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), Rio de Janeiro, 30/07 a 02/08 de 2002.



semente

*“deve-se preservar claramente a autonomia dos países em desenvolvimento para promover políticas ativas de setores estratégicos. No caso brasileiro, diante da importância econômica, social e de provimento da segurança alimentar, deve-se preservar absoluta autonomia para a adoção de políticas agrárias e agrícolas que fortaleçam e desenvolvam a agricultura familiar, inclusive mediante a utilização de subsídios diretos e indiretos. (...) Devem ser previstas salvaguardas que contemplem mecanismos de proteção (tarifas, cotas) que possam ser utilizados em caso de aumento indesejável da importação de produtos agrícolas e/ou redução acentuada dos preços domésticos”.*⁸

A necessária interlocução com os movimentos sociais e suas plataformas

A proposta de *Mobilização Social do Programa Fome Zero*, implica em uma grande campanha nacional de informação e sensibilização⁹, e pretende envolver o maior número possível de brasileiros nessa dimensão de responsabilidade pela erradicação da fome nos próximos quatro anos.

Sua estruturação prevê organização de conselhos no plano estadual e municipal (COPO), cujos integrantes serão capacitados por educadores populares (TALHER). Inclui também um programa de ação “Todos pela Fome Zero” (PRATO), que visa mobilizar e articular voluntários para recolher donativos, organizar cursos de educação cidadã para famílias beneficiadas, promover programas de educação alimentar, realizar projetos de alfabetização de adultos, dentre outras ações.



Mas as formas de mobilização específicas dirigem-se mais ao indivíduo-cidadão do que aos movimentos sociais e suas organizações. Não se propõe, por exemplo, um mapeamento das experiências da sociedade civil já em curso, e uma interlocução com as plataformas construídas na história recente da interação e articulação de vários movimentos em redes e fóruns.

⁸ Cf. Sérgio Schlesinger, Adriano Campolina, Nelson Delgado - Agricultura Familiar e Negociações Comerciais, Grupo de Trabalho sobre Agricultura e Meio Ambiente da REBRIP (Rede de Integração dos Povos), agosto de 2001.

⁹ Oded Grajew e Frei Beto - Mobilização Social - Programa Fome Zero de 6 de janeiro de 2003. A proposta é centrada em 4 vocábulos: MESA - iniciais de Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar; COPO - Conselho Operativo do Programa Fome Zero; PRATO - Programa de Ação “Todos pela Fome Zero” e TALHER - (em espanhol, “taller”, significa capacitação) - capacitação dos participantes do COPO e do PRATO.

Os movimentos sociais manifestam a cultura dos direitos, essencial para se contrapor à lógica do “favor”, ingrediente das relações clientelistas e de manipulação política ainda dominantes em muitas regiões. Como escolas da cidadania, os movimentos sociais, difundem novas concepções sobre o Estado e a política e têm contribuído para a ampliação da esfera pública, a conquista da cidadania e a radicalidade da democracia.

No exemplo do Nordeste onde estão sendo implantados projetos-piloto, é importante, por exemplo, a interlocução com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), que reúne centenas de entidades representantes dos movimentos sociais, ONGs etc., e se fundamenta no “*compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado na: a) conversão, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-*

árido; b) quebra do monopólio do acesso à terra, água e outros meios de produção – de forma que esses elementos juntos promovam o desenvolvimento humano sustentável no semi-árido”.¹⁰ Suas propostas relativas aos eixos de política – acesso à água, agricultura familiar, preservação e uso sustentável dos recursos naturais, educação para a convivência com o semi-árido; criança e adolescente e segurança alimentar – mostram como esta articulação está em sintonia com as perspectivas do Programa Fome Zero e pode aportar subsídios com base nas experiências concretas em curso.

Estão colocados os desafios.

¹⁰ No III Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido, São Luís, 23 de novembro de 2002, foi elaborada uma Carta Política e enviada ao presidente eleito, com propostas organizadas em torno de sete eixos temáticos: acesso à água; acesso à terra; agricultura familiar; preservação e uso sustentável dos recursos naturais; educação para convivência com o semi-árido; criança e adolescente e segurança alimentar.

UMA REDE
A SERVIÇO
DA DEMOCRACIA E
DA JUSTIÇA SOCIAL

AB

A ABONG reúne organizações da sociedade civil que dedicam seu trabalho à consolidação da democracia, à conquista de direitos e à justiça social. Conheça e participe das atividades desenvolvidas em seus Fóruns Regionais. Junte-se a esta missão.

ONG

associação brasileira de ONGs



ESCRITÓRIO NACIONAL
Rua General Jardim, 690 - 7º
Vila Guarques São Paulo/SP
Tel: 11 3257 2122
abong@uol.com.br
www.abong.org.br

O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal

Lia Tiriba



* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- UFF-RJ, pesquisadora do NEDDATE – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. Autora do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada* (Unijui, 2001) e de vários artigos sobre formação humana e mundo do trabalho.

Não sendo a demanda de trabalho idêntica ao crescimento do capital, ao invés de apenas *um* mundo do trabalho, existem muitos mundo(s) do trabalho – geralmente submersos e dependentes do modo capitalista de produção. Nas *idades do capital* (Lefebvre, 1999) é possível perceber que, ao levar as últimas consequências a precarização da vida, o modelo neoliberal de acumulação – contraditoriamente – obriga as pessoas a criar novas formas de trabalho e, ao mesmo tempo, recuperar antigas relações sociais fundadas na reciprocidade, comensalidade e cooperação solidária. Vale ressaltar que, na luta pela sobrevivência, além daqueles que na perspectiva da *economia solidária* buscam o caminho da associatividades, organizando cooperativas e grupos de produção, nos deparamos com uma infinidade de trabalhadores que, apresentando-se *individualmente* (?) no mercado, fazem do espaço da rua o seu local de trabalho: são homens-estátua, malabaristas, comedores de fogo, distribuidores de panfletos, catadores de latinhas, ensacadores de compras nos supermercados, vendedores de aipim, doces e salgados. Isto sem falar na grande quantidade de vendedores de durepox, canetas, despertadores, escovas de dente da Xuxa e mil e uma coisas fabricadas na China, no Paraguai e, inclusive, no fundo do quintal dos trabalhadores, cujos nomes já não constam do quadro de funcionários de uma “renomada empresa”. No “mercado a céu aberto”, também chamam a atenção as pessoas que, como estratégia de trabalho e de sobrevivência, envolvem-se em atividades ilícitas, como prostituição, pequenos furtos e revenda de drogas.

De acordo com o senso comum dos que transitam pela cidade, estes especialistas em “tecnologia de sobrevivência”,

com os quais tropeçamos cotidianamente nas calçadas dos centros urbanos, são considerados – indiscriminadamente – trabalhadores *informais*. Na verdade, qual a diferença entre vendedor de prestobarba e o vendedor de ervas medicinais? Embora as iniciativas populares representem (de alguma maneira) uma resposta ao desemprego e à pobreza e, embora exista algum nível de associatividades e de solidariedade entre os trabalhadores (mesmo que para fugir da polícia), não poderia ser identificadas como pertencentes à *economia solidária* nem mesmo a atividade da trabalhadora que (ao invés de Bauduco) vende biscoitos caseiros, feitos com a ajuda de seu companheiro. Afinal, a que setor(es) da economia pertence esta camada social que, segundo Marx (1984:208), não compoem o “exército ativo” e tampouco o “peso morto do exército industrial de reserva”, mas proporcionando ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho”, representa a “categoria estagnada” da superpopulação relativamente excedente? Economia popular e economia informal são “farinha do mesmo saco”?

Para que possamos trazer à superfície novos elementos que possibilitem uma maior aproximação ao conceito de economia popular (e sua singularidade, em relação à economia solidária), ao invés de nos deter na análise da cultura do trabalho no interior da produção associada – por nós considerada como a unidade mais avançada da economia popular (Tiriba 2001), inferimos sobre os significados do trabalho, em especial para os trabalhadores-caminhantes, os malandros-trabalhadores e os trabalhadores-moradores de rua. Tendo como referencial empírico-teórico a pesquisa *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia*

*popular em Angra dos Reis*¹, partimos do pressuposto de que, além de resgatar a natureza e as diferentes racionalidades das atividades dos trabalhadores de rua, precisamos considerar, pelo menos, três questões básicas do fazer econômico: a) o tempo histórico em que se desenvolve esta economia, b) quem são os seus sujeitos econômicos, e c) quais são os espaços em que em estes sujeitos fazem a economia – questões estas que, em última instância, nos remetem a uma questão maior: a maneira como compreendemos a *Oikonomia*.

Economia popular e os sentidos do trabalho num mundo globalizado pelo capital

A tipologia de Razeto (1993)² é um importante indicativo das estratégias de trabalho e de sobrevivência, em especial daquelas iniciativas dos setores populares que, como consequência da crise do modelo taylorista-fordista de acumulação de capital, nitidamente, começaram a proliferar a partir da década de 1980. No entanto, embora advirta ser necessário distinguir a racionalidade das atividades da economia popular da racionalidade da economia capitalista, o autor parece incluir na *economia popular* algumas atividades, cuja racionalidade econômica caracteriza-se como *economia informal*, não distinguindo suas diferentes naturezas. Ora, o que vende o trabalhador ambulante? Picolé da Kibon ou picolé fabricado no fundo do quintal, contando com a participação da família?

Na verdade, o singular mundo dos trabalhadores da rua é composto de trabalhadores que desempenham atividades tanto da economia informal como da economia popular, no entanto, *o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares, não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular*, assim é preciso

diferenciar a racionalidade das diferentes formas de fazer a economia. Sem dúvida, a *“ânsia de viver”* (Ibid) é um elemento de identidade dos setores populares, no entanto, *por si só, não é suficiente para explicar a racionalidade da economia popular*. Se assim o fosse, a atividade do trabalhador que, “na ânsia de viver”, vende sua força de trabalho para o proprietário dos meios de produção, também seria considerada uma atividade da economia popular.

¹ Realizada entre agosto/2000 e fevereiro/2003, e por mim coordenada, a pesquisa teve os seguintes objetivos: a) identificar as formas de inserção de crianças, jovens e adultos no mundo da economia popular e no chamado mundo do “trabalho informal”, b) Identificar os projetos de geração de trabalho e renda promovidos pelas secretarias municipais de Angra dos Reis, e c) Analisar as políticas públicas educativas e de desenvolvimentos sócio-econômico, considerando o caráter político-educativo dos projetos de geração de trabalho e renda. A referida investigação contou com a participação dos seguintes bolsistas: Norielen de Jesus e Isabel R. Chaves (IC – CNPq); Antonia Donizete da Silva e Luciana Pereira (FAPERJ), Sonia Lucia Neves (Treinamento/UFF).

² Para este autor, as atividades da economia popular são as seguintes: a) soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza etc.; b) atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, pequeno ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas; c) iniciativas individuais não estabelecidas e informais como, comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de sucata, etc. – algumas vezes vinculados com o mercado formal; d) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios como lojas de bairro, oficinas de costura, bares, biroskas etc. geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família, e e) organizações econômicas populares – OEPs: organização de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares) (Razeto, 1993:36-37).



Os conceitos são produto das condições históricas, e vão sendo formulados ao mesmo tempo em que conseguimos apreender o fenômeno, considerando o contexto maior onde se produz uma determinada realidade. Se de um lado, o conceito de economia informal já não é convincente para explicar a diversidade e complexidade das atuais relações sociais, de outro lado, convivemos com a imprecisão de novos termos, surgidos para fazer referência às atividades econômicas desenvolvidas pelos setores populares: economia popular, economia solidária, socioeconomia solidária etc. De acordo com o verbete “economia popular”:

Tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego

da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços (Icaza e Tiriba, 2003: 104).

Compartilhando da mesma lógica da economia solidária, a economia popular nega o *emprego* da força de trabalho como uma mercadoria. Assim, ao contrário de ambas,

(...)da economia informal fazem parte as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelos empresários, ou seja, por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não são os proprietários dos meios de produção. (Ora, aqui vale destacar que com a atual reestruturação produtiva que repercutiu na crise do taylorismo-fordismo, a tendência da empresa capitalista é a diminuição crescente dos postos de trabalho; neste sentido, o número reduzido de empregados não é uma característica apenas da economia informal, mas também daquele setor da economia comumente chamado de “formal”) (Ibid:105)

No que diz respeito ao “comércio informal”, apesar do discurso das autoridades públicas quanto à necessidade de “moralização do mercado” e “ordenação do espaço público” (sic), sabemos que as atividades da economia informal servem como um instru-



mento mais para escoar as mercadorias produzidas nas empresas de capital, formal ou informalmente estabelecidas. Se é verdade que a “informalidade” pode “facilitar” a inserção dos trabalhadores na economia, por sua vez, *não sendo algo que “atrapalha” o modelo de desenvolvimento econômico (atualmente hegemônico), a economia popular também tem servido “como alívio aos pobres”.*

Conforme havíamos afirmado, não estamos considerando, aqui, as iniciativas associativas dos trabalhadores que se apresentam em forma de cooperativas ou grupos de produção, e sim atividades que além de serem consideradas “marginais” no mercado capitalista, são estranhas ao mundo da economia solidária, o qual, segundo Singer (2002:86) “compõe-se de empresas que, efetivamente, praticam os princípios do cooperativismo, ou seja a

autogestão”. Nesse sentido, mesmo que as constatações empírico-teóricas ainda não nos permitam a construção de uma tipologia dos atores da economia popular, podemos inferir que existem, pelo menos, *cinco tipos de trabalhadores deste setor da economia que têm as ruas como espaço de trabalho:*

a) *Trabalhadores da cultura (ou trabalhadores-promotores de ócio):* aqueles cujo objeto/produto do trabalho é atrair e divertir os transeuntes e, principalmente, os turistas. São os malabaristas, pintores, homens e mulheres-estátua, escultores...

b) *Trabalhadores-preservadores da natureza:* são aqueles cujo objeto de trabalho é a coleta de recursos naturais tendo em vista o seu reaproveitamento ou reciclagem. De uma maneira geral, são

catadores de latinha de cerveja, refrigerante, água mineral ou de qualquer outro produto ou material considerado “descartável” pela sociedade de consumo.

c) *Malandros-trabalhadores:* aqueles cujo produto do trabalho resulta da capacidade de seduzir ou ludibriar o freguês, utilizando-se do exercício de atividades ilegais. Transgredindo as normas sociais e culturais, formalmente estabelecidas, desenvolvem atividades econômicas que envolvem roubos e outros pequenos delitos. São prostitutas (os); meninas(os) de programa; especialista no “jogo do papa”; fogueteiros, aviõozinhos e outras pequenas ocupações no tráfego de drogas;

d) *Trabalhadores-moradores de rua:* aqueles que fazem da rua o seu espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, espaço de moradia. Geralmente são considerados como “mendigos”, “ociosos” ou “vagabundos”,



encontrando-se dia e noite nas ruas e nas praças da cidade.

e) *Trabalhadores-caminhantes*: convencionalmente chamados de “ambulantes”, são os que, sem autorização municipal, vivem sob a ameaça do poder público, têm ponto fixo ou transitam pelas ruas da cidade para vender alimentos e outros produtos de fabricação caseira.

Com toda a razão, se poderia argumentar que, como um dos muitos *sujeitos* da economia popular, um trabalhador de rua pode ser, ao mesmo tempo, um trabalhador-morador de rua, um trabalhador-caminhante e um malandro-trabalhador, por exemplo. Além de dedicar-se ao trabalho necessário para conseguir morar na rua, desenvolve outras atividades como vender sacolé na praia, vestir-se de palhaço para chamar a atenção dos turistas, participar da coleta de latinhas de cerveja durante o carnaval etc.

Mesmo sabendo que um mesmo trabalhador desenvolve várias atividades ao mesmo tempo (podendo ser, simultaneamente, um trabalhador assalariado), o que importa é analisar a racionalidade econômica de cada uma dessas atividades, tentando entender o seu sentido ético-político. Ao contrário da economia informal, cuja racionalidade é a flexibilização das relações entre capital e trabalho, o sentido ético-político das atividades da economia popular é a reprodução ampliada da vida (e não do capital).

Quanto aos *trabalhadores-caminhantes*, ninguém tem dúvida que eles são, de fato, trabalhadores. De acordo com o senso comum, embora os ambulantes e camelôs estejam à margem da lei, “é melhor trabalhar do que roubar” (contando que respeitem a calçada e outros espaços dos transeuntes). E quanto aos demais? À primeira vista é difícil considerar o morador de rua como um

trabalhador. Como Razeto, pensamos que mendicância se constitui como uma atividade da economia popular, no entanto, como comentou Antonia Donizete da Silva (2003), é preciso considerar que *os trabalhadores-moradores de rua não vivem apenas da boa vontade de quem lhes “estende a mão”, ou seja, de quem lhes dá uma esmola*. Ao contrário de “vadios” ou “preguiçosos”, além de pedir esmolas (ou “manguear”, como alguns deles preferem), essas pessoas desempenham variadas atividades, fazendo das ruas sua casa-trabalho: catar de latas, ferros, papelões, entulhos de construção de imóveis; catar ostras e mariscos nas praias para vender; trabalhar como auxiliar de camelô; vigiar e limpar carros de turistas; distribuir

delitos, como prostituição, pequenos furtos, pequeno ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas.” É importante registrar que deste setor da economia, não estamos considerando as pessoas que, estando “empregadas” pelo narcotráfico, estão submetidas a um tipo de exploração do trabalho, cujo resultado pode ser a morte.³ Como nos indica Isabel Chaves (2003), em geral, mesmo inseridas no mercado assalariado, as pessoas não estão satisfeitas com o seu trabalho, não encontrando nenhum sentido no que fazem. Devido aos baixos salários, não conseguem satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde e moradia e, tampouco



encartes de jornais; descarregar mercadorias de caminhões e peixes do cais, até mesmo, bagagens de turistas; fazer pequenos “bicos” como pintor naval e civil, servente de pedreiro, jardineiro, ladrilheiro, borracheiro, etc (afinal, quem é “vagabundo”?).

Mais difícil ainda que perceber as atividades laboriosas dos *trabalhadores-moradores de rua* é conceber que as pessoas que exercem atividades ilícitas e ilegais, podem ser tratadas como trabalhadores, ou melhor, como *malandros-trabalhadores*. Como Razeto (1993), consideramos como pertencentes à economia popular também as pessoas que desenvolvem “atividades ilegais e com pequenos

adquirir tudo aquilo que o sistema capitalista tenta incutir como modelo de “homem bem sucedido”: aquele que consegue adquirir, um carro do ano, uma roupa de marcar, uma boa casa com piscina, ser como os turistas que viajam pelo mundo afora... Sendo impulsionados pela mídia a desejar uma vida acima de seu alcance, desempregados ou não, os setores populares sentem-se fracassados. Assim, como “atos defensivos” (Dejours, 1992), alguns desses trabalhadores se deixam levar para o chamado “mundo do

³ Esta questão está melhor desenvolvida em Tiriba, 2001 (capítulo 2). Sobre a contradição entre trabalho e ócio ver Tiriba (2002a) e (Kovarick, 1987).

crime”: prostituem-se, roubam, aplicam pequenos golpes, organizam jogos e outros tipos de diversão para tirar proveito da boa fé de pessoas, até mesmo, as tão humildes quanto os próprios malandros-trabalhadores.

O que mais nos revela o trabalho de campo em Angra dos Reis? Em primeiro lugar, destacamos *que a grande maioria dos atores da economia popular já desenvolveu algum tipo de atividade como trabalhador assalariado*, tais como: cozinheiro, pedreiro, balconista, entregador de móveis, ajudante de caminhão, auxiliar de cozinha, padeiro, auxiliar de escritório, borracheiro, vigia, etc. Como consequência do desemprego, foram parar no “olho da rua”. Entre eles, encontramos três ex-metalúrgicos da Verolme

empreendimentos neste ou naquele setor da economia). Na verdade, sendo tênue a fronteira entre economia formal e economia informal, não é possível mais esconder que *a informalidade sempre foi um “bem necessário” à flexibilização das relações entre capital e trabalho – processo que, embora agudizado com as políticas neoliberais, acompanha toda a história do capitalismo*.

Além de não terem tido seus direitos trabalhistas reconhecidos pelos proprietários dos meios de produção, tampouco a legalidade de suas atividades são reconhecidas pelo poder público. Depois de um tempo de trabalho nas ruas que varia entre 04 meses a 23 anos (sic!), a imensa maioria desses trabalhadores-caminhantes de Angra dos



(estaleiro que até o início da década de 1970 representava a mais importante fonte de renda da população angrense): o primeiro, tornou-se um trabalhador-caminhante; o segundo um malandro-trabalhador e o terceiro, um trabalhador-morador de rua. *Importante registrar que, mesmo como assalariados, estes trabalhadores já viviam, de alguma maneira, a informalidade. Mesmo depois de vários anos trabalhando como empregados, não tiveram nenhum tipo de registro e conseqüentemente, nenhum tipo de direito trabalhista ou social* (o que, por sua vez nos reafirma que os critérios de legalidade ou ilegalidade não serve como critério da classificar o

Reis aguarda, há anos, sua licença para trabalhar como vendedor ambulante. Ademais dos longos trâmites burocráticos, talvez esta demora se dê em função de uma série de exigências impostas pelo Código de Posturas (datado de 1976, e ainda em vigor). *A título de ilustração (o que parece uma brincadeira!)*, o regulamento do “exercício do comércio e atividades profissionais ambulantes” determina, por exemplo, o modelo da cadeira do engraxate e ~~seu~~ respectivo uniforme; que as baianas devem acondicionar as mercadorias em caixas envidraçadas, apoiadas por cavaletes; que vendedores de angu devem usar avental e gorro branco; que os tabuleiros dos incapacitados físicos não podem



trabalhadores deseja retornar ao trabalho assalariado. Para os que possuíram uma carteira de trabalho, principalmente para os trabalhadores-moradores de rua, conseguir um emprego ou mesmo de “oficializar” suas atividades atuais de trabalho, é considerado um fator fundamental que vai lhes devolver a “dignidade”. Embora tenham orgulho de um passado de trabalho impresso numa carteira, passado, isto não significa deixar de reconhecer a exploração, a submissão e a precariedade do trabalho assalariado que, na verdade

ultrapassar a dimensão de 0,90m x 0,60m; que as malas dos ambulantes tem que ter 0,70m X 0,45 com 0,30m de altura. Como comentou Luciana Pereira (2003), embora sejam constantemente perseguidos pela fiscalização, a própria Prefeitura de Angra dificulta que os mesmos possam conseguir o “direito ao trabalho”. (Por ironia do destino, conforme os depoimentos, também os trabalhadores-moradores de rua têm que fugir da fiscalização: não porque sejam considerados trabalhadores, mas porque, além de “enfeiar” a cidade, são tidos como “vagabundos”).

Ademais de fazer amigos e ter a oportunidade de se relacionar com muitos turistas brasileiros e estrangeiros, ampliando assim sua cultura, para esses trabalhadores da economia popular, uma das vantagens de trabalhar nas ruas é o fato de ter “liberdade” e “autonomia” – o que, em última instância, significa “não ter patrão”. Ao mesmo tempo, tendo que suportar uma longa jornada de trabalho, ficar exposto ao sol e à chuva, fugir da fiscalização e viver de rendimentos incertos, um número significativo desses

se configura como um sub-emprego.

Outras peças do quebra-cabeça: economia popular é “coisa de pobre”?

As condições necessárias para a reprodução da vida não podem ser contabilizadas por meio de um simples soma matemática dos rendimentos monetários do trabalho (sendo ele assalariado ou não), mas também a expressão das diversas formas de solidariedade entre os trabalhadores, suas famílias e a comunidade local – sem o que torna-se praticamente impossível a sobrevivência dos setores populares. Neste horizonte, o objetivo das atividades econômicas populares não é apenas obtenção de ganhos monetários, mas a melhoria da qualidade de vida. Como exemplo temos “os mutirões para a construção de casas populares, para a limpeza do valão ou a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho; o revezamento para cuidar das crianças enquanto os pais estão trabalhando, a

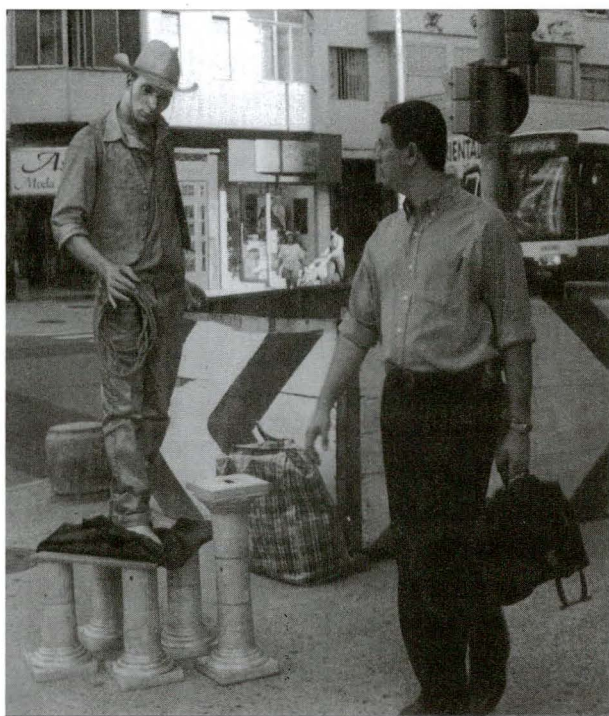
organização de creches comunitárias ou a promoção, pela associação de moradores, de cursos de formação profissional". (Icaza e Tiriba, 2003: 101). Neste sentido, diferentemente da economia solidária, os *sujeitos* da economia popular não são apenas os trabalhadores que se situam nos *espaços* das "cooperativas" ou outros "empreendimentos solidários", mas são todos aqueles que, diretamente ou indiretamente, participam no processo de reprodução ampliada da vida, inclusive os que estão nas ruas da cidade.

Equivocadamente, nas pesquisas anteriores, costumávamos dizer que os trabalhadores se apresentam "individual" ou "associativamente" no mercado – o que precisa ser redimensionado. Ora, *se todo trabalho é trabalho social, não é verdade que o "trabalhador individual" exerça sozinho sua atividade*. Assim, o trabalho de campo em Angra nos indica a necessidade de investigar as redes de solidariedade necessárias para a viabilidade do empreendimento econômico, o que requer algum tipo de associatividade (que não se enquadra nos moldes tradicionais). Tendo como pressuposto de que o trabalho é uma atividade humana cujo processo envolve a relação com outros homens, é possível perceber que *por detrás do "trabalhadores individual" (geralmente denominados de "trabalhadores por conta própria") existe um determinado número de pessoas a ele associado (mesmo que informalmente)*. Nesta perspectiva, também teríamos que considerar aqueles que estamos denominando de *Oikotrabalhadores*. Como protagonistas ou atores-coadjuvantes da economia popular, são pessoas que, unidas por laços sociais de amizade ou de parentesco, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos. Não se resumindo ao trabalho doméstico, geralmente atribuído à mãe/mulher/dona de

casa, estes "trabalhadores invisíveis" exercem as mais diferentes atividades no sentido de garantir não apenas a manutenção da unidade doméstica, mas também a viabilidade do empreendimento econômico. Sem a participação dos *Oikotrabalhadores* torna-se quase impossível que o pseudo "trabalhador individual" possa se apresentar no mercado (seja ele assalariado ou não).

Existem outras peças do quebra-cabeça que contribuem para "cortar as arestas" e, mesmo, problematizar o conceito de economia popular. Para Malaguti (2000:152), os trabalhadores assalariados "obtem seus rendimentos fora e dentro da empresa", construindo uma complexa rede de atividades/rendimentos salariais que garantem a sua sobrevivência". Questionando os conceitos de "trabalhador assalariado" e "trabalhador independente" (pois ele o é, simultaneamente), para ele, os *status* do trabalhador derivam-se "de um experiência de vida seguidamente complexa e multifacetada, cujas variantes ocasionais interpenetram-se, definindo e redefinindo o que agora se faz e, seguidamente, do que pretende fazer". Nesta perspectiva, o autor sublinha que *"a consciência de classe e as ações econômicas e políticas [pelas trajetórias ocupacionais] determinadas são o resultado da acumulação de experiências ao longo de uma vida enriquecida por múltiplas e diferenciadas atividades"* (Ibid: 166).

Malaguti nos remete a seguinte questão: mais além do trabalho na fábrica capitalista, que outros trabalhos são necessários para reprodução ampliada da vida? O que é preciso aprender no cotidiano de vida e trabalho para conseguir (sobre)viver aos desmandos do capital? Se no interior da "casinha" (Tiriba, 2002b), se reproduzem as relações sociais e econômicas mais amplas, como a organização da unidade doméstica se constitui como um elemento do processo



de reprodução ampliada da vida? Em outras palavras, pensamos que para compreender *o sentido ético-político do conjunto de estratégias de trabalho e de sobrevivência necessários para garantir a reprodução ampliada da vida* é preciso penetrar na unidade doméstica e em outros espaços de formação humana, para além do trabalho assalariado. O segundo é trazer à superfície dados empírico-teóricos reveladores da participação, nas atividades da economia popular, não apenas os desempregados mas também aqueles que, devido aos baixos salários obtêm seus rendimentos dentro e fora da empresa, construindo uma complexa rede de solidariedade que garantem a sua sobrevivência. Também precisamos saber com que critérios os setores populares criam e (re)definem antigos e novos “satisfatores” das necessidades humanas? Além disso, quais os horizontes político-educativos dos diferentes estilos de solidariedade presentes nas relações humano-sociais?

Diferentemente da economia popular, “a economia solidária foi inventada por

operários nos primórdios do capitalismo industrial como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão ‘desregulamentada’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX” (Singer, 2002:83). Diferentemente da economia popular, a economia solidária surge no Brasil, “provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar” (Ibid: 87). Na verdade, com a crise estrutural do emprego, proliferam as estratégias de trabalho e de sobrevivência, no entanto, *embora torne-se, agora, mais evidente, a economia popular não é filha do desemprego e, tampouco da pobreza. A economia popular apresenta-se como*

“(...) uma forma de produzir e distribuir bens e serviços que têm como horizonte a satisfação de valores de uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem, o conceito de economia popular nos remete ao significado etimológico da palavra “economia”, a qual se origina do grego Oikos (casa) e nemo (eu distribuo, eu administro). Assim como Oikonomia diz respeito ao “cuidado da casa” (entendida como morada do ser), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio, vêm tentando garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo (aí incluído o Planeta Terra, como nossa Casa Comum)” (Icaza e Tiriba, 2003:103).

Sendo a forma pela qual, historicamente, os setores populares tentam assegurar – a seu modo – a reprodução ampliada da vida, “as estratégias de trabalho e de sobrevivência atravessam diferentes formações econômicas, plasmando-se (de forma

hegemônica ou subalterna) em um determinado modo de produção e/ou modelo de desenvolvimento econômico)"(Ibid). Apresentando-se em diferentes *tempos históricos*, a economia popular não é um fenômeno que se manifesta apenas no interior da sociedade capitalista, estando presente nas sociedades dos caçadores-coletores, na sociedades escravistas, socialistas, etc. Embora a economia popular não se configure, necessariamente como "economia dos pobres", é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela tem se apresentado, fortemente, como tal.

Além de considerar as redes de convivência e as múltiplas relações que os seres humanos estabelecem com o mundo, não podemos esquecer que com a globalização da pobreza, "vale qualquer coisa para sobreviver", o que leva os trabalhadores a desenvolver atividades de diferentes naturezas. Como lembra Canclini (1998:20), "*os migrantes atravessam a cidade em muitas direções e instalam, precisamente nos cruzamentos, suas barracas de doces regionais e rádios de contrabando, ervas medicinais e videocassetes*" (grifo nosso). Isto significa dizer que com a globalização econômica (dos bens materiais e dos bens simbólicos), a cultura do trabalho – tanto na economia popular como na economia solidária - tendem a se tornar uma cultura híbrida.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

CHAVES, Isabel. "Malandros-trabalhadores: estratégias de sobrevivência no mercado capitalista". In Tiriba, Lia (org.): *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro:UFF, 2003: pp. 115-140

SILVA, Antonia D. "Trabalhadores-moradores de rua. Perspectiva de sobrevivência num cenário de exclusão e miséria". In Tiriba, Lia (org.): *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro:UFF, 2003: pp. 72-114

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. São Paulo : Cortez/ Oboré. 5.ª Ed. 1992.

ICAZA, Ana e TIRIBA, Lia. "Economia popular". In Cattani, A. *A outra economia*. Porto Alegre. Editora Voraz, 2003: pp. 101-109.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Vol. 1, Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PEREIRA, Luciana. "Economia popular e educação: para onde caminham os trabalhadores-caminhantes?" In Tiriba, Lia (org.): *Educação e mundos do trabalho: retratos da economia popular em Angra dos Reis*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro:UFF, 2003: pp. 141:187.

RAZETO, Luis. "Economia de solidariedade e organização popular". In Gadotti e Gutiérrez: *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo : Cortez, 1993.

SINGER, Paul. "Economia solidária". In SANTOS, Boaventura (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

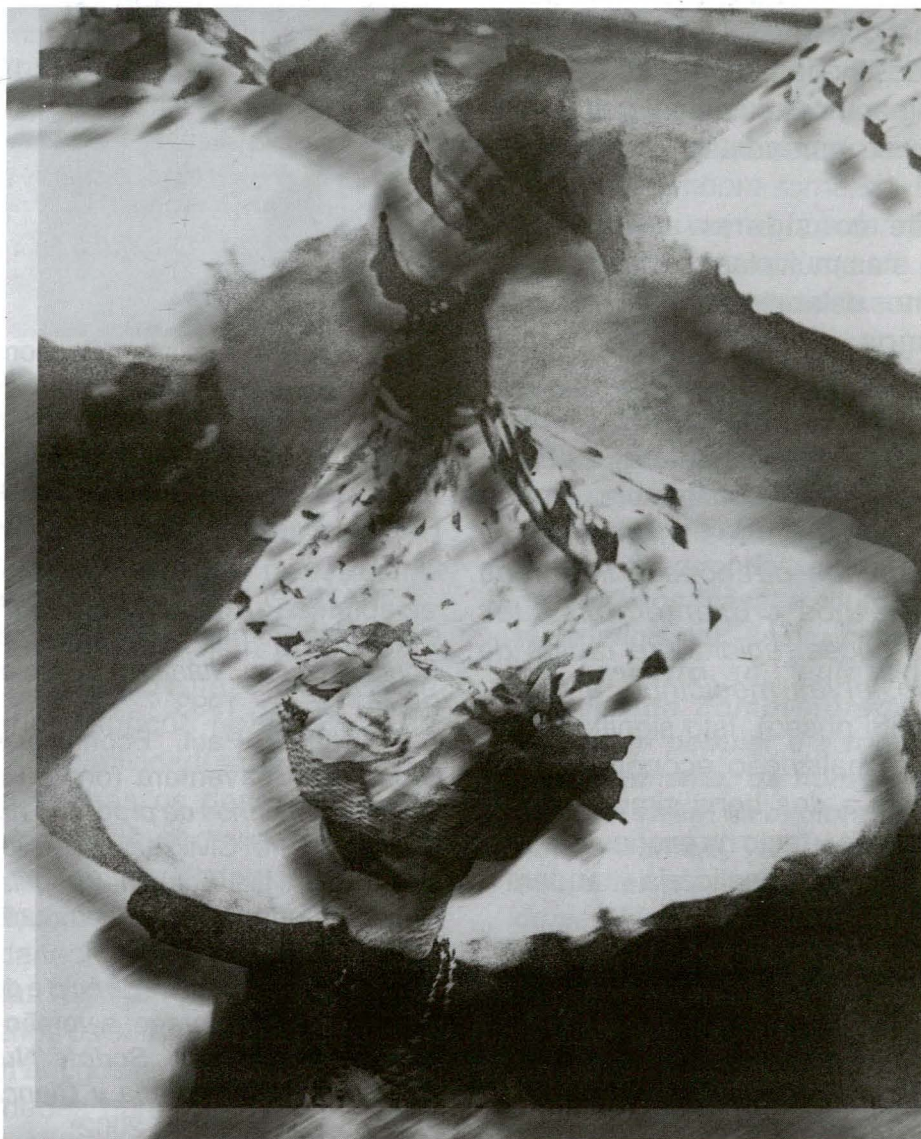
TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí:Unijui, 2001.

_____. "Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego: a versão angrense do paraíso tropical". In *Scripta Nueva Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, www.ub.es/geocrit/sn, 2002^a

_____. "Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação". In Frigotto, G. e Ciavatta, M. (org.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro. DP&A, 2002b.

Economia Solidária: incubando uma outra sociedade

*Armando de Melo Lisboa**



* Professor no Depto. de Economia da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Co-fundador do GT de Economia Solidária de SC, consultor de diversas organizações da sociedade civil. Publicou inúmeros artigos nas áreas de economia política, social e ecológica e em ciências da religião, além de alguns livros em co-autoria.

A economia solidária (ES) hoje emergente não é uma forma conjunturalmente compensatória diante da crescente precariedade da condição humana, mas alenta uma outra economia sintonizada com as profundas transformações contemporâneas que configuram um ethos civilizatório superior ao do capital.

Para melhor compreender seu potencial enquanto estratégia estruturante de um outro desenvolvimento socialmente humano e ecologicamente sustentável veremos primeiramente como o Brasil se inseriu no padrão de desenvolvimento capitalista hegemônico. Em seguida, situando-a dentro do quadro da nossa matriz civilizatória e das mutações atuais, procuraremos explicitar sua identidade.

Josué de Castro e o debate sobre o desenvolvimento brasileiro

A partir de meados do séc. XX o Brasil adentrou tardiamente, mas em passos rápidos, para o mundo industrial pela via mimética das políticas substitutivas de importação gestadas pela CEPAL (criada em 1948), instalando uma forma mais sutil de dependência. A hegemonia da idéia do desenvolvimento fez dela “a *metáfora fundamental da nossa história desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais*”, proclamou Guerreiro Ramos. Encantados pelo moderno, o fascínio pelo desenvolvimento acelerado foi avassalador, a ponto de fazer conviver dentro do ISEB, agência brasileira constituída em 1955 para conceber e difundir a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, pensadores das mais distintas correntes ideológicas, dos assumidamente vinculados à burguesia, aos marxistas e identificados com as classes trabalhadoras.

Entretanto, “a *despeito da retórica dos desenvolvimentistas, a industrialização tal como se efetuou na América Latina não é de forma alguma fator de independência*

nacional. Ela transformou a dependência tornando-a mais insuperável”, critica Rouquié. Além disso, para se fazer de forma acelerada o desenvolvimento do capitalismo requeria instrumentos coercitivos. As gigantescas distorções providas do desenvolvimentismo levaram inclusive Raúl Prebisch (1901-1986) a reconhecer em 1981, que “*esse capitalismo de imitação, pretendendo se desenvolver à maneira dos países centrais, só pode subsistir a longo prazo com o naufrágio dos direitos humanos e a consagração das desigualdades sociais*” (apud. Rouquié, 1991: 342).

As falácias das políticas desenvolvimentistas de corte economicista que enfatizavam o crescimento industrial e a urbanização a qualquer preço, ignorando a agricultura e os dramas dos nossos camponeses decorrentes do latifúndio, foram então denunciadas, enfática mas inutilmente, por Josué de Castro (1908-1973). Tendo claro que a fome é a mais trágica expressão do subdesenvolvimento e do colonialismo (“*fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa*” – Castro, 1992: 47), sendo decorrente da má utilização dos nossos recursos naturais por estruturas agrárias inadequadas e não da pobreza de nossas bases físicas, afirmava que “*nenhum plano de desenvolvimento é válido se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo*” (ibid.: 304).

Ao longo das sucessivas edições de sua principal obra, ***Geografia da Fome*** (a primeira é de 1946), especialmente na nona edição, 1961, última que revisou, Castro debateu-se contra a tendência dos economistas (inclusive Celso Furtado, na época Ministro do Planejamento) de concentrar todo o esforço no aço, na industrialização, “*obrigando-se a coletividade a pagar o custo do progresso*”. Num Brasil que então acabava de construir

Brasília, a “capital do futuro”, diante da rápida industrialização, premonitivamente vislumbrava que “*não há dúvida que o Brasil dá no momento atual um grande salto em sua história social. O que precisamos evitar é que seja um salto no abismo, (...) [pois] não é possível saltar esse fosso com um povo faminto*” (ibid.: 297).

Aludindo ao dilema Pão ou Aço, entre apoiar a economia mais no setor agrícola ou no industrial, ilustrava o nosso drama de “*promover o desenvolvimento sem sacrificar as aspirações de melhoria social do povo*”. Entendia que “*a solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço*”. O “*desenvolvimento econômico-social autêntico*” é fruto duma “*economia dirigida tendo como meta o bem-estar social da coletividade*” e parte duma perspectiva regionalista que promove o equilíbrio entre as diferentes regiões do país, entre a cidade e o campo.

Insistindo que o importante era discutir o estilo do desenvolvimento, Castro foi um crítico da forma como se implantavam as políticas desenvolvimentistas sem a imprescindível reforma agrária, sem a qual não se superaria o subdesenvolvimento. Nesta direção apresentava “*a Reforma Agrária como uma necessidade histórica (...) um imperativo nacional*”, pois entendia que se não enfrentarmos este *tabu*, continuaremos imolando a nação nos altares de um pseudodesenvolvimento. Com razão afirmava que “*o desenvolvimento industrial por si só não é bastante para conduzir a uma reforma da economia agrária*”. Concentrar todo o esforço desenvolvimentista apenas no setor industrial tanto condenaria a agricultura ao atraso quanto seria “*um fator de estrangulamento da própria economia industrial*”.

A “*política de industrialização intensiva concentrada na região Sul*”, ao acentuar e agravar ainda mais os desníveis regionais

existentes, promove um “*desenvolvimento anômalo, setorial, limitado a certos setores mais rendosos, de maior atrativo para o capital especulativo, deixando no abandono outros setores básicos, indispensáveis ao verdadeiro progresso social*”, conspirando contra a verdadeira integração econômica do país. Diferenciando-se de Corbisier, um dos ideólogos do ISEB, que definia o caráter colonial pela ausência da indústria, relegando um país à condição de exportador de matérias-primas, entendia Castro que o colonialismo estava num “*desenvolvimento anômalo, setorial*”, associado à poucos privilegiados e que apenas acentua nossas disparidades e dualismos.

Suas conclusões são taxativas e desnudam o mito da industrialização e da urbanização: o economicismo puro promove um “*desenvolvimento de tipo colonialista*”. “*Mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o já desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos*”, o que levará ao aniquilamento progressivo dos recursos naturais e à ampliação da miséria e da desigualdade. Precursor das questões ecológicas – Castro veio a influenciar decisivamente à I. Sachs e sua tese do ecodesenvolvimento quando do seu exílio em Paris – com razão advertiu: “*Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país ...*” (ibid. 289, 284).

Entretanto, mesmo com a imensa repercussão internacional de sua obra, estas advertências foram insuficientes para mudar o rumo, sendo completamente ignoradas. As orientações funcionalistas e marxistas, concentradas na temática da economia e do

desenvolvimento, deixam de lado as preocupações ecológicas e identitárias de matriz culturalista e regionalista, pois partilhavam da mesma visão cientificista que descartava as explicações histórico-culturais. Neste momento o divórcio entre as políticas estatais e as raízes culturais se amplia, gerando modernismo sem modernização, modernidade sem desenvolvimento integral. A forte orientação modernizante-industrialista vigente a partir da década de cinquenta é acompanhada por uma acentuada reação contra as interpretações culturalistas do subdesenvolvimento. A hegemonia do paradigma desenvolvimentista que salientava as explicações de corte histórico-econômico, caracterizou como reacionário aqueles que se preocupassem com o tema da cultura.

As políticas desenvolvimentistas privilegiaram os grandes grupos econômicos com capacidade exportadora, bem como o molde da revolução verde, a qual incentivou a integração da agricultura ao complexo agroindustrial conforme um pacote tecnológico importado e inadequado às nossas condições naturais. A revolução verde, onde a agricultura familiar praticamente não tinha lugar, foi a culminância do processo de subordinação da realidade à lógica do grande capital (da transformação da agricultura em *agribusiness*). Nele se desqualifica o artesanato, o pequeno, o conhecimento popular e a agricultura (subordinando-a ao setor industrial), gerando a uma imensa degradação ambiental. O padrão de desenvolvimento adotado não dava lugar aos produtos com identidade cultural e originados da pequena produção familiar e comunal.

Apesar da opção das nossas elites na direção de um modelo de modernização desenvolvimentista que buscava apenas o aumento da competitividade, levando a um tipo de inserção internacional que despreza e descarta os inúteis (a imensa mão-de-obra desqualificada), a ótica fundamentalista de

mercado nunca se completou entre nós, sobrevivendo até hoje, ainda que enfraquecida, a agricultura de base familiar, o artesanato e formas coletivas de economia urbana e popular, expressões de um tecido social com largas reservas de cooperação e solidariedade.

A Economia Solidária diante da mutação civilizatória

Vivemos o esgotamento do modelo de desenvolvimento tipo *plantation*, o qual era competitivo porque socializava custos (sua cadeia produtiva não computava todos os custos envolvidos). Hoje estamos diante de novas formas produtivas onde redes de pequenas e médias empresas flexíveis têm muita competitividade. O modelo de modernização disciplinar torna-se inadequado para dar suporte às novas tecnologias, as quais aprofundam o aspecto cooperativo do trabalho. As novas tecnologias são eficientes quando animadas por subjetividades produtivas, sendo pouco compatíveis com a organização fordista do trabalho.

Os novos meios contraceptivos atualmente disponíveis (e a legalização do aborto em muitos países) fazem as mulheres retomar seu poder que as mitologias de um tempo longínquo evocam. O movimento ecológico luta por maneiras de viver mais naturais, as quais alimentam a corrente associativista (Ecovilas). Estamos vivendo uma revolução oposta à revolução verde, uma verdadeira mudança de mentalidade, de ethos, na direção duma outra sociedade ambientalmente mais sadia e socialmente mais justa.

O emergir da Economia Solidária entrelaça-se com o feminismo, com o despontar da agroecologia e o revigorecimento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado, partes duma transição paradigmática e civili-

zacional. A ES é sinal dum outro paradigma produtivo e civilizatório, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais. Por refutar o produtivismo, a ES revela uma outra modernidade, uma outra civilização com novas formas de viver e de se relacionar, uma outra visão sobre o progresso, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza.

Entretanto, continuamos com uma mentalidade colonizada, a nos mirar no espelho exógeno (nortecêntrico e anglófono) do grande capital que agudiza e aprofunda o desencontro entre nossas raízes culturais afro-latino-ameríndias com um estilo de desenvolvimento transplantado e centrado no fundamentalismo de mercado.

A Economia Solidária e o ethos barroco

A Economia Solidária decorre também da secular luta dos trabalhadores contra a exploração e a pobreza. Atualmente ela é impulsionada pelo vazio ideológico decorrente tanto do fim do socialismo real, quanto do fracasso dos governos social-democratas (que submeteram-se ao consenso liberal de Washington e aos ditames do capital financeiro). Isto reaviva antigos caminhos abandonados ou nunca tentados, considerados “utópicos” e ineficazes. Conjunturalmente, a ES também se beneficia das conquistas políticas de inúmeros governos populares em municípios, em alguns estados e, presentemente, no governo Lula, os quais engendram políticas públicas de apoio, direcionando frações do imprescindível fundo público para esta outra economia. Como todo governo se encontra em permanente disputa, a ES se insere dentro deste campo conflitivo de forças, tendo um papel estratégico em gestar alternativas para um outro desenvolvimento.

Entretanto, tal como está a surgir aqui no Brasil (e na América Latina), a ES não se reduz a ser um terceiro setor da economia distinto do estatal e do capitalista (o que, sem dúvida, não é pouco), o qual se impulsionaria conforme as crises cíclicas deste último, mas é portadora de potenciais ainda maiores que estão a desabrochar. Se a ES se limitasse a reagir à situação de empobrecimento, seria uma espécie de modo de produção intersticial (Singer), uma forma de política compensatória funcional ao contexto de precarização do trabalho.

De fato a atual ES não se limita a reproduzir o padrão histórico europeu da luta pela emancipação do trabalho, uma vez que a afirmação do princípio da solidariedade e da cooperação hoje não está confinada “*ad intra*” ao empreendimento (como no envelhecido cooperativismo), nem restrita à uma perspectiva classista (pois se dá numa escala maior, com ressonâncias ecológicas, intergeracionais, de gênero, raciais e multiculturais, além de estar presente nas classes médias e em frações crescentes das elites: vide o crescente movimento da responsabilidade social empresarial). A força da idéia da cooperação está em ela expressar tanto uma mais ampla e universal mutação civilizacional, quanto o ressurgir da presença de um ethos barroco próprio na América Latina, claramente diferenciado do calvinista-puritano de corte calculista-individualista.

Por aqui os empreendimentos da ES, em geral, não advêm do poder público nem dele dependem de forma significativa, mas surgem da luta política dos movimentos sociais e da auto-organização comunitária. Possivelmente a maioria deles está vinculada a processos sociais dinamizados por uma forte influência cristã, especialmente na sua gênese (como é o caso das cooperativas do MST, da experiência do Banco Palmas ou do forte papel da Cáritas, uma das mais antigas agências fomentadoras da ES brasileira).



filosofia iluminista

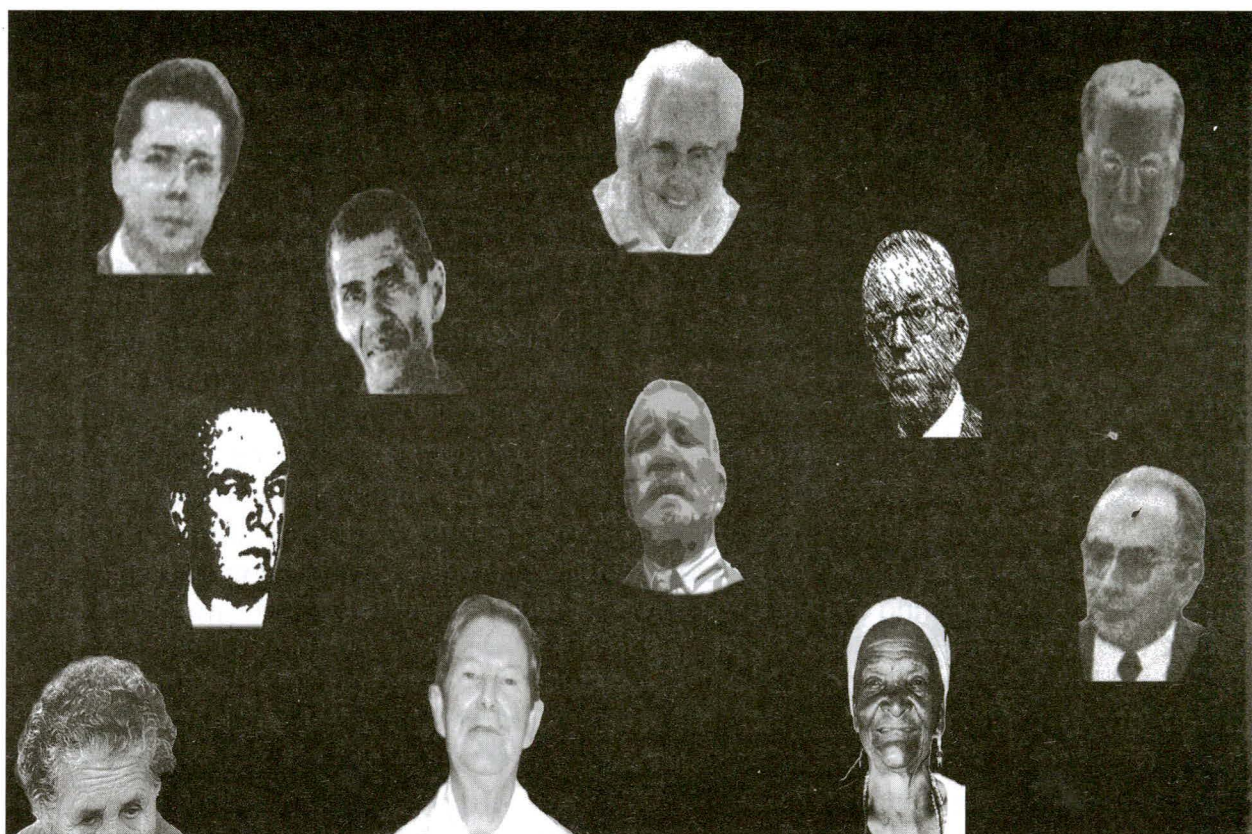
Barroco

Atualmente muitos reconhecem a América Latina como uma civilização singular, obrigando a debater o papel da matriz católica-ibérica enquanto uma variante civilizacional, como o fazem Braudel, Echeverría, Morse, Huntington e outros. Séculos antes de Maffesoli reinventar a "razão sensível", os renascentistas e escolásticos ibéricos forjaram uma modernidade não desintegrada, fundada sobre uma *sapientia cordis* (sabedoria do coração), sobre um conhecimento afetivo e místico onde o material e o espiritual estavam fundidos, onde as relações econômicas mercantis estavam amarradas em relações pessoais e comunitárias.

É característico do barroco seu caráter de irregularidade, de assimetria, de conjugar a razão e a paixão, a complexidade da coexistência de elementos aparentemente contrários, e não a pureza ou a linearidade. Barroca foi a própria forma de resistência dos povos afro-ameríndios onde os derrotados adotam a dissimulação (sincretismo e mestiçagem) para sobreviver, talvez a única forma de

resistência possível para que sua cultura não desaparecesse. Daí a sábia sentença que Oswald de Andrade proferiu em 1928: "*Nunca fomos catequizados. Fizemos foi carnaval*".

Barroca, mais que qualificar um estilo artístico-cultural ou toda uma época, é uma das formas históricas do *ethos* moderno, traduzindo, particularmente a forma latina, mediterrânea e ibero-americana de viver a modernidade. A cultura renascentista, hispânica, de fortes traços humanistas e erasmianos, inaugura a modernidade. Porém esta primeira modernidade se eclipsou e foi descartada com a ascensão contra-revolucionária da sua vertente iluminista e instrumental, predominantemente anglo-saxã. Morse ressalta que enquanto o método empírico reflete uma racionalidade dessacralizada, utilitária e atomista, os ibéricos adotaram uma abordagem marcadamente holista. Weber insinua que o *ethos* católico seria anticapitalista. Apesar do pensamento produzido pela primeira modernidade ser da maior importância, ele foi descartado pela filosofia



iluminista, ocorrendo um esquecimento profundo do seu papel fundante da própria modernidade.

A ES brasileira e latino-americana reflete a forte presença de elementos que mergulham profundamente no particular substrato histórico-cultural (e, portanto, no imaginário) do nosso sub-continente. Este remonta a nossa tripla raiz latino-afro-ameríndia que se molda na época da primeira modernidade, ibérica, barroca e escolástica. Ao se nutrir de antigas raízes de solidariedade e socioeconomia que engendram uma outra racionalidade na América Latina, a ES possibilita um caminho alternativo e não colonialista de desenvolvimento.

A Economia Solidária hoje permite perceber que nosso legado afro-latino-ameríndio, ao invés de ser um entrave ao nosso desenvolvimento, pode ser um ponto de apoio para sustentar a uma outra modernidade liberta do fetiche de uma falsa riqueza, capaz de reconciliar as imprescindíveis eficácia da

ação econômica com a qualidade emancipatória da ação moral.

Afinal, qual a identidade da Economia Solidária?

Se a ES permite o reencontro com nossa identidade, ou seja, contribui para o permanente processo de identificação de cada povo, cabe, afinal, não perder de vista uma compreensão mais clara dela própria. É mister romper a barreira epistemológica e conceitual que bloqueia a percepção da especificidade da ES em nossas terras e que a diferencia da européia e de outros lugares. Está em jogo a identidade (e, portanto, os rumos e a própria sobrevivência) da emergente ES. Sinteticamente, vislumbramos cinco características principais definidoras da identidade desta utopia concreta que é a ES:

a) Autogestão e inserção comunal

O adjetivo “solidário” tem um peso

decisivo: a solidariedade que se busca surge duma relação face-a-face. Por advirem duma intensa interação humana, em geral de ordem comunitária e até familiar, os empreendimentos da ES são metabolicamente distintos dos organizados pelo capital. Como neles vige o princípio da autogestão, não são empreendimentos individualistas regidos pela propriedade privada e pelo trabalho subalterno. Trata-se duma dinâmica econômica geradora de inclusão: é a reprodução da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial.

b) Territorialidade e sustentabilidade

Com base na participação ativa da população, a ES mobiliza de forma autônoma e responsável os recursos presentes no território, propiciando uma dinâmica de autoconfiança que revigora as identidades locais e a auto-estima social, minimizando a degradação ambiental. A ES se insere numa espécie de “pacto territorial”, ou seja: tem um compromisso com o processo de desenvolvimento local e sustentável (onde cada região é sujeita ativa do seu desenvolvimento).

c) Redes e parcerias: a intercooperação

A articulação entre consumidores, investidores e produtores não apenas gera nichos de mercado para a ES: também desenvolve finanças e cadeias produtivas solidárias, como se vislumbra pelo surgimento das redes de Comércio Justo, de Cooperativas de Crédito (no Sul do Brasil destaca-se o sistema CRESOL e sistema SICREDI), bem como pela afirmação do conceito de preço justo.

Estas 3 primeiras características geram um processo de empoderamento, levando à uma outra economia comprometida com o

território e sua população, uma economia inserida entre os limites ecológicos e éticos, permitindo-a atravessar o mercado sem se seduzir pelo seu canto de sereia.

d) Inserção no Mercado

Ainda que rompa com o fundamentalismo de mercado, a ES afirma-se sem a tutela do Estado, não trilhando os caminhos do socialismo estatista e autoritário. Isto a distingue dos dois grandes projetos ideológicos do séc. XX. Por se inserir no mercado, a ES permite percebê-lo não abstrata e miticamente, mas como uma construção humana com papel historicamente civilizador que assume peculiaridades conforme época e lugar.

Assim como a ascensão do capitalismo modificou o funcionamento dos mercados, fazendo surgir a hegemonia do princípio das trocas individualistas e competitivas (onde um ganha e outros perdem), o advento da ES também está a modificar, mais uma vez, o mercado, reinstaurando as trocas cooperativas, complementares e sinérgicas onde todos ganham. Redefine-se o caráter da própria competitividade: esta volta a banhar-se nos referenciais éticos, humaniza-se e emociona-se.

Diferentemente do grande mercado anônimo, forja-se um mercado solidário, o qual se ergue sobre relacionamentos humanos cara-a-cara onde as escolhas morais são mais evidentes. Um outro mercado, o solidário, por ser um mercado controlado socialmente, por pautar uma economia da simplicidade e estar a serviço da lógica da vida, aponta, paradoxalmente, para uma ruptura com a mercantilização total da vida.

Mas há também no mercado solidário conflitos e interesses divergentes (fazem parte da condição humana), porém estes são “jogados” de outra forma. É uma armadilha perguntar: é melhor cooperar ou competir? Isto apenas nos aprisiona ter de escolher dentro da absurda antinomia entre um capitalismo que

sabe produzir mas não distribuir, e um socialismo que faz exatamente ao contrário. Precisamos simultaneamente produzir e distribuir com eficiência e justiça. A barroca coexistência da cooperação com competição (cooperação competitiva), a ambigüidade da presença simultânea dos valores substantivos e mercantis, é uma característica central da ES (e que desnor-teia os marcos cartesianos de análise). Ela está duplamente inserida tanto dentro do marco da sensibilidade, quanto do marco da razão, configurando uma outra racionalidade (lógica dialógica ou contraditorial).

e) Socioeconomia solidária

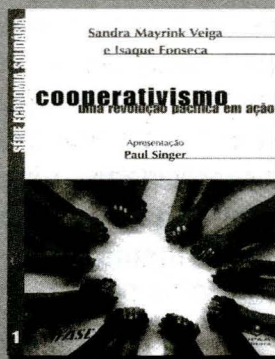
Sendo a afirmação duma outra racionalidade (e não meramente uma estratégia de inclusão dos excluídos), as emergentes experiências de ES não podem ser avaliadas apenas pela sua dimensão econômica, pois são partes dum processo maior com múltiplas dimensões.

A ES não se contenta em ser simplesmente um organismo econômico. Mais que um outro modo de produção, ela se insere num novo ethos: ela é um modo de vida que

não se coaduna com o fundamentalismo mercantil. Por isso ela é melhor conceituada como SOCIOECONOMIA: são formas de trabalho distintas do individualismo econômico e que não buscam exclusivamente a valorização e o acúmulo incessante, mas a cidadania e a realização humana. Trata-se duma outra economia mais integrada com a natureza e com a sociedade. Suas atividades simultaneamente reforçam o pertencimento social à uma comunidade, gerando trabalho e renda, rompendo com a lógica da mera adaptação à forma mercantil fundamentalista. Recupera-se aqui o sentido original da economia: o cuidado da casa.

Referências bibliográficas

- CASTRO, Josué (1992). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Gryphus, 11ª ed.
- CORBISIER, Roland (1978). "Filosofia no Brasil". In: *Encontros com a civilização brasileira*, n. 4.
- ECHEVERRÍA, Bolívar (1998). *La modernidad de lo barroco*. México: Era.
- MORSE, Richard (1988). *O espelho de próspero*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ROUQUIÉ, Alain (1991). *O extremo-ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp.



Série Economia Solidária

1. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Sandra Mayrink Veiga e Isaquie Fonseca. **R\$14,00.**
2. Princípios básicos para a comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações. Ana Paola Frare e outros. **R\$12,00.**
3. Plano de negócios para cooperativas e associações. Ricardo H. Salles. **R\$12,00.**
4. Associações: como constituir sociedade civil sem fins lucrativos. Sandra Mayrink Veiga e Daniel Rech. **R\$14,00.**

Como adquirir: através do site www.fase.org.br; depósito bancário no Banco Bradesco, agência 227-5 conta corrente 95475-6, envie o comprovante pelo fax (0xx21) 2286 1209 ou cheque nominal à FASE remetido para Rua das Palmeiras, 90, Botafogo CEP 22270-070 Rio de Janeiro RJ aos cuidados do Setor de Publicações.

Maiores informações sbrandao@fase.org.br ou tel.: (0xx21) 2286 1441.

Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais

Benedito Anselmo Martins de Oliveira

*Profº e membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei e doutorando do CPDA/UFRJ.

Uma nova esperança

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002, pela coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores, no Brasil, está representando para a maioria das organizações representativas dos trabalhadores e para boa parte dos movimentos sociais, a possibilidade de se verem concretizadas algumas formas para minimização dos efeitos da liberalização capitalista globalizada, no que diz respeito, fundamentalmente, à aplicação de políticas públicas. Nessa perspectiva, acaba de ser criada, dentro da estrutura do Ministério do Trabalho, com a intenção de apoiar no desenvolvimento das práticas solidárias que combatem a exclusão social e buscam a geração de mais oportunidades de emprego, trabalho e renda, a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esta Secretaria surge como fruto de uma movimentação de várias Organizações¹ que atuam nesse campo, e que iniciaram, mais coletivamente estes debates, a partir do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária do Fórum Social Mundial – FSM (oriundo do I FSM). Suas reflexões centram-se na busca do exercício de práticas solidárias em organizações que possuem condições de praticarem novas formas de produção/distribuição/consumo, baseadas nos princípios fundamentais da cooperação e da autogestão.

Evidentemente, este processo trará para o debate temas antigos e novos que terão que ser enfrentados e que serão apresentados neste artigo, entre eles: sua relação com o Estado, com o mercado e com a sociedade. Considera-se que este debate será mais exitoso se continuar contando com a participação do movimento sindical e movimento social, bem como, no caso específico, pelos membros das organizações praticantes e entidades fomentadoras da Economia Solidária, tendo o Estado atuando, ao mesmo tempo, como ator e arena deste debate.

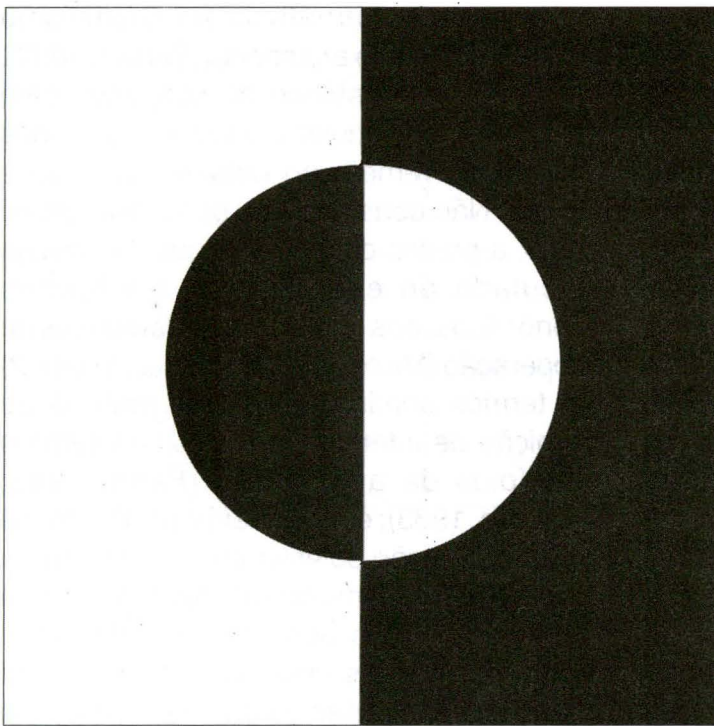
Este artigo servirá, portanto, para contribuir para a busca de esclarecimentos sobre o que provocou o reaparecimento dessa temática, sobre a percepção de suas efetivas formas de funcionamento, sobre a construção de seus conceitos e sobre sua gênese.

Os antecedentes históricos

Com mais evidencia lógica e com maior intensidade foi a partir do início do Século XIX que as formas cooperativas de produção/distribuição/consumo, passaram a ser mais utilizadas principalmente pelos trabalhadores e por parcelas de excluídos do sistemas produtivo/distributivo/consumidor em hegemonia na época. Como apresenta Cole (1964), o exercício dessas práticas de cooperação objetivavam, em grande medida, a busca de alternativas às crises pelas quais passavam seus países, notadamente aquelas causadas pelo modo capitalista de produção. Fruto dessas experiências, surge o cooperativismo que pode ser adjetivado como um híbrido que pode combinar o *homo economicus* ao qual se refere Adam Smith, com o *homo social* ao qual se referem os pressupostos teóricos das ciências humanas. Isso levou a que o cooperativismo pudesse ser compreendido como uma possível “terceira via”, como percebe-se em Maurer Junior (1966) e Pinho (1965).

No entanto, apresentado conforme os argumentos de Engels (1945), Polanyi (1980), Singer (2002), Santos (2002) e, sobretudo, Cole (1964), o cooperativismo se torna pedra de toque de um debate em permanente mutação e ainda inacabado. Uma forma de procurar inserir-se neste de-

¹ Por exemplo: FASE; IBASE; PACS; ADS-CUT; ANTEAG; Cáritas; RBSES; Rede Interuniversitária de ITCPs; UNITRABALHO; Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Similares.



Pode-se perceber que o sucesso dessas 'novas formas de organização' demanda uma nova engenharia de ação coletiva, de novas formas de buscar empoderamento, de novas formas de representação política e de definição de interesses, mas, sobretudo, demanda a combinação com outras formas de **cooperação**, para que assim possam ajudar a plasmar melhor o que se convencionou denominar de **economia solidária**.

O cooperativismo popular: uma tentativa de definição

Para iniciar-se uma discussão sobre economia solidária é preciso que se faça uma reflexão mais profunda

sobre o cooperativismo. E fazer uma reflexão sobre a economia solidária requer, necessariamente, uma reflexão sobre a história das classes e dos movimentos sociais e também se retomar debates famosos como o de Rosa de Luxemburgo e Bernstein².
bate, pode ser construindo uma relação do cooperativismo com a economia solidária e com o exercício da autogestão. Evidentemente a construção de uma reflexão desse tipo não pode surgir como o sol radiante, há que ser vinculada a uma reflexão que incorpore o mínimo de resgate histórico, e que esteja vinculada aos processos de luta dos trabalhadores e da sociedade por uma melhor forma de viver. Atualmente, uma chave interessante para fazer essa relação é considerar o cooperativismo e a economia solidária como formas de organização social que podem significar a possibilidade de um elenco de movimentos emancipatórios como observa-se em Santos (2002), que podem estar se aglutinando, intencionalmente ou não, para seguirem o ponto cardeal que Quijano (2002) chama de "*novo imaginário anti-capitalista*", sobretudo quando se trata de movimentos que buscam formas alternativas econômicas de sobrevivência das categorias mais pobres, grandemente relacionadas à luta contra o desemprego, a exclusão, a pobreza, a miséria e a fome.

Embora este não seja o objetivo central deste ensaio, é importante o registro desta preocupação, precisamente por considerar que, dentre as lutas travadas pelos assalariados e seus aliados agindo em conjunto, como classe ou como movimento social, essas reflexões são fundamentais para argumentar que o cooperativismo pode ser definido como uma espécie de instrumento que pode ser utilizado – do ponto de vista da tentativa de transformar as formas de produção, por exemplo – como mecanismo da luta de classes. Mesmo considerando que, na maioria das vezes, este mecanismo isoladamente emerge *desplugado* de qualquer teoria de poder.

² Ver Luxemburgo (1983).

Em mínima instância, o cooperativismo pode ser instrumento para a luta de determinados grupos sociais pelo redesenho de padrões culturais, sobretudo aqueles que se referem a hábitos relacionados com os mecanismos de produção/distribuição/consumo de bens e serviços.

Os socialistas utópicos, por exemplo: Proudhon, Buchez, Louis Blanc, Saint-Simon, Fourier e Robert Owen – cujas idéias e práticas deram bases para o exercício do cooperativismo –, influenciaram, também, os chamados “Pioneiros de Rochdale” (artesãos que residiam no distrito de Lancashire na Inglaterra, que criaram em 1844, uma cooperativa de consumo). Durante o processo de criação desta cooperativa, seus fundadores estabeleceram o que, a partir dali, passou a ser chamado dos “Princípios de Rochdale”³, e que servem de pontos cardeais ao cooperativismo até os dias de hoje.

Em outra variante de compreensão, pode-se perceber que os princípios do cooperativismo possuem relação com os princípios fundamentais da cooperação, compreendida como uma possibilidade de eliminação das diferenças entre as pessoas, conforme argumenta Borgadus (1964), Marx (1985) e Lenin (1980). Nestes termos pode-se estar dando fundamentos ao que pode ser chamado de Cooperativismo Popular como o que é sugerido em Guimarães (1999) e conforme argumenta Lauschner (1982). Caso o cooperativismo popular venha a ser exercitado em grande escala e aglutinando setores, pode-se vislumbrar a possibilidade de se vivenciar o que Maurer Junior (1966) chama de “ordem cooperativa” ou o que Pinho (1977) chama de “economia cooperativa” ou o que Robert Owen chamou, de acordo com Thompson (1989), de “nova visão de sociedade”. Ou ainda como um dos itens que ajudam na “descoberta de novos

instrumentos alternativos ao capitalismo globalizado”, como argumenta (Santos, 2002).

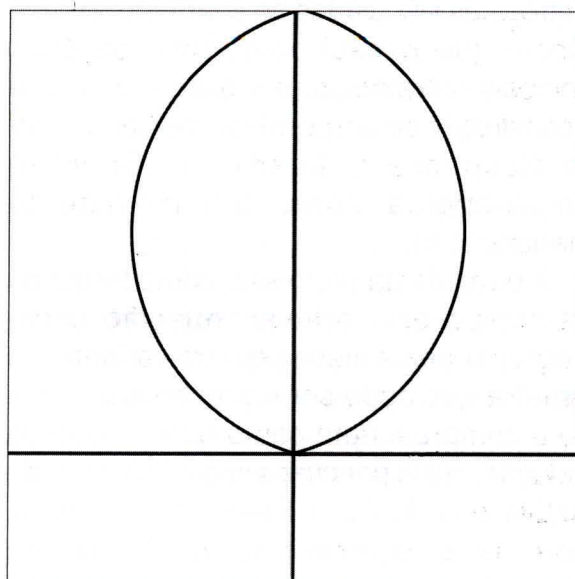
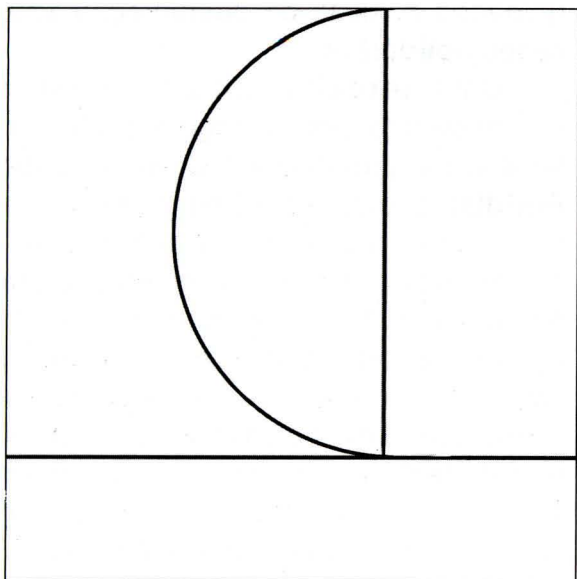
O resgate histórico do cooperativismo em sua versão popular, e a sua aplicação nos dias atuais remete ao debate sobre suas formas. Não considera-se, para efeito deste artigo, a prática cooperativa que não esteja vinculada ao exercício: 1) em termos econômicos, dos princípios fundamentais da cooperação (Marx, 1983; Borgadus, 1964); 2) em termos administrativos, de práticas de definição de interesses que considerem os princípios da autogestão (Faria, 1985; Carvalho, 1983); e, 3) em termos políticos, de práticas de ação coletiva que consideram o exercício da democracia representativa combinada com a democracia participativa dentro das arenas onde serão travadas as alianças para lutas por emancipação e transformação social e cultural (Santos, 2002).

Considera-se, por efeito, um tipo de cooperativismo que rompe com o conceito geral que a ele foi atribuído desde quando os socialistas utópicos foram “sepultados” – principalmente após o lançamento do “Manifesto Comunista” (em 1848 por Marx e Engels), quando a luta contra o capitalismo passou a ser compreendida, pela maioria dos socialistas e comunistas, principalmente como a aplicação de um processo de ruptura violenta que visava inicialmente a tomada do Estado – ou seja, o de ser considerado apenas como um instrumento útil para reformas que garantam a governabilidade.

Estes argumentos remetem à pergunta que não quer calar: de que cooperativismo se está falando?

Claramente existem, pelo menos, três grandes correntes de compreensão do cooperativismo: 1^a) que ele representa um fim em si – defendida pela maioria dos integrantes do

³ Os princípios dos cooperativismo podem ser observados em Pinho (1977).



sistema liderado internacionalmente pela Aliança Internacional Cooperativista; 2ª) que ele é um instrumento para reforçar os princípios liberais – representada por líderes cooperativistas das chamadas cooperativas agropecuárias brasileiras, por exemplo; e, 3ª) que ele é um instrumento para negar a ordem liberal e servir como fundamento para a construção de fontes alternativas aos efeitos negativos causados pelo capitalismo globalizado.

A essa ultima variante aproxima-se o chamado cooperativismo popular, ao qual este artigo se refere, e que se pressupõe aproximar-se do exercício dos princípios fundamentais da cooperação⁴, da prática da autogestão⁵ e da busca da composição de alianças estratégicas⁶ contra a pobreza e a exclusão social. Bem como, trata-se de um tipo de cooperativismo que se pressupõe aproximar de uma certa articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania⁷.

No Brasil, este tipo de cooperativismo está se desenvolvendo e é parte constitutiva de um movimento que se convencionou chamar de Economia Solidária.

Economia solidária: um debate a ser ampliado

As reflexões apresentadas nos itens anteriores apresentam um paralelo entre as lutas dos trabalhadores e o surgimento do cooperativismo, notadamente com o chamado cooperativismo popular, precisamente para elaborar um desenho de trilha compreensiva que o indique como sendo um dos principais elementos constitutivos da chamada Economia Solidária.

Para efeito deste artigo é conveniente apresentar as principais reflexões que estão sendo consideradas sobre a Economia Solidária e que se situam em torno de, pelo menos, três questões básicas: a) **do que se está falando?** b) **de onde surgiu?** c) **como se manifesta?**

Antes de se apresentar as três questões básicas, é importante considerar que diferentemente da “economia social”, que na Europa

⁴ Ver sobre isto Marx (1983) e Borgadus (1964).

⁵ Ver, p. e., Faria (1985) e Carvalho (1983).

⁶ Ver Offe e Wiesensthal (1986).

⁷ Compreendida como o que consideram Oliveira e Bava (1999)

pode ser considerada como práticas filantrópicas vinculadas ao chamado terceiro setor – que possui como uma de suas principais estratégias, por exemplo, a tese da construção de um possível “mercado justo” – a Economia Solidária, no Brasil, é compreendida como um movimento emancipatório.

A partir desta premissa, como forma de tentar responder à **primeira questão**, pode-se agrupar pelos menos quatro variantes, a **primeira** que pode ser representada pelos que a compreendem como outro modo de produção, cujos princípios são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, onde as **cooperativas e empresas autogeridas** são as unidades básicas de sustentação, como por exemplo o faz Singer (2002 e 2000).

A **segunda**, que pode ser representada por Mance (1999), para quem a tese da Economia Solidária não possui argumentação conceitual precisa, pois sua unidade básica de sustentação, a cooperativa, e sua concepção geral se baseiam apenas em propostas econômicas. Para Mance (2000), referindo-se às teses de Singer – acerca da formulação do conceito de Economia Solidária – considera-as questionáveis pois: 1) podem provocar aumento de desigualdades; 2) precisam da ação dos governos como condição necessária ao seu sucesso; 3) sugerem a questão da solidariedade com as empresas capitalistas; 4) podem provocar a competição solidária; 5) referem-se à solidariedade dos pobres em si; 6) necessitam de proteção externa no período de aprendizagem; 7) precisam de uma moeda própria para reserva de mercado; 8) pregam a competição, qualidade e custos; 9) necessitam o prestígio e o patrocínio externo. Partindo destas críticas, Mance sugere que, ao contrário, se almeje o que ele

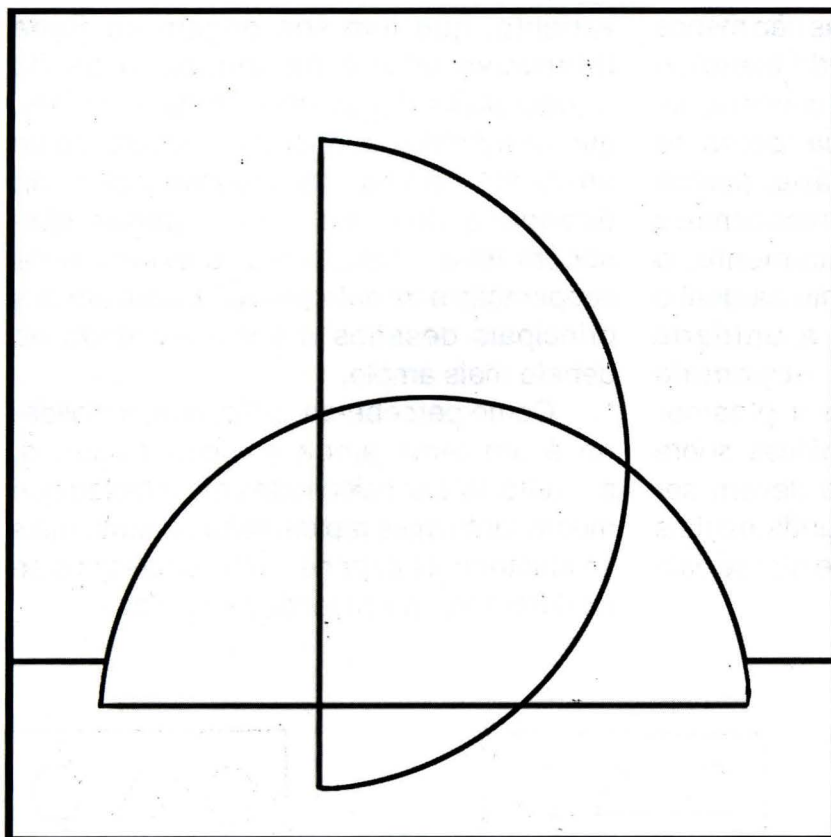
denomina de **colaboração solidária**, cujas unidades básicas de sustentação são as **redes solidárias**.

Uma **terceira** variante pode ser representada por Coraggio (2000), que sugere a argumentação de uma **Economia Popular**, que para ele emerge das rupturas contínuas impostas repetidamente ao cotidiano popular pela reconstrução global do capital, e dos comportamentos reativos da população trabalhadora em luta por reproduzir a sua vida. Se a perspectiva dessa economia é a da reprodução da vida, a unidade de análise mais conveniente vem a ser aquela que os antropólogos denominam de **unidade doméstica**.

Uma **quarta** variante, é a que categoricamente **nega** a possibilidade da articulação de uma **Economia Solidária**. Pode ser representada pelas argumentações que Vainer (1999) faz ao considerar que a Economia Solidária é um oxímoro, é um paradoxo em si. Em contraposição à proposta de Economia Solidária, Vainer sugere, baseando-se nas argumentações feitas pelo filósofo marxista francês Henri Lefebvre, a prática da **utopia experimental**, que para o autor significa a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser ‘um outro mundo’.

Quanto a **segunda questão básica**, que procura compreender **de onde surgiu a economia solidária**, pode-se considerar, conforme defende Singer (2002, p. 13), que

“A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de



trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução”.

Entre as diversas contribuições intelectuais e as diferentes práticas sociais há que se destacar as de Robert Owen, principalmente as contidas no plano por ele elaborado e sugerido ao governo britânico em 1817, para o qual:

“Os fundos de combate aos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e constituição de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre Aldeias” (Singer, 2002, p.25).

Os fundamentos de Owen foram rejeitados pelo governo britânico e ele resolveu radicalizar a sua proposta e, segundo Cole (1964), tanto mais ele buscava argumentar em favor de sua proposta de buscar minimizar a pobreza, mais ia avançando em direção a uma sugestão alternativa ao liberalismo, pois cada vez mais se tornava claro que o que ele propunha não era somente a minimização da pobreza, mas uma transformação que necessariamente teria que abolir a empresa nos moldes capitalista.

As teses de Owen eram coletivistas. E por isto foram fortemente aceitas pelas correntes que criaram as

primeiras cooperativas, tanto os rochdalianos, a partir do consumo, em 1844; como os classistas, ligados ao movimento sindical, que criaram as primeiras cooperativas de produção e serviços, por exemplo: London Cooperative Society (1824), Comunidade de Orbinston (1826), Brighton Cooperative Trading Association (1827); quanto os políticos, que ajudaram a criar as primeiras cooperativas de crédito, como os alemães Hermann Schulze-Delitzsch, no setor urbano, e Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no setor rural, por volta de 1850-52. Estas experiências, somadas a outras espalhadas pelo mundo, forçaram a criação da “Grand National Moral Union”, de Owen, possivelmente a primeira central sindical do mundo, conforme afirma Engels (1945). Esta organização foi sucedida pela “Grand National Consolidated Trades Union (1833-34)

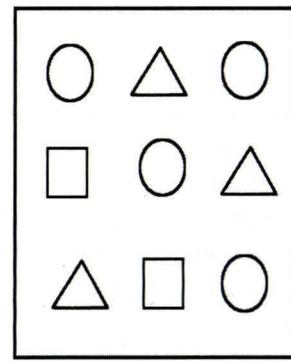
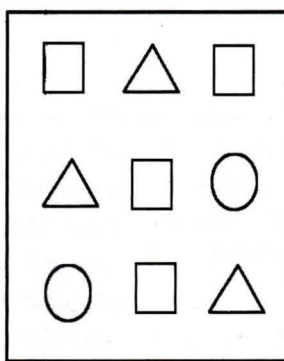
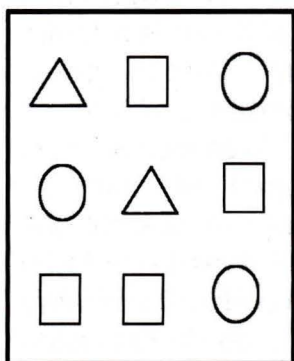
Outras contribuições nas quais a economia solidária se apoia são as feitas por Charles Fourier e as de Saint-Simon,

correntes menos coletivistas, mas não menos importantes para a influência do exercício das práticas organizacionais da cooperação.

A **terceira questão básica, como se manifesta a economia solidária**, parece ser a que representa um dos pontos centrais do debate atual. Fundamentalmente, a medida que se toma como ponto cardeal o questionamento sobre qual **a unidade básica de sustentação da economia solidária**, está-se ajudando a plasmar melhor as reflexões teórico-empíricas, sobre quais os tipos de organização devem ser consideradas como suportes fundamentais da Economia Solidária, para que não se caia no erro de considerar a 'tudo'.

variante, que tem sua origem na Rede Interuniversitária de Incubadoras de Cooperativas Populares – Rede de ITCs, que só admite a Cooperativa Popular como unidade básica de sustentação da Economia Solidária, “pois apenas elas podem levar a efeito real o exercício da cooperação e da autogestão”. Este é um dos principais desafios a ser enfrentado no debate mais amplo.

Como percebe-se, a Economia Solidária é um tema ainda em construção e, portanto, traz consigo toda uma reflexão que medra tanto mais rapidamente, quanto mais se alastrem as experiências concretas e se acelerem as investigações empíricas.



Em grande medida, no debate acerca da primeira questão básica (do que se está falando?) incorpora-se a busca das respostas para esta terceira questão. Em resumo, como vimos, pode-se observar que a variante que pode ser representada por Singer, crê nas cooperativas e nas empresas autogeridas como unidades básicas de sustentação da Economia Solidária; outra variante, liderada por Mance, crê nas redes solidárias; e, uma outra liderada por Coraggio, crê na unidade doméstica. No entanto, pode-se encontrar uma outra

No Brasil e na América latina, as práticas de Economia Solidária, podem ser iluminadas, em sua base inicial nas experiências, por exemplo, dos Falanstérios, de Fourier, e das Aldeias Cooperativas, de Owen. Em grande medida, certamente, as reflexões sobre essas experiências podem recorrer às teses de Robert Owen, por ser considerado um dos socialistas utópicos mais coletivistas e por ter articulado suas propostas “utópicas” com a prática política-sindical. Para ilustrar essas reflexões deve-se considerar as informações apresentadas,

por exemplo, em Cole (1964), Polanyi (1980), Thompson (1989), Mill (2001), Singer (2002), Engels (1945), Hobsbawn (1988).

Mas, sobretudo, a chave para o exercício dessas práticas, pode estar vinculada à prioridade que os movimentos sociais e o movimento sindical têm em buscar alternativas imediatas e concretas para os programas liberais, principalmente, porque a falência destes está provocando, de forma acelerada, concentração de renda, desemprego e avanço da pobreza.

Contribuições a serem consideradas

Na busca de contribuir, também, com o avanço nos debates acerca da Economia Solidária, Santos (2002) apresenta o que ele chama de “nove teses”, que de acordo com o autor serão importantes para a verificação nos estudos que se seguirão sobre o assunto, notadamente em investigações empíricas a serem realizadas em suas unidades básicas de sustentação.

São elas:

“Tese 1 - As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos (...); Tese 2 - O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (...); Tese 3 - As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do estado (...); Tese 4 - As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala (...); Tese 5 - A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda (...); Tese 6 - existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal (...); Tese 7

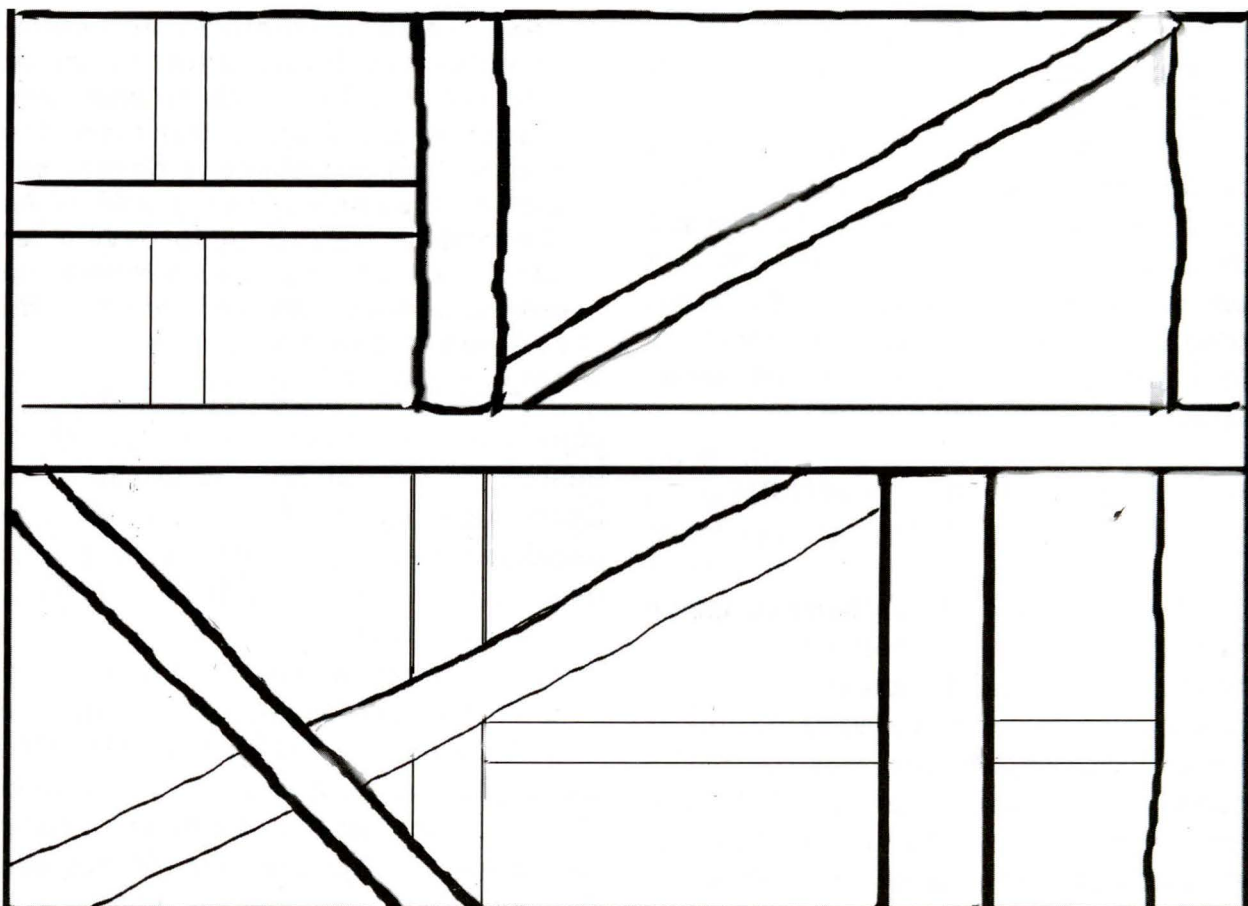
- As formas alternativas de conhecimentos são fontes alternativas de produção (...); Tese 8 - Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos (...); Tese 9 - As alternativas de produção devem ter relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade (...) (p. 64-73)”.

Estas teses se forem levadas em consideração, podem contribuir com as buscas de se transpor os desafios da Economia Solidária, e/ou com as buscas de estratégias de compreensão das dinâmicas de suas unidades básicas de sustentação.

No que diz respeito a alguns eixos do debate, por exemplo, quando se está falando de um novo modo de produção, ao qual se refere Singer (2002), ou a um novo imaginário anti-capitalista, ao qual se refere Quijano (2002) - que num primeiro momento, dada as condições da luta, pode ou não ser revestido de alguma teoria do poder - as práticas e as discussões teóricas sobre Economia Solidária podem ter importantes funções.

Em uma palavra, é preciso portanto mergulhar na compreensão das gêneses das organizações que praticam Economia Solidária e compreender suas dinâmicas. Para isto, é considerável que, embora buscando compreender suas formas de definição de interesses, suas formas de ação coletiva, suas formas de representação política e de empoderamento, tenha-se mais profundamente investigadas as suas fundamentações teóricas. Neste caso, é preciso recorrer a compreensão de suas formas de divisão do trabalho e o tipo de apropriação dada aos resultados dessas práticas.

O que parece, é que certamente presencia-se, através da Economia Solidária, formas alternativas que vislumbram quebrar o ciclo de crescimento da pobreza e da exclusão social, causadas pelos



programas liberais globalizados, que precisam ser consideradas ao se debater as futuras políticas de desenvolvimento, sobretudo dos países chamados periféricos.

Se o tema da Economia Solidária servir para estas reflexões e práticas, ajudará em muito na busca de alternativas ao processo de desenvolvimento brasileiro.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey. "Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 37, junho de 1998.

BORGADUS, Emory S. *Princípios da cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Lido, 1964. p. 91.

CARVALHO, N. V. *Autogestão: o*

governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 156.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoria política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. V. I, Los Precursores (1789-1850), 3ª Edição. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964, p. 342.

CORAGGIO, José Luís. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Questões debatidas" In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, e COSTA, Beatriz, orgs. *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 91-141.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945, 117 p.

FARIA, J. H. *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Ed. Criar, CDE/FAE, 1985, p. 87.

GUIMARÃES, Gonçalo. Por uma tecnologia do trabalho. In: *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999, pp. 113-124.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª Edição, 1988, p. 366.

LAUSCHNER, Roque. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. In: *Revista Perspectiva Econômica*, nº 36, v. 12. São Leopoldo: UNISINOS, 1982, pp. 57-116.

LENIN, V. I. Sobre a cooperação. In: *Obras escolhidas*. Ed. Alfa-Omega. 1980, pp. 657-662.

LUXEMBURGO, Rosa de. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Global Editora, 1986, p. 124.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Ed. Vozes. 2000.

MARX, Karl. Cooperação. In: *O Capital*. V. I, São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983, pp. 257-266.

MAURER JUNIOR, Theodoro M. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo: Ed. Pioneira-Metodista, 1966, p. 328.

MELLUCCI, Alberto. "Ainda os movimentos sociais – uma entrevista com Alberto Melucci" In: *Novos Estudos Cebrap*, V.40, nov. 1994.

MILL, John S. *Capítulos sobre o socialismo*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001, p. 123.

OFFE, Clauss e WIESENTHAL, Helmut. *Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre classe social e a forma de representação*. In: Offe, Clauss, *Problemas estruturais do estado capitalista*. São Paulo-SP, Tempo Brasileiro. 1986

OLIVEIRA, Francisco e BAVA, SÍLVIO CACCIA. *O que é formação para a cidadania?* dez./1999, in: <http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1965, p. 168.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 117.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1980. p. 306.

QUIJANO, Aníbal. "Sistemas alternativos de produção?" In: SANTOS, Boaventura de Sousa, org. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 475-514.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. "Introdução: para ampliar o cânone da produção" In: SANTOS, Boaventura de Sousa, org. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23-77.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Ed. Contexto. 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002, p. 127.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio, Paz e Terra, 1997. 3 volumes. (Prefácio e Capítulo 1 do V. I; Capítulos 1, 3, 4 no V. II; Capítulo 4 do V. III)

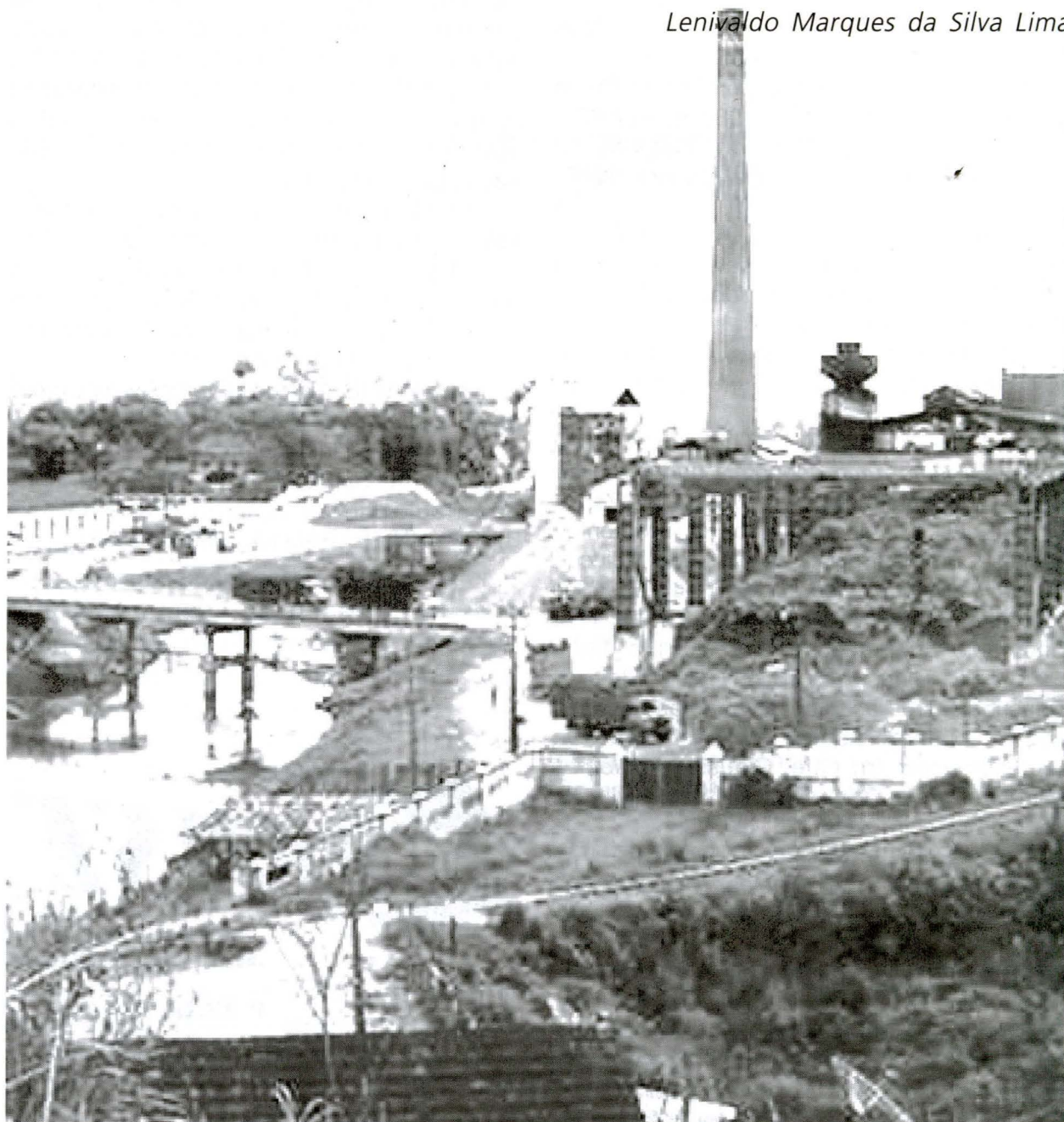
TOURAINÉ, Alan. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: *Sindicalismo e coope-rativismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999, pp. 37-61.



Entre o Amargo da Zona Canavieira e a Harmonia da Usina Catende

Lenivaldo Marques da Silva Lima



*Mestrado em Sociologia – Ex-técnico da FASE, atual assessor de formação do Projeto Catende/Harmonia.

Introdução

A Zona da Mata do Nordeste Brasileiro, marcada e demarcada pelo modelo de ocupação colonial portuguesa, expressa sua face mais cruel em estruturas de dominação que resistem às lutas pelas mudanças econômicas e políticas do país nas últimas décadas. A exemplo temos a estrutura agrária que concentra terras nas mãos de poucos, somando-se a monocultura canavieira que reduz o saber agrícola dos trabalhadores e constituem os pilares do modelo de produção agroindustrial regional. O latifúndio, sem alterações históricas significativas, tolheu o desenvolvimento da região e perpetua desigualdades sociais aviltantes. Por último, a cultura da cana-de-açúcar sob a égide de fornecedores e usineiros, desde os anos 50, se expande sobre áreas de culturas de ciclo curto (feijão, milho, hortaliças etc.), causando desajuste na auto-sustentação alimentar da população do campo e das cidades.

Na seqüência, apresentamos também outros exemplos da amarga realidade social da Zona Canavieira. Vejamos:

a) O patronato na região carrega o imaginário do senhor de engenho possuidor de escravos, o que resulta em baixo investimento no trabalhador e caracteriza o trabalho no canavial como atividade de baixa qualificação profissional. *“A Zona da Mata de Pernambuco é um retrato dessa realidade, uma imagem congelada que reflete a raiz mais funda da absurda desigualdade social entre brasileiros. É como se ali o tempo não tivesse passado. A relação do usineiro com os trabalhadores da cana, ainda baseadas no mandonismo e exploração, é um dos elos mais fortes com o passado que se faz presente. Diante desse atavismo, nem mesmo a modernização capitalista da última metade do século XX foi capaz de instalar suas correspondentes relações contratuais de corte liberal”* (IBASE-2002).

b) A modernização capitalista modificou estilos de vida da população, mas reproduz as desigualdades características dos tempos coloniais em escalas diferenciadas no campo e nas cidades da Zona da Mata. As lutas travadas contra a oligarquia agrária em diversos períodos de nossa história denunciam a apropriação das estruturas coloniais como mecanismos de reprodução da dominação sobre os antigos escravos negros, seus descendentes e a massa de pobres existente. A rebelião dos escravos africanos na formação do Quilombo dos Palmares, a resistência à expropriação dos lavradores pelas Ligas Camponesas e, nas últimas décadas, as lutas dos assalariados da cana, iniciada no final da década de 70, entre outras ações de resistência, em quase nada modificam a estrutura de propriedade e poder oriundos dos tempos da casa grande e senzala.

c) O final do Proálcool (1989), somando-se ao fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – (1992), acelerou o fenômeno de reestruturação produtiva da região. O início da década de 90, manifesta a quebradeira das usinas de açúcar e álcool da Zona da Mata. No estado de Pernambuco das 39 usinas e destilarias existentes em 1992, 14 paralisam suas atividades e outras 15 ficam em situação difícil, com o seu patrimônio sendo dilapidado e as terras arrendadas, deixando milhares de trabalhadores “nascidos e criados” em suas terras sem casa, sem trabalho, apesar de muitas vezes possuírem um despacho judicial trabalhista favorável.

Neste contexto histórico, o Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende apresenta algo de novo e diferente. Ao longo deste texto, colocamos as mudanças que ocorreram na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e, sobretudo, na apropriação coletiva dos resultados socialmente produzidos. A antiga



Usina Catende, a partir das lutas sindicais, modifica a perspectiva de produção fundamentando-se na articulação do projeto de empresa com agricultura familiar e a construção da cidadania dos trabalhadores canavieiros. Veremos em linhas gerais as origens e as transformações ocorridas na Usina Catende.

A Usina Catende: imagem de uma época

As origens da Companhia Agro-industrial do Nordeste Brasileiro, conhecida como Usina Catende, é datada do ano 1889. Sua sede localiza-se na cidade de Catende com propriedades em outros municípios (Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu) na Mata Sul de Pernambuco. O resultado do encontro entre o engenheiro inglês Sr. Carlos Sindem com o proprietário das terras do Engenho Catende favoreceu um consórcio para a fabricação de açúcar em novas bases tecnológicas advindas da Inglaterra. A escolha do local pelo engenheiro deveu-se ao acesso à estrada de ferro, a fertilidade do solo e da água abundante de boa qualidade. Assim, a primeira safra registrada no ano de 1920, produziu 242.800 sacos de açúcar. Com o passar dos anos, o processo de modernização da base técnica

do engenho Catende facilita sua transformação em engenho central e posteriormente em usina. Dessa forma, na década de 50, a Usina Catende chega a possuir 70.000 hectares de terra, implanta uma ferrovia própria para transporte da cana e realiza irrigação por gravidade em cerca de 4.000 hectares. Já no início dos anos 70 e meados da década de 80, a usina, com os benefícios do Proálcool, expande sua plantação de cana, equipa a destilaria de álcool, ao mesmo tempo, destrói a ferrovia em prol da rodovia e detona os açudes que alimentavam o sistema de irrigação. Contudo, consolida-se como uma das maiores empresas agroaçucareira do norte e nordeste do país.

Nos anos 90, a Usina Catende sofre os impactos da dinâmica de reestruturação produtiva regional, pois seus proprietários demitem 2,3 mil trabalhadores rurais, anunciam o fechamento do negócio e pressionam para os trabalhadores desocuparem as casas dos engenhos, bem como darem baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sem recebimento dos direitos trabalhistas.

Confira a seguir o nível de insolvência da Usina Catende, revelado nos dados do Quadro Geral de Credores da Massa Falida:

**QUADRO DOS CRÉDITOS HABILITADOS NA FALÊNCIA
ATUALIZADO NO ANO DE 1998**

CRÉDITOS	EMUFIR	VALOR R\$
1. TRABALHISTAS	50.844.265,66	54.103.383,10
2. TRIBUTOS FEDERAIS	86.643.169,15	92.196.996,30
3. TRIBUTO ESTADUAL	12.991.123,89	13.823.854,94
4. FGTS	4.592.235,07	4.886.597,34
5. INSS	16.834.841,78	17.913.955,14
6. BANCO DO BRASIL	677.935.415,52	721.391.075,66
7. QUIROGRAFÁRIOS	10.391.431,60	11.057.522,37
TOTAL EM UFIR	860.759.194,72	
TOTAL GERAL		915.373.384,85

UFIR : 1,0641

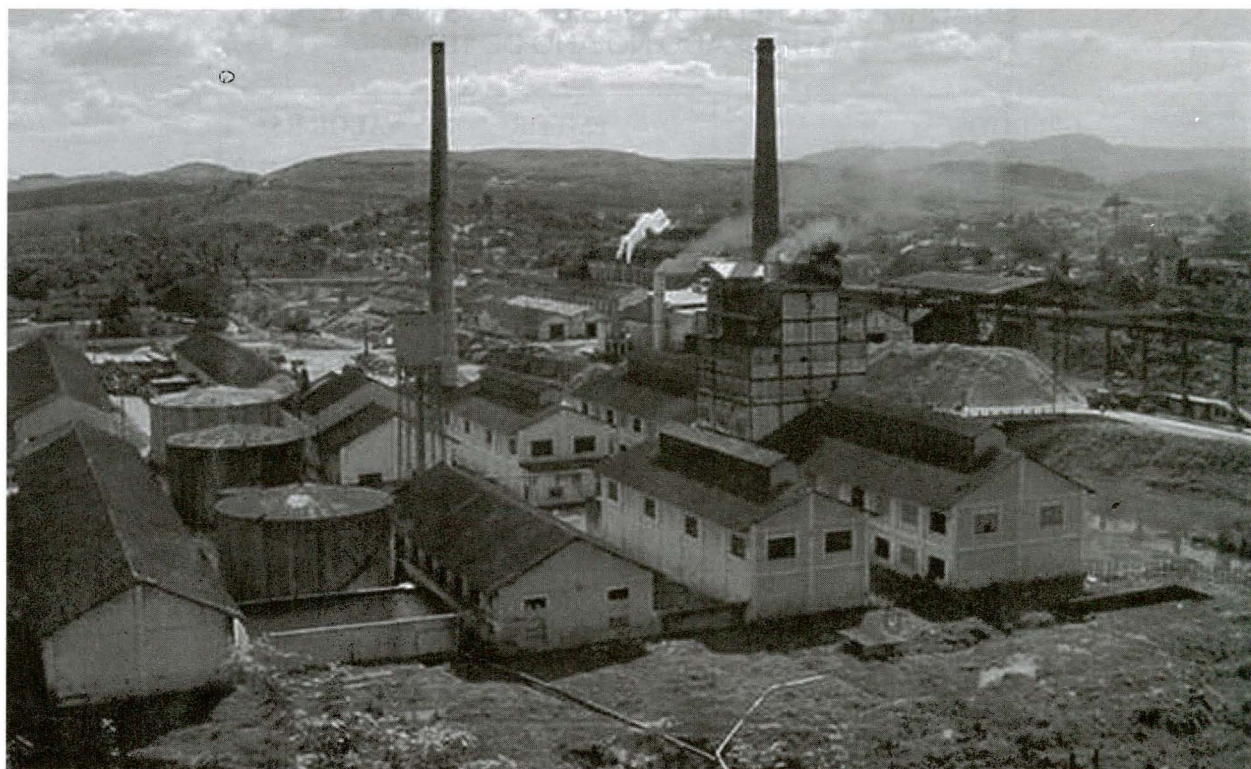
Encontrando-se em precárias condições produtivas e administrativas, o plano dos usineiros previa, inicialmente, liquidar o negócio e dilapidar o patrimônio em benefício próprio. Os usineiros, 4 meses antes da decretação da falência, transferiram para empresas *laranjas* e uma outra compradora de açúcar, parte do patrimônio, que segundo perícia judicial, equivalia a 32,0 milhões¹. A luta dos trabalhadores através de suas organizações sindicais, acompanhada de profunda análise da realidade da Zona da Mata, permitiu mudar os destinos de mais uma usina “marcada para morrer”.

Veremos a seguir alguns eventos de lutas travadas entre os sindicalistas e os usineiros visando à conquista das indenizações dos trabalhadores rurais.

Vou danado pra Catende, Vou danado pra luta!

Os Sindicatos dos Municípios de Maraial, Jaqueira, Catende, Palmares, Água Preta e Xexéu em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE –, Central Única dos Trabalhadores – CUT – e Organizações Não-governamentais – ONGs –, entre elas a FASE, articulam levantamento dos sítios e direitos dos trabalhadores, mobilizando-os na base do “daqui não saio, daqui ninguém me tira se não pagar meus direitos”. Com

¹ Segundo a Lei de Falência esse ato se constitui em fraude contra credor. A revocatória é o instrumento jurídico para anular essa fraude. Atualmente este é o principal empecilho ao encerramento da falência.



isso diversas negociações com os usineiros são realizadas, porém, o máximo que se consegue são cestas básicas e promessas, por parte dos empregadores, de conseguir recursos externos para liquidar as indenizações dos trabalhadores rurais.

No mês de dezembro de 1994, em meio à safra, os usineiros não pagaram os salários aos trabalhadores efetivos do campo e da fábrica, fato que uniu os trabalhadores demitidos e os da ativa num acampamento de 19 dias na porta da fábrica. Após inúmeras negociações na Delegacia Regional do Trabalho – DRT, em que os usineiros já não se sentavam mais a mesa e sim seu representante, o Sindicato das Indústrias do Açúcar e Alcool no Estado de Pernambuco – SINDAÇÚCAR –, consegue-se uma procuração por três meses para que um terceiro, Mário Borba (o síndico atual) em comum acordo com os trabalhadores, retome o negócio na perspectiva de pagamento dos salários e dos direitos dos demitidos em 1993. Nesse período, os trabalhadores entram com

o pedido de falência da empresa. A Lei de Falência de 1945, até então nunca usada na Zona da Mata, passa a ser instrumento legal favorável aos trabalhadores, permitindo afastar os donos do controle de 26.000 hectares de terra, do parque industrial, de diversas casas grandes, da hidrelétrica, entre outros bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio da Usina Catende.

Na gestão da Massa Falida da Usina Catende pelo Banco do Brasil (maio de 1995 até dezembro de 1997), o dilema da viabilidade do negócio com cana-de-açúcar perturba os encaminhamentos futuros, porém, a saída do Banco permitiu uma nova legitimidade da administração pelos trabalhadores e partiu-se para a realização de uma gestão compartilhada com os representantes dos credores trabalhistas por estes se encontrarem em posição prioritária. Assim os trabalhadores do campo e da fábrica possuem créditos superiores ao valor patrimonial, inaugurando, em julho de 1998, a Companhia Agrícola Harmonia S. A. Isso

trouxe nova luz sobre a possibilidade da liquidação da falência: a de manter a unidade da empresa e evitar a fragmentação do patrimônio. Com isso, o processo falimentar caminha para o desfecho final, as três peças jurídicas básicas: o quadro geral de credores, a ação revocatória e avaliação do patrimônio encontram-se a espera de julgamento judicial.

“Este projeto é, portanto, uma confluência de forças políticas que envolvem as forças sindicais, a qualidade técnica e política de colaboradores que participam da administração da massa falida e as políticas institucionais do estado de Pernambuco, identificadas, naquele momento, com as buscas de alternativas para a sobrevivência da Zona da Mata. São essas forças que, no ano de 1995, exigem e conseguem a saída dos donos do controle do patrimônio – os usineiros. Em comum acordo com os maiores credores, Banco do Brasil e Governo do Estado, indicam um síndico para a administração geral das políticas da empresa”. (Melo Neto, 2003).

Os dirigentes sindicais, suas assessorias jurídicas e técnicas, pouco a pouco percebem que diante das indenizações que não acontecem, do projeto coletivo de reforma agrária que não se realiza, o mais importante para o conjunto dos 1100 trabalhadores efetivos do campo e 500 da fábrica é, de fato, manter os empregos, recuperar a empresa e gerar trabalho e renda que beneficie as 12 mil pessoas residentes em suas terras. As lutas dos trabalhadores demitidos testemunham, portanto, a articulação de competências em torno do projeto de trabalhadores e trabalhadoras: mobilização sindical e articulação com diversos setores da sociedade local; busca de saídas jurídicas que beneficiem o conjunto dos trabalhadores sem prejudicar a manutenção da empresa e saídas técnicas que auxiliem na manutenção e recuperação da estrutura produtiva.

As diferenciações da luta sindical passam por reivindicações de direito ao emprego (1994), reforma agrária nos modelos governamentais (1994/5), manutenção do patrimônio como reserva de valor para pagamento dos direitos trabalhistas, através do pedido de falência (1995/6) e construção da Empresa dos Trabalhadores – **Companhia Agrícola Harmonia** (1998), alimentando, em todos os momentos, o sonho em um outro modo de desenvolvimento local, indicativo do paradigma de mudança econômica e política da sociedade que tenha como eixo estruturante os princípios da inclusão social.

Aqui apresentaremos o Projeto Catende/Harmonia, a fim de demonstrar a intenção dos seus respectivos protagonistas históricos.

O Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende

O maior desafio ao longo dos 8 anos de falência foi o da manutenção dos empregos, acompanhado de geração de trabalho e renda para os demitidos com investimentos visando à reconstrução da capacidade produtiva da empresa. Assim, a estratégia definida pelo conjunto dos Sindicatos e Administração Judicial em articular o projeto de empresa (Projeto Coletivo) com agricultura familiar, oferece resultados econômicos muito atraentes aos antigos assalariados da cana-de-açúcar, moradores dos engenhos da Usina.

A cana-de-açúcar, símbolo de grandes males na região, vem demonstrando, no caso do Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende, sua capacidade de crescimento e distribuição de renda. Para tanto, o acesso à terra e o estímulo à produção com sementes, adubos e apoio na manutenção alimentar das famílias, favorece, em curto espaço de tempo, a distribuição e geração de renda com a cultura da cana. Pois, em

quatro safras, houve um crescimento de 26.000 (1998/99) para 110.000 (2002/03) toneladas, o que possibilitou renda, nesta última safra, de mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), resultando em uma renda média por morador acima de R\$ 1.200,00. Assim o acesso dos trabalhadores à terra quebrou o latifúndio, sustentáculo do modelo colonial implantado, permitiu aos moradores diversificar a produção na perspectiva da segurança alimentar e, em nosso caso, não só facilitou o aumento da matéria-prima visando à fabricação do açúcar, como também aumentou o número de postos de trabalho e aqueceu o comércio local dos 5 municípios.

Contudo, a monocultura é também questionada através da prática de diversificação agrícola e industrial; fomenta-se parcerias com a sociedade civil organizada² para incrementar atividades de diversificação produtiva, o que socialmente resulta no seguinte quadro:

É importante considerar que muitos avanços econômicos e sociais foram obtidos no período, quase todos com recursos internos gerados pela renda decorrente do trabalho coletivo e familiar na cana-de-açúcar. Nesse particular, grandes passos foram dados no combate ao analfabetismo; na erradicação do trabalho infantil; em projetos de reflorestamento e educação ambiental; na diversificação de culturas agrícolas e, sobretudo, na geração de renda para os trabalhadores demitidos e também para os da ativa. Assim, além do que registramos acima, resumimos a seguir alguns resultados importantes:

a) processo de capacitação permanente de cerca de 3 mil trabalhadores, com grande redução do analfabetismo entre os adultos: 82% em 1995 para 26% no ano 2000;

² No Projeto Catende Harmonia, entre outras entidades, o Centro das Mulheres do Cabo, o Centro Sabiá, o Centro Josué de Castro e o Ibase, realizam trabalhos específicos de formação, emprego, trabalho e renda nos engenhos.

Projeto Catende Harmonia
Diversificação Produtiva /Agricultura Familiar/2003

Cultura	Área Utilizada (Ha)	Quantidade de Trabalhadores
Cana de Morador	2.744,00	1.835
Agricultura Familiar (sem cana-de-açúcar)	1.569,50	3.356
Pecuária 2.000 (cabeças)	1.600	727
Piscicultura (205 barreiros)	5,00	1800*
TOTAL	5.897	**

*Estimativa de beneficiários.

** Muitos moradores são policultores, o que dificulta somar.



b) erradicação do trabalho infantil com o reconhecimento da Fundação ABRINQ através do prêmio Empresa Amiga da Criança;

c) o maior plantio de café conilon do estado de Pernambuco, iniciado há cerca de 04 anos, totalizando 30 hectares, com produção de mudas locais. Principalmente em plantio da empresa e dos agricultores familiares, para os quais foram distribuídas 12.910 mudas;

d) no ano 2001, em programa experimental construído com o Governo do Estado e com a empresa privada CORN, foram plantados 117 hectares de milho e produzidas 4.460,5 sacas;

e) praticamente erradicou-se a fome absoluta nos engenhos da Usina Catende nos períodos de entressafra da cana-de-açúcar. Existe ainda escassez de alguns produtos, mas nunca a falta absoluta de alimento.

Após oito anos em regime falimentar, somente no que se refere à **produção industrial e agrícola açucareira**, o quadro é outro como demonstra o resumo a seguir :

a) a moagem em 2002/03 envolve 240.000 toneladas de cana própria e 120.000 toneladas dos moradores (credores trabalhistas) o que representa um total de 360.000 de cana própria, totalizando 5.456.310 hectares de cana atualmente plan-

tados. Assim, a cana dos moradores e a Massa Falida já conseguem realizar uma moagem com 50,5 % de canas próprias, quando na fase mais crítica da decretação da falência (1995) esse percentual era inferior a 20%, passo importante para a sustentabilidade produtiva da empresa;

b) a indústria está remodelada, pois uma nova caldeira foi instalada com recursos próprios no ano de 2001, equacionando o fornecimento de energia e, sobretudo, reduzindo mais de 90 % a poluição insuportável, através da emissão de fuligem para a cidade de Catende;

c) manutenção de 1.363 postos de trabalho diretos e permanentes, e foram ampliados os postos na safra para 1385 trabalhadores temporários entre campo e indústria;

d) recuperação da frota que atualmente funciona com 68 veículos, entre tratores, caminhões, carros e enchedeiras;

e) o processo de fabricação foi melhorado e a Massa, segundo dados do último levantamento do Sindaçúcar, ocupou, na safra 2000/2001, o 4º lugar em rendimento industrial dentre todas as unidades pernambucanas;

f) recuperação do campo. Dados do Sindaçúcar atestam que na safra 2000/2001, os campos de Catende ocuparam a 2ª posição

em qualidade de cana, dentre as várias unidades açucareiras pernambucanas;

g) recuperação da hidrelétrica e da rede de transmissão, com a colocação de 7 kms de fios de transmissão;

h) reconstrução das barragens dos açudes, que tinham sido destruídas pelos proprietários, para plantar cana nos leitos e 2,3 Kms de canais de irrigação refeitos;

i) implantação da fábrica de ração para gado com tecnologia cubana, atualmente com capacidade de produção suficiente para alimentar 6 mil cabeças por dia, beneficiando os pecuaristas e agricultores familiares do semi-árido;

j) tentativa de desonerar o processo produtivo desde o período do Banco do Brasil (1995/97). Assim, foi promovida uma redução dos custos de produção e ajustes no Escritório Recife, diminuindo o quadro funcional e de diretores. Do tempo dos usineiros ao momento atual : 41 funcionários antes, 8 hoje; 8 diretores antes, 3 diretores hoje. Economia mensal de cerca de R\$ 141 mil por mês. A soma da remuneração do Escritório Recife e da equipe do Síndico é inferior à remuneração mensal de cada um dos 03 acionistas

controladores antes da falência, considerando o que cada um recebia historicamente em 1995, sem atualização monetária;

k) nas questões ambientais temos 3.000 hectares de Mata Atlântica, a Massa Falida com esforço próprio procura preservar dos ataques de madeiros e seus mandados armados. Com apoio da UFRPE realizamos reflorestamento para manutenção e recuperação das matas ciliares (proteção dos mananciais hídricos), por último, inicia treinamento de combate às queimadas e diversos experimentos de corte de cana crua.

Enfim as metas para o futuro. Trata-se de encerrar o processo falimentar visando consolidar o patrimônio da Usina Catende na Empresa dos Trabalhadores, a Companhia Agrícola Harmonia. Fortalecer o processo produtivo, através do apoio à agricultura familiar e diversificar o beneficiamento industrial da agricultura visando agregar valor através dos subprodutos da cana-de-açúcar. Por último, aumentar os mecanismos de participação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da fábrica, possibilitando maior controle social da administração e das decisões estratégicas a serem tomadas.



Vivendo o paradoxo histórico que a experiência do Projeto Catende/Harmonia representa na Zona da Mata, alegremo-nos com o IBASE quando afirma: *“Externamente a Catende precisa ter a sua exemplaridade social reconhecida e valorizada pelos governos locais, estadual e mesmo federal, a fim de se constituir em modelo para um desenvolvimento regional sustentável* (grifos nossos). *Internamente os desafios são, antes de tudo, culturais. Cabe, pois, lutar sem descanço contra a cultura da resignação e subordinação de boa parte dos trabalhadores, fruto de séculos de exploração e miséria. Tal cultura se traduz, de um lado, no apego de muitos trabalhadores ao salário não se importando em desenvolver a sua própria produção. Além disso, muitos não se vêem como controladores da empresa, permanecendo reféns da imagem da relação patronal/senhorial. (...) Catende é o preâmbulo de uma história renovada, capaz de livrar seus trabalhadores e suas futuras gerações dessa cultura opressora. O simbolismo da Catende, como reversão do estado de desigualdade da sociedade brasileira, extrapola a fronteira regional, alcançando mesmo a nacional”* (IBASE,2002).

O que há de novo no Projeto dos Trabalhadores da Usina Catende é a quebra dos pilares do modelo colonial implantado. Assim, o latifúndio, a monocultura e a exploração do trabalho são enfrentados a partir das lutas trabalhistas do início da década, passando a vislumbrar um horizonte maior do que os próprios limites geográficos e sociais da Zona da Mata. Isso pode ser constatado em Melo Neto:2003: quando afirma que *“Este projeto junta-se a outros como um exercício experimental de alternativas que promovam possibilidades de igualdade, solidariedade e proteção do meio ambiente. Procura encontrar caminhos a partir dessa realidade mesma, cheia de profundos contrastes. Sabe que alternativas existem, podendo ser testadas ou*

não. Este projeto continua em permanente situação de testes através de exercícios práticos e suas reflexões, na busca de uma sociedade justa. Um projeto que vislumbra como ponto fundamental a sua sobrevivência econômica, mas que seja uma economia solidária. Uma usina que produza açúcar e, muito para além, inovadora de cultura – um parque agroindustrial de cultura. Um projeto desejoso de se tornar, cada dia mais, um porto seguro, com muita união, harmonia, ousadia e cheio de esperanças emancipadoras”.

Na realidade histórica da Zona da Mata, após 4séculos de latifúndio, monocultura e exploração do trabalho, o Projeto dos Trabalhadores significa, no mínimo, uma “revolução na raiz da desigualdade brasileira”, comandada por trabalhadores e trabalhadoras canavieiros, sob coordenação do conjunto de suas organizações sindicais.

Bibliografia:

Andrade, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza*. - São Paulo: Edusp, 1994.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Usina Catende: Uma Revolução na Raiz da Desigualdade Brasileira*. Rio de Janeiro: mimeo, 2002.

Escola Nordeste da CUT–Companhia Agrícola Harmonia. In : *DSS e Economia Solidária – Experiências*. Recife, [s.d.].

Melo Neto, José Francisco de. *Usina Catende entre a doçura e a harmonia*. Pernambuco (Catende): mimeo, 2002.

Melo Neto, José Francisco de. *Vou danado pra Catende ou Manifesto da Harmonia*. [s.l.], mimeo, 2003.

Silva Lima, Lenivaldo Marques. *Idéias Resumo Projeto Catende*. Catende: mimeo, 2002.

Silva Lima, Lenivaldo Marques. *Histórico da Usina Catende*. Catende: mimeo, 2002.

Projeto Catende/Harmonia. *Prestação de Contas da Safra 2002/2003*. Catende: mimeo, 2003.

Ribeiro de Paiva, Bruno. *Documento Apresentado ao Ministério Público do Trabalho*. - Recife, 05 de Junho de 2002.

Das Alternativas de Sobrevivência à Economia Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira¹

Ademar de Andrade Bertucci²
Roberto Marinho Alves da Silva³

eco econo
no ecologia mia
mia é
eco tica
logia
e c l e c o
é
ti
ca
econo
mia gia
a i m o u o c e

¹ Fundada em 1956, a Cáritas Brasileira é um organismo sócio-pastoral ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e filiado à Cáritas Internacional.

² Economista, Mestre em Políticas Sociais e assessor nacional da Cáritas Brasileira.

³ Filósofo, professor da UFRN, doutorando em desenvolvimento sustentável no CDS/UNB e colaborador da Cáritas Brasileira.

Desde a sua criação a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários articuladas ou não às ações emergenciais. A partir da década de 1980, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs, foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: o apoio a pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças através da solidariedade.

Os PACs têm sua história ligada à busca de *alternativas de sobrevivência* a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva da organização de grupos que, solidariamente perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo. Como disse Dom Ivo Lorscheiter, na criação dos PACs no Rio Grande do Sul, em 1983, “a força de transformação vem das pequenas coisas, das pequenas cooperativas. Deus escolheu o que é fraco no mundo para confundir os fortes e o que é vil e desprezível como aquelas coisas que nada são, para destruir as que são” (I Cor 1, 27-28).

No Nordeste, os PACs surgem como alternativas diante da problemática vivenciada pela maioria da população rural, ocasionada pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início da década de 1980. Nesse período ficou constatado, mais uma vez, que as políticas governamentais voltadas para os problemas da seca, reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes. Como resultado do 1º Seminário “*O homem e a seca no Nordeste*”, realizado em 1981, os PACs foram criados enquanto **alternativas de sobrevivência**, tendo em vista à situação de extrema pobreza das comunidades rurais. O apoio aos PACs colocava-se como uma opção e expressão de compromisso da Igreja Católica com a população do semi-árido e como uma possibilidade real de enfrentamento das condições de miséria na região através do fortalecimento das organizações populares.

Os PACs não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início da década de 1980, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e da política. Esse período foi marcado pela recessão econômica acompanhada de inflação descontrolada que repercutiram diretamente no mercado de trabalho, aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e dos trabalhadores por conta própria. É nesse contexto que surgiram alternativas sócio-econômicas de produção, consumo, saúde, etc. O apoio e disseminação destas iniciativas foram conduzidos principalmente por entidades não governamentais, contando com a orientação e o apoio de diversas entidades internacionais de cooperação.

A Cáritas Brasileira, através de seus escritórios regionais e entidades diocesanas, apoiava espontaneamente iniciativas sociais e econômicas, sobretudo para a viabilização de projetos de subsistência, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, através do financiamento de pequenos projetos e de ajuda mútua dos grupos comunitários. O caráter alternativo dos PACs dizia respeito principalmente a sua intenção organizativa e libertadora.

Apesar desta intenção principal, também havia um viés assistencial no sentido de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista. Até o final da década de 1980 os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, exigindo o atendimento de critérios organizativos. Somente em 1989 alguns regionais iniciaram a reflexão sobre a necessidade de repasse ou partilha solidária entre os grupos apoiados, no sen-

tido de dar sustentação aos fundos de apoio aos PACs, garantindo a aprovação de novos projetos e a educação para o exercício da solidariedade. Outras mudanças metodológicas ocorreram no início da década de 1990, com um acompanhamento mais sistemático aos grupos que desenvolviam os projetos alternativos, definindo novas estratégias de avaliação, troca de experiências e planejamento conjunto das prioridades.

Com a estruturação dos Fundos de Apoio aos Mini-Projetos, com suporte de assessoria e acompanhamento, os PACs passaram a se constituir em uma espécie de "eixo central" de intervenção da Cáritas. Os projetos comunitários viraram uma espécie de tentativa de resposta diante de diversos tipos de problemáticas identificadas junto aos grupos acompanhados: geração de emprego e renda; redução do êxodo rural; melhoria das condições de vida; desenvolvimento do associativismo e da solidariedade; redução das desigualdades de gênero, raciais e de geração; acesso às políticas públicas; fortalecimento da organização comunitária etc.

Novos rumos dos PACs na década de 90

Após mais de 10 anos de existência e expansão dos PACs, a Cáritas realizou uma avaliação profunda com o objetivo de verificar os impactos sociais, políticos, econômicos e pastorais daquelas iniciativas. Adotando estratégias participativas, a avaliação qualitativa foi realizada entre 1992 e 1994, envolvendo e integrando os diversos agentes cáritas, os participantes dos PACs e as parcerias. Esse foi um momento de muitas reflexões sobre os projetos, as metodologias adotadas, os resultados "possíveis" e os desafios.

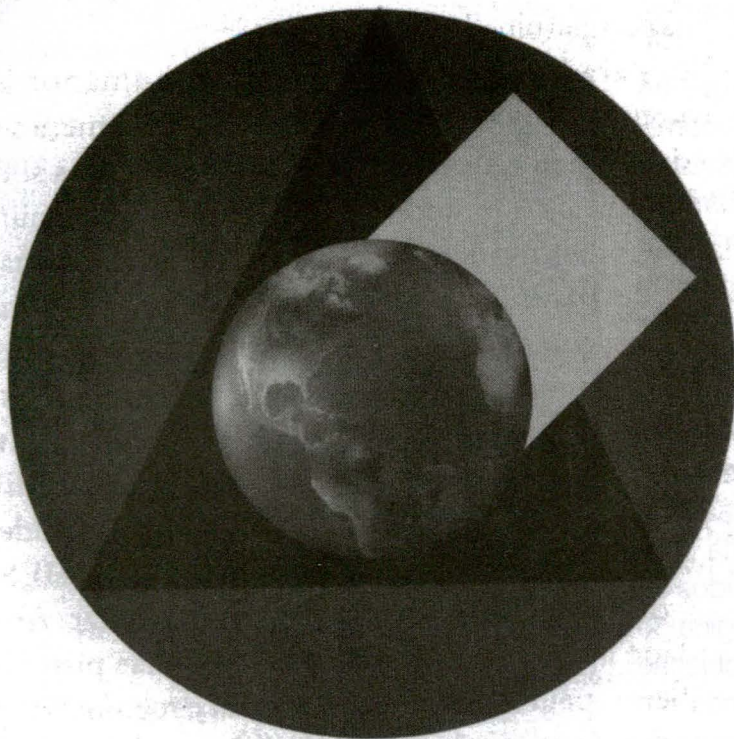
Foram muitas as conclusões da pesquisa avaliativa⁴. A principal constatação foi a possibilidade efetiva dos PACs contribuírem

com iniciativas produtivas localizadas, fortalecendo as lutas e organizações populares e, em alguns casos, gerando renda e melhorias nas condições de vida dos participantes. No que se refere à dimensão política dos PACs, a avaliação constata que é esse o elemento que diferencia os projetos apoiados pela Cáritas de outros projetos assistenciais, promocionais ou técnicos. Os projetos alternativos são instrumentos de pedagógicos na ação de conscientização política, fortalecendo as capacidades organizativas e a identidade dos sujeitos participantes em relação ao Estado e outros setores da sociedade.

Fruto daquele processo avaliativo surgiram mudanças no tratamento e encaminhamentos dos PACs. A Cáritas passou a valorizar uma maior articulação das perspectivas micro e macro, com a conseqüente busca de articulações dos PACs com a construção de um novo modelo de desenvolvimento. As equipes regionais e locais fortaleceram as estratégias de planejamento e acompanhamento participativo aos Projetos. Também passou a haver uma distinção mais nítida entre projetos produtivos e sociais.

A ênfase na viabilidade econômica dos projetos produtivos decorria tanto da necessidade de que os PACs dessem respostas efetivas na melhoria das condições de vida dos excluídos, quanto das influências externas da cooperação internacional. A Cáritas passou a ter uma maior preocupação com a chamada política de financiamento dos fundos de apoio aos PACs, buscando garantir a continuidade do processo realimentando os fundos rotativos. Os critérios de elaboração dos PACs foram redefinidos, aplicando técnicas de planejamento e de estudos de viabilidade econômica, garantindo a participação e o processo educativo.

⁴ Conforme o capítulo IX do livro *Sobrevivência e Cidadania* (1995) da Cáritas Brasileira.



Por outro lado, durante a década de 1990, ocorreram mudanças no perfil da cooperação internacional, com a tendência de gradual declínio do volume de recursos destinado para a cooperação: “as mudanças são reflexos de novas tendências que despontam na opinião pública europeia, que vêm se tornando menos solidárias e mais seletivas em relação à atuação das agências em países pobres. Ao mesmo tempo, os governos apresentam maior rigor na liberação e controle dos recursos destinados a essas entidades” (ABONG, 1996:2).

Com isso, as entidades internacionais de cooperação também passaram a ser pressionadas. Os colaboradores passaram a exigir mais e melhores resultados com a aplicação dos recursos nos países pobres, com base na eficácia das ações e nos impactos produzidos. Na busca de atividades capazes de provocar impactos na realidade dos empobrecidos, surgem várias discussões sobre as

prioridades e a utilidade dos financiamentos da cooperação. Ocorre uma valorização das iniciativas de apoio aos empreendimentos produtivos, seja em iniciativas individuais ou coletivas de auto-ajuda.

Neste mesmo período, no Brasil, foram multiplicadas e ganharam destaque as experiências de microcrédito. Para tentar minimizar os efeitos da crise do trabalho surgem várias iniciativas de apoio a modelos alternativos de geração de ocupação e renda, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa. Os programas de microcrédito se converteram em tema prioritário na agenda de organismos multilaterais e de diversas esferas governamentais no Brasil.

A principal vantagem do microcrédito é a desburocratização parcial do acesso para os pequenos negócios. No entanto, o valor reduzido do crédito e os prazos curtos de amortização inviabilizavam a utilização do recurso para fins de investimentos, limitando na prática a aplicação dos empréstimos ao financiamento de capital de giro. A multiplicação dos financiamentos ficava dependente da saúde financeira dos fundos, mais especificamente da questão do retorno dos empréstimos realizados. Esses fatores combinados com a limitação dos recursos disponíveis restringem a cobertura efetiva dos programas de microcrédito.

As exigências da cooperação internacional e as novas perspectivas geradas em torno do microcrédito no apoio a iniciativas de geração de ocupação e renda, resultaram em profundas mudanças nos fundos de apoio aos PACs no âmbito da Cáritas Brasileira. Os planos de ação da Cáritas que contemplavam fundos de crédito passaram a incorporar rígi-

dos critérios de gestão dos fundos, principalmente no acesso e devolução dos recursos (volume, prazos, taxas, etc).

Algumas dessas mudanças na gestão dos fundos de apoio aos PACs não ocorreram sem tensões na relação entre a Cáritas e as entidades de cooperação. Para a Cáritas, os PACs estavam relacionados a uma lógica econômica da "necessidade" (gerar renda ou alguma alternativa de trabalho com certa precariedade), que é diferente da lógica do "grande capital" que busca a eficiência máxima, a produtividade e a maximização do lucro através da exploração do trabalho e da sociedade. Daí a dificuldade da entidade brasileira em aceitar algumas das exigências da cooperação internacional em torno dos fundos de apoio aos PACs que reproduziam a lógica do financiamento empresarial. Não havia objeção à devolução como partilha solidária, mas sim a uma rigidez de devolução dos recursos de acordo com as regras do mercado. Essas exigências se mostravam incompatíveis com a opção da Cáritas em priorizar o apoio às iniciativas de protagonismo e sócio-transformadoras dos excluídos do mercado e da sociedade.

Apesar das limitações internas e da redução de recursos externos, a Cáritas Brasileira apoiou 1267 PACs entre 1995 e 2000, envolvendo mais de 60 mil pessoas em atividades produtivas, de mobilização e de formação, representando investimentos de R\$ 7.000.938,00. O aumento de projetos aprovados em 1999 e 2000 deve-se à criação do Fundo Nacional de Solidariedade, composto por 40% dos recursos da coleta da Campanha da Fraternidade (CNBB).

Do debate realizado na década de 1990, resultou uma percepção da Cáritas sobre os PACs como parte de algo maior, de um movimento que ocorre no seio da sociedade, de construção de alternativas econômicas solidárias articuladas às concepções sustentáveis de desenvolvimento. Essa discussão tornou-se tão presente na vida da Cáritas que a EPS passou a fazer parte das suas Linhas de Ação para o quadriênio 2000 a 2003. A Cáritas aprofundou suas reflexões e adotou medidas importantes de fortalecimento e reorientação dos PACs no sentido de aperfeiçoá-los enquanto instrumento de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento.

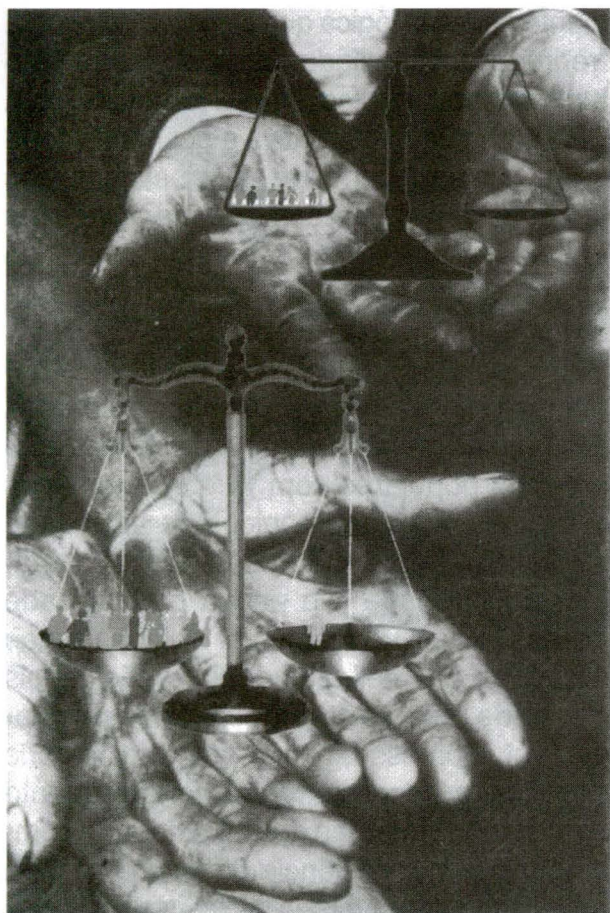
A Cáritas e a Economia Popular Solidária

O final do século XX foi caracterizado pelos altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho, contribuindo para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população mundial. A reestruturação produtiva baseada nos avanços tecnológicos e nos modelos de gestão intensificadores de trabalho alterou de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho. Milhões de postos de trabalhos foram extintos. Direitos sociais conquistados pelas lutas das classes trabalhadoras foram flexibilizados e eliminados. As condições de subemprego fragilizaram ainda mais a proteção de milhões de trabalhadores.

Como reação a essa crise do trabalho surgiram algumas iniciativas. Nesse contexto, a empregabilidade e o empreendedorismo

Apoio da Cáritas Brasileira aos PACs no período 1995-2000 (R\$)

Período	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Projetos apoiados	179	196	132	164	301	295
Total (R\$)	854.497,	731.774,	493.193,	648.145,	1.848.769,	2.424.560,



foram enfatizados pela perspectiva liberal. A primeira se refere à capacidade de reciclagem (atualização contínua) profissional e capacidade de adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda se refere à mobilização e exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, para que os desempregados se transformem em pequenos empresários. Nos dois casos a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuída mais a cada indivíduo em particular e não ao sistema.

Já na perspectiva emancipatória, são destacadas as variadas formas de organização do trabalho e da produção protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção

e consumo, das associações de produtores e empresas de autogestão. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e se orientam por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia: “uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente” (Bertucci, 2002: 19).

Alguns estudiosos interpretam esse movimento como a emergência de uma Economia Popular Solidária. Trata-se de uma alternativa à economia capitalista dominante, com capacidade de vir a formar um bloco que possa provocar alterações (caráter alterativo) no quadro de condução das políticas de desenvolvimento. Apesar do debate ser recente no Brasil, existem diversas linhas de pesquisa sobre a importância e as perspectivas de uma economia solidária.

Luis Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, usa o conceito de **empreendimentos econômicos solidários** para identificar diferentes formas de organização de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. Esses empreendimentos também valorizam a participação, o igualitarismo, a cooperação no trabalho, a auto-sustentação e o desenvolvimento humano (Gaiger, 1999).

Na mesma direção, Paul Singer usa o termo **economia solidária** referindo-se a um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (Singer, 2000:13). O que caracteriza a economia solidária é a posse e uso coletiva dos meios de produção e a distribuição socializada destes meios. As cooperativas de pro-

dução constituem a unidade típica da economia solidária exatamente por proporcionar a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática do empreendimento e a repartição da receita líquida entre os cooperados. Não descarta também outros empreendimentos solidários que possuem essas mesmas características e que estão em franca expansão no Brasil.

Marcos Arruda (Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) fala em **socioeconomia solidária** como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico, implicando em mudanças profundas no âmbito das relações sociais e culturais. Destaca a importância de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia é ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vista a 'transubstanciar' a economia do capital numa economia cooperativa e solidária (Arruda, 1995: 6).

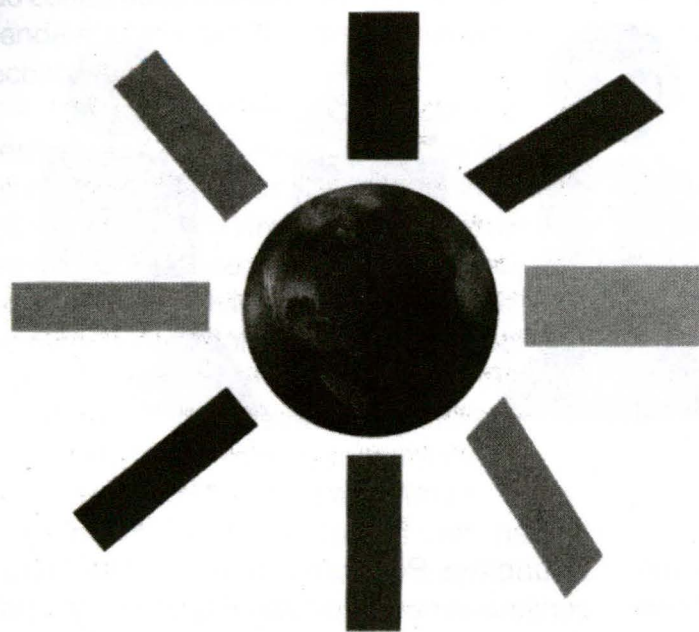
Para Gabriel Kraichete (Universidade Católica de Salvador) a **economia dos setores populares** existe de forma dispersa e fragmentada. A sua viabilidade, o crescimento e a troca de qualidade dependeria de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Sua viabilidade transcende os aspectos estritamente econômicos requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais. Trata-se de uma redescoberta cidadã do trabalho, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais.

José Luiz Coraggio (1997), afirma que a **economia popular solidária** se diferencia da economia empresarial capitalista exata-

mente pela sua lógica que se caracteriza pela "reprodução ampliada da vida" e não pelo acúmulo de riquezas. Dessa forma, indica a EPS como uma alternativa à economia capitalista que se desenvolve principalmente nos períodos de forte desassalariamento nos países em desenvolvimento, mas que ainda não possui a organicidade necessária para contrapor-se ao sistema hegemônico.

Pode-se perceber dois elementos comuns na reflexão desses e outros autores. A EPS expressa um conjunto de iniciativas econômicas populares com valores e práticas diferentes dos hegemônicos na sociedade capitalista. Esses autores também constata a fragilidade e a pouca organicidade dessas iniciativas solidárias. Isoladas, estas iniciativas, por melhor que sejam, são frágeis diante de uma correlação de forças desfavorável. Com isso, são destacados alguns desafios: a necessidade de fortalecimento das relações internas de solidariedade combinadas com a eficiência da cooperação; a articulação das diversas iniciativas em redes e fóruns para intervir nas políticas públicas. Para isso é fundamental que os movimentos populares transformem a EPS em um elemento político na construção de um novo projeto de desenvolvimento.

No âmbito da Cáritas Brasileira também vem sendo construída uma compreensão sobre a Economia Popular Solidária. Para Ademir Bertucci, assessor nacional, a EPS nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e guia-se por um mercado solidário. Sem desconhecer o sistema econômico mundial hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver, a economia solidária está abrindo possibilidades de expansão de um mercado não-capitalista. Funda-se na cooperação entre unidades de trabalho e destas com os consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando-se por valores



como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.

Com essa compreensão, a Cáritas, através de seus regionais vem apoiando iniciativas de fortalecimento do cooperativismo alternativo e das redes de produtores, compreendidas como estratégias fundamentais de viabilização das iniciativas econômicas populares. Estão sendo valorizadas pelo menos quatro tipos de redes de EPS:

a) redes de produtores com vistas à verticalização da produção e agregação de valor;

b) redes de produtores com vistas à comercialização através da estruturação de lojas e outros mecanismos de exposição de produtos e inserção no mercado privado e institucional;

c) redes de organizações associativas com vistas à intervenção nas políticas públicas, reforçando os movimentos sociais e populares no sentido da conquista do acesso a recursos e serviços; e

d) redes de consumidores. Ainda bastante incipientes no Brasil, têm sido criadas para favorecer o acesso a produtos naturais e a

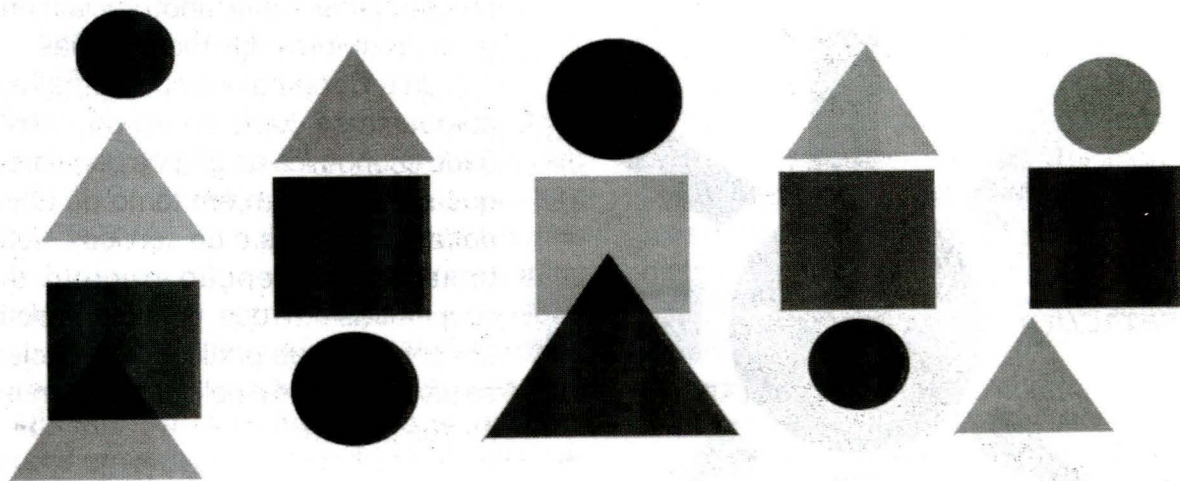
preços justos, valorizando socialmente os produtores das mercadorias.

Já o Cooperativismo Alternativo, apresenta-se como o eixo de viabilidade econômica de grupos populares que se organizam em torno de atividades produtivas e de serviços, com base na concepção original do cooperativismo e que, portanto, trazem um conteúdo de práticas e vivências sociais, culturais e políticas presentes na sua origem.

Economia Popular Solidária e Desenvolvimento

A Economia Popular Solidária surge em um contexto de crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria e depredando o meio ambiente. Este modelo, fundamentado no “progresso” do conhecimento técnico-científico e no domínio da natureza, coloca o crescimento econômico e a acumulação dos bens como bases do desenvolvimento. A exploração desordenada dos recursos e a acumulação das riquezas têm como conseqüências a perda do equilíbrio ambiental com o esgotamento de recursos naturais no presente, colocando em risco o futuro da vida na Terra e a crescente exclusão social de bilhões de pessoas.

Apesar desse debate ser recente, tem sido destacada a relação entre a EPS e a busca de uma nova concepção de desenvolvimento. Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, ecológico e solidário que atenda às necessidades básicas do povo e de uma sociedade mais solidária e justa. Neste modelo a economia é fundamentalmente social e de interesse público, pressupondo a implementação de ações endógenas de desenvolvimento que aumentem a produção e a distribuição equitativa de



riquezas. Esse processo vem também, ainda que timidamente, colocando outros conteúdos como a questão das identidades etno-culturais e a questão ecológica, como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, onde a produção e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de libertação.

Os empreendimentos de EPS podem ser um instrumento de construção desse novo projeto. Neste sentido, não se pode reduzir o desenvolvimento à dimensão econômica, medindo o produto final pelo resultado mensurável apenas por indicadores econômicos. A construção participativa da cidadania utiliza-se de diversos instrumentos de formação que consolidam gradativamente uma cultura de solidariedade, integrando direitos sociais, políticos e econômicos.

As reflexões que vêm sendo feitas sobre as experiências de EPS têm chamado a atenção para alguns elementos presentes nas mesmas que podem contribuir com um novo desenvolvimento sustentável e solidário. Isso pressupõe um processo de re-educação em vista de uma nova cultura de solidariedade, valorizando as diferentes etnias, as relações de gênero, garantindo uma participação democrática, respeitando o meio ambiente. A

Economia Popular Solidária está sendo construída numa constante busca do resgate da cidadania e com envolvimento de um número crescente de agentes sociais na perspectiva das redes de informação, produção e consumo. Garante a participação democrática com base na justiça e solidariedade, cultivando os princípios da autogestão associativa.

Desafios da Cáritas no Rumo da EPS

A Cáritas age movida por uma visão estratégica de que as iniciativas de EPS podem, de fato, contribuir para o enfrentamento da exclusão social, ao mesmo tempo em que podem disseminar uma cultura e uma lógica diferente das do sistema econômico dominante. A Cáritas constata a possibilidade dessas experiências virem a apresentar reflexos positivos, dependendo da articulação e viabilização de bases materiais para essas iniciativas. São necessárias ações que combinem a perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável com o combate à exclusão social no sentido em que, na medida em que o acesso ao crédito articula-se com estratégias econômicas que gerem renda, adquire uma conotação social estratégica, atuando

do contra as tendências de concen-tração de renda e ampliação das dispa-ridades sócio-econômicas.

Diante dos apelos da realidade e coe-rente com a sua missão, a Cáritas Brasilei-ra pretende avançar no apoio à implanta-ção e desenvolvimento de empreendi-mentos solidários, em que as pessoas di-retamente envolvidas possam visualizar al-ternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrar-se da natural de-pendência, submissão ao paternalismo e ao assistencialismo das entidades públi-cas e de outros agentes externos.

Nesse sentido, a Cáritas vem partici-pando ativamente dos processos regionais e nacionais de mobilização, articulação e organização de grupos, redes e fóruns de entidades que atuam com economia solidá-ria. No plano nacional, a criação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária, desde a preparação do Fórum Social Mundial, pro-porcionou a articulação das principais enti-dades nacionais que atuam nessa área (Anteag, Unitrabalho, ADS/CUT, PACS, Rede de Socioeconomia, Cáritas, FASE etc.). A partir desse Grupo de Trabalho foi realizada a primeira plenária nacional de economia solidária que propôs ao governo Lula a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, na perspectiva de construção e conquista de políticas públicas relacionadas à EPS

Com base na experiência acumulada até o presente momento, o Grupo de Trabalho da Economia Solidária continuará atuando na perspectiva de articulação dos atores que vêm amadurecendo propostas práticas no campo da EPS, através da constituição de fóruns estaduais e de um fórum nacional de economia solidária. Esses fóruns deverão ter participação ativa nos rumos do governo na área da economia solidária. O Grupo de Trabalho também acompanhará o proces-

so de criação e instalação da Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho.

Diante das conquistas alcançadas e dos novos desafios colocados, a Cáritas reafirma o seu compromisso e desejo de contribuir na construção da EPS no Brasil, contribuindo para consolidação das iniciativas econômicas populares e solidárias e de conquista de ci-dadania, como alternativa efetiva de rompi-mento com os mecanismos produtores da exclusão social.

Bibliografia

ABONG. Um Olhar Sobre as Agências. *Cader-nos ABONG*, n. 13, maio de 1996. São Paulo: ABONG.

ARRUDA, Marcos. Globalização e Ajuste Neoliberal: Riscos e Oportunidades. *Revista Tempo e Presença*, dezembro de 1995. Rio de Janeiro: Koinonia, 1995.

BERTUCCI, Ademar de Andrade et al. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora. Desen-volvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERTUCCI, Ademar de A. e SILVA, Roberto Ma-rinho A. Vinte Anos de Economia Popular Solidária. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília (DF): Cáritas Brasileira, 2003.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desen-volvimento Sustentável. In: CAVAL-CANTI, Clovis (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma soci-edade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ, 1995. p. 29-40.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Sobrevivência e Cida-dania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira*. Brasília: EdUNB, 1995.

CORAGGIO, José Luiz. *Repensando la Política Urbana Metropolitana Ante el Embate de la Globalization*. Buenos Aires. 1997 (mimeo).

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Significados e Tendências da Economia Solidária. *Revista da CUT sobre sindicalismo e economia solidária*. São Paulo: CUT, 1999. p. 29-42.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho

Bárbara França¹

Farid Eid²

Francisco Mazzeu³

Jorge Lorenzetti⁴

Luiz Inácio Gaiger⁵

Sérgio Nicoletti⁶

(Coordenação Nacional Colegiada)

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP e Diretor Executivo da Unitrabalho).

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁵ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

⁶ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Papel da Economia Solidária para a UNITRABALHO

Ao fazermos o resgate histórico das experiências solidárias e autogestionárias verificamos que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais de resistência ao processo de exclusão social. No entanto, foram marcados pelo isolamento e tiveram pouca repercussão para a gestação de uma economia que pretende se tornar uma alternativa concreta ao desemprego e ao modelo de concentração de renda e de poder.

Talvez o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária encontra-se no fato dela estar inserida em uma sociedade contraditória, cuja formação social produziu uma extrema exclusão e a ausência de uma consciência cidadã, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não totalitário. A história de lutas dos trabalhadores demonstrou que essa pretensão do capitalismo de incorporar todas as relações sociais numa lógica de subordinação ao capital é utópica. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo.

Por outro lado, a sociedade de hoje que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias. Levando-se em consideração essas características po-

demos concluir que o maior risco para esses empreendimentos solidários é entrar no jogo da banalização dos princípios.

É nesse sentido que a Unitrabalho entende que pode ajudar a construir a viabilidade desses empreendimentos solidários na perspectiva da efetiva autogestão através da atividade própria da universidade, colocando em prática a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Por quê um Programa de Economia Solidária na Unitrabalho?

A Unitrabalho é uma rede de universidades que tem como missão incentivar o acesso à produção acadêmica por parte dos trabalhadores, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e humana.

Essa missão se concretiza através de projetos e programas que integram atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo professores, estudantes e técnicos das universidades agregadas à Rede. Os docentes e pesquisadores da Unitrabalho se articulam em cada universidade através de núcleos multidisciplinares denominados Núcleos Locais. Por sua vez, a Diretoria Executiva da Unitrabalho convida especialistas em temáticas emergentes e desafiadoras, ligados aos Núcleos, para constituírem grupos de trabalho e elaborarem projetos em atendimento às demandas dos trabalhadores ou no intuito de consumir referências teórico-metodológicas nessas temáticas.

Um dos temas inseridos na agenda da Unitrabalho, praticamente desde a sua institucionalização em 1996, foi a Economia Solidária e a Autogestão. Um grupo de trabalho (GT), sob a coordenação do professor Paul Singer (USP), foi constituído para estudar esse tema, formulando assim um projeto de pesquisa: *Significado e Tendências da Economia Solidária*



no Brasil. Essa pesquisa, que passou a ser coordenada pelo professor Luiz Inácio Germany Gaiger (UNISINOS), se desenvolveu durante três anos e encontra-se em fase de conclusão.

Paralelamente, a Diretoria da Unitrabalho tomou conhecimento do processo nascente de criação de incubadoras de cooperativas populares em universidades agregadas, decidindo assumir a criação e consolidação dessas incubadoras como um de seus programas nacionais e, posteriormente, vinculando essa iniciativa ao GT de Economia Solidária.

Em 2001, a Unitrabalho estabeleceu uma parceria com a Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento – ICCO, visando um trabalho de sistematização metodológica do processo de incubação e a construção de um banco de dados sobre os empreendimentos envolvidos nesse processo.

O Conselho Técnico da Unitrabalho, que congrega os coordenadores dos Núcleos Locais, definiu novas diretrizes para os programas nacionais da Rede a fim de estimular e fortalecer a participação das universidades e da comunidade acadêmica nesses programas. Seguindo essas diretrizes, a Unitrabalho, no âmbito do Programa de Economia Solidária, atua para fomentar a criação de Incubadores de Empreendimentos Econômicos Solidários nos Núcleos Locais que estão se envolvendo nesse tema, bem como para estimular a consolidação das incubadoras existentes e sua integração aos Núcleos das respectivas universidades.

Os Princípios do Programa de Economia Solidária da Unitrabalho são:

- Constituir-se como um espaço plural de debate, reflexão e ação, aberto a docentes, pesquisadores e ativistas da área;
- Lutar contra a pobreza, pela geração de trabalho e renda e pela construção de

novas relações de trabalho e no trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável, a autonomia dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e humana;

- Fortalecer as instâncias da Unitrabalho nas Universidades (Núcleos Locais e Coordenações Regionais) por meio de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão visando à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Público-alvo

Os beneficiários das ações do Programa estão assim distribuídos: a) trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, população marginalizada e de baixa renda; b) trabalhadores desempregados em razão dos processos de privatização de empresas estatais e de reestruturação produtiva de empresas privadas; c) grupos sociais específicos: portadores de necessidades especiais, catadores de lixo, presidiários e outros; d) trabalhadores de empresas autogestionárias com risco de encerramento de atividades.

Metodologia de Incubação e Autogestão

A Unitrabalho quer contribuir para o fortalecimento da economia solidária em grande escala, mas, ao mesmo tempo, preservando a construção da democracia interna e da organização coletiva do trabalho, visando uma nova cultura das relações de/no trabalho.

Aqui, a racionalidade técnica deve estar a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade sobre a acumulação, a qual deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores.

As Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária da Unitrabalho – IEES UNITRABALHO – pretendem apoiar o de-

envolvimento de diferentes iniciativas no interior da economia solidária, tais como: associações, cooperativas populares, empresas autogestionárias, redes de microprodutores, cooperativas de crédito, urbanas e rurais.

As incubadoras constituem-se em espaços importantes onde se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. A metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas.

O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

A metodologia tem os seguintes componentes (aqui apenas apontados) que precisam continuar sendo aprofundados nos seus conteúdos: a) implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; b) incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) intercâmbio no sentido da construção de Redes de Economia Solidária.

O empreendimento permanece vinculado à incubadora, pretendendo-se que em um determinado tempo, que varia a cada caso, conquiste sua autonomia para atuar no mercado. Ao mesmo tempo, demandas sobre assessoria pontual surgem e são apreciadas e atendidas pelo coletivo da incubadora.

Um traço marcante no processo de incubação é o mapeamento sobre o conjunto dos conhecimentos de cada indivíduo – os formais, os adquiridos pelas práticas do trabalho e as suas potencialidades profissionais – e a cultura do grupo social, buscando-se com isso contribuir no desenvolvimento da coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o sucesso do projeto coletivo. Para isso é fundamental, desde o início, a identificação e análise da trajetória social e profissional de cada uma das pessoas do grupo interessado. Esse procedimento pode ser um elemento estratégico para a continuidade dessas iniciativas solidárias que trabalham na perspectiva da autogestão. A autogestão envolve formação sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento. Pressupõe também a existência de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões.

Alguns desafios referem-se à formação da cultura de autogestão do trabalhador e à cultura e história específica do grupo e passam pelo envolvimento total com o trabalho. O envolvimento diz respeito a questões técnicas no sentido da execução de uma tarefa, na gestão da organização e na busca pela superação de uma formação histórica deficiente. Entende-se que a construção da autogestão deva ser entendida como um processo longo e complexo que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanentes. Aprendizagem para melhoria de eficiência organizacional e desenvolvimento pessoal para a cidadania.

Nesse sentido, recomenda-se que a formação deva ser continuada e integrada nas dimensões administrativa, técnica e política. Essa formação assume um papel fundamental para o sucesso dessa estratégia e deve ocorrer, fundamentalmente, através de oficinas com aprendizagem teórica e prática, articulando-se conhecimentos técnicos sobre a atividade fim do empreendimento. Sabe-

mos que este é um grande desafio para o desenvolvimento da economia solidária.

Ações em desenvolvimento

- Apoio, através do processo de incubação, à criação e viabilização de Empreendimentos Econômicos Solidários (cooperativas, associações, cadeias produtivas, redes etc.), oferecendo suporte jurídico, contábil, de marketing etc. e buscando parcerias para comercialização, acesso à crédito e a políticas públicas.

- Promoção da articulação e integração entre os empreendimentos, formando complexos e redes de cooperação.

- Desenvolvimento de uma metodologia de incubação que sirva de referência para os Núcleos Locais e para o debate com os parceiros nacionais e internacionais.

- Constituição de um Banco de Dados, atualizado e disponível para a sociedade, sobre os Núcleos que atuam na Economia Solidária e os empreendimentos formados e apoiados por esses Núcleos.

- Fortalecimento do envolvimento da Universidade no apoio aos empreendimentos solidários.

- Incentivo à oferta de cursos de extensão, especialização, graduação e pós-graduação nas Universidades da Rede.

- Identificação das principais formas de constituição e funcionamento dos empreendimentos solidários, bem como de seus principais problemas e desafios.

- Desenvolvimento de fundamentos teórico-conceituais para a análise e compreensão do lugar da economia solidária no mundo contemporâneo.

- Fortalecimento institucional da Unitrabalho como uma referência nacional no campo da economia solidária.

- Favorecimento do intercâmbio e disseminação de conhecimentos e experiências nesse campo.

- Realização de parcerias de modo a ampliar o impacto do programa.

Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão no Programa de Economia Solidária da Unitrabalho

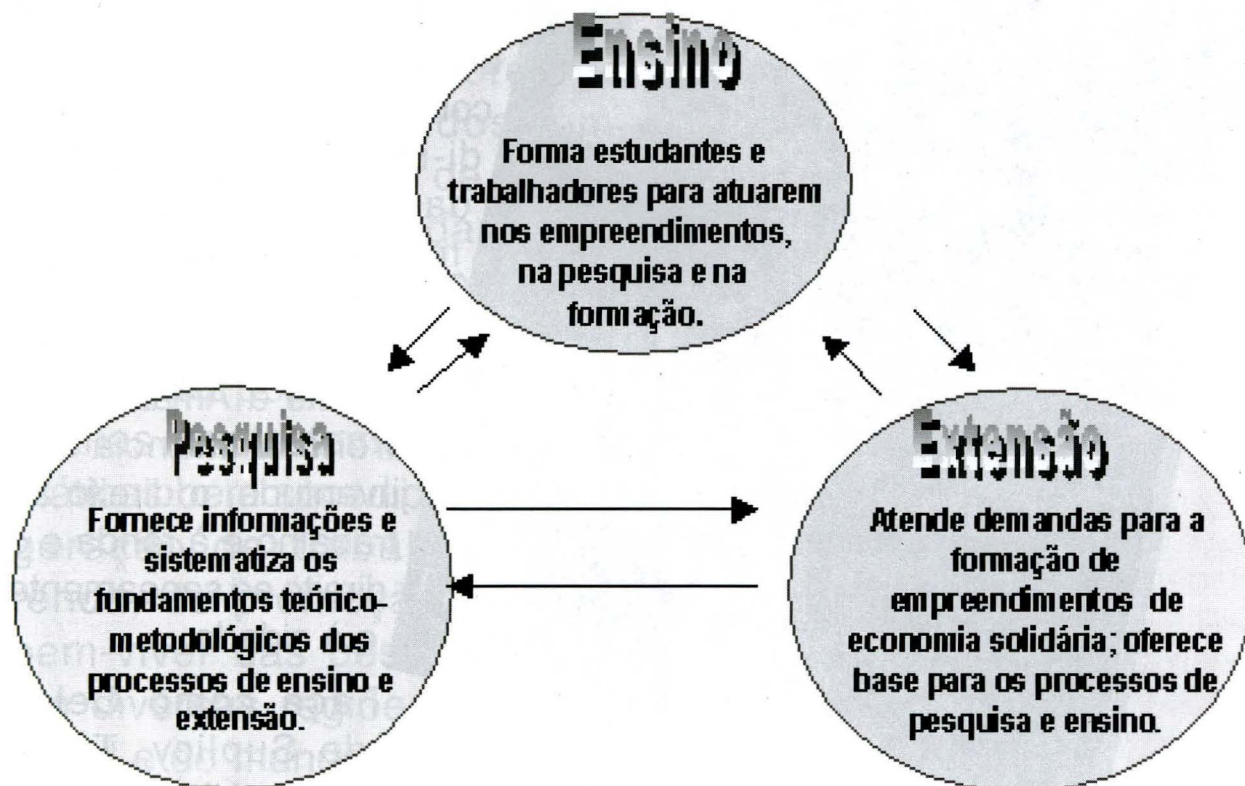
- Criação de um espaço multiplicador de produção do conhecimento científico e tecnológico, envolvendo diferentes áreas através de cursos, monografias, teses, estágios entre outros.

- Incentivo ao convívio e à troca de sabe-res entre os três segmentos universitários.

- Implantação de Programas de Suporte Técnico para empreendimentos de economia solidária.

- Efetivação do papel de vanguarda das Universidades na articulação política junto a órgãos públicos e privados, necessária à construção de parcerias.

- Fortalecimento da missão de agente de desenvolvimento local e regional das Universidades envolvidas.



Focos de atenção especial no desenvolvimento das atividades

- Relação entre a cultura universitária e a cultura dos grupos populares.

- Regiões mais carentes do interior do Nordeste, da região Centro-Oeste e do interior da Amazônia.

- Empreendimentos na área rural, envolvendo agricultura orgânica e manejo

sustentável dos recursos naturais.

- Política clara de gênero, possibilitando que as mulheres também participem nas estruturas decisórias dos empreendimentos.

- Combate ao trabalho infantil e a todas as formas de discriminação no trabalho.

ASSINE PROPOSTA



Publicada há 30 anos pela FASE, a **Proposta** é um instrumento da nossa luta contra a desigualdade e por di-reitos humanos fundamentais negados à maioria dos brasileiros: o direito à informação e à cultura, o direito à água, o direito à Amazônia, o direito à infância e à juventude, o direito ao trabalho e à renda e o direito ao saneamento e à cidade.

Faça como Celso Furtado, Eduardo Suplicy, Tânia Bacelar, Amélia Cohn, Paul Singer, Alba Zaluar e tantos outros: apóie e divulgue **Proposta**.

O valor da assinatura anual (4 exemplares) é de R\$32,00. Deposite no Banco Bradesco S.A., agência 227-5, conta corrente 95475-6 e envie junto o comprovante e seus dados via fax (0xx21) 2286 1209 ou envie cheque nominal à FASE para Rua das Palmeiras, 90, Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro, RJ, a/c Setor de Publicações.

Para maiores informações envie e-mail para sbrandao@fase.org.br ou pelo telefone (0xx21) 2286 1441.

PROPOSTA RECOMENDA

Como organizar redes solidárias, (org.) Euclides Mance, FASE/IFIL/DP&A. 387 pgs Preço R\$ 30,00

Este livro se destina a organizações da sociedade civil, consumidores e trabalhadores, produtores e prestadores de serviços interessados em organizar e participar de redes de colaboração solidária. É uma valiosa ferramenta no trabalho de organização e educação popular. Não é apenas um testemunho de práticas bem sucedidas de geração de trabalho e renda, de promoção do bem-viver das pessoas em diversas regiões do Brasil e do mundo. Explica detalhadamente como se podem organizar práticas similares, indicando procedimentos possíveis e cuidados a serem tomados, compartilhando a experiência concreta, cotidianamente aprimorada, na construção de redes solidárias de diversos tipos.



Para adquirir visite o site www.fase.org.br ou
e-mail sbrandao@fase.org.br

para maiores informações ou, ainda, ligue para Tel. 21 - 22861441.

Venha visitar e conhecer o site da **FASE**



Solidariedade e Educação

Sobre a Fase Demonstrativos Redes e parcerias Ações da Fase Regionais Círculo de Amigos Fale conosco



Busca

OK

Agenda
Lançamento do livro "Diálogos entre as esferas global e local": dia 10/9, no Rio e dia 12/9, em São Paulo
Curso Restruturação Social das Grandes Metrópoles e o Papel das "Novas Classes Médias"
Seminário Brasil e Mato Grosso Sustentáveis e Democráticos - Reconstruindo Paradigmas, 12 e 13 de setembro, em Mato Grosso
Outros eventos»

O povo se revolta, a Aracruz festeja
Empresa festeja a vitória no STF, inaugurando mais uma fábrica e ignorando o drama das famílias expulsas. [Leia mais](#)

Outros Editoriais »

Círculo de Amigos
Conheça!
Revista Proposta
Outras Publicações


Destaques
Encontro Nacional de Agroecologia aponta caminhos para o desenvolvimento sustentável

Fique por dentro
Presidenciais respondem à enquete da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos

Números atrasados, catálogo de publicações,

fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

www.fase.org.br

Proposta

Economia Solidária e autogestão II

A crise do trabalho assalariado cuja ampliação do desemprego estrutural vem mostrando a sua cara mais perversa nos países periféricos faz com que a necessidade de um processo de construção de uma política nacional de Economia Solidária – que surge como uma resposta parcial ao quadro derivado do ajuste e das políticas neoliberais – se torne cada vez mais urgente. Por todo Brasil, no mês de junho, realizou-se as plenárias dos Fóruns Estaduais da Economia Solidária que reuniu centenas de participantes em cada estado. Nos dias 27 a 29 de junho, estará se realizando em Brasília, a plenária do Fórum Nacional que deliberará sobre as políticas públicas da Economia Solidária. Dada a relevância da centralidade do trabalho na atual conjuntura a FASE resolveu dedicar dois números de **Proposta** a este tema.

O próximo número de **Proposta** trará as contribuições de José Luis Coraggio, que nos apresentará as novidades do seu pensamento teórico de construção dos conceitos ligados a economia popular através do seu artigo: *Profundizando el marco conceptual de la economía popular: ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?*; Euclides Mance, nos contará a história do Portal da Rede Solidária, seus serviços, impasses e perspectivas; Sandra Mayrink Veiga a economia solidária e o processo de constituição de fóruns; Daniel Rech que escreverá sobre a construção de iniciativas viáveis social, política e economicamente com base nos empreendimentos de economia solidária com a convicção cultural dos envolvidos de que é possível construir autonomia e dignidade em conjunto e o papel das cooperativas nessa construção; Rosemary Gomes nos dará o estado da arte do comércio justo através de um panorama mundial; Jandir Pauli analisará a experiência de organização de consumidores em uma Cooperativa de Consumo Crítico Solidário é Coletivo de Passo Fundo no Rio Grande do Sul; Luigi Verardo relatará a trajetória da ANTEAG – Associação Nacional das Empresas Autogestionárias.

Proposta quer dar seguimento às discussões sobre as possibilidades de construir um novo tipo de política de desenvolvimento baseada em redes horizontais de produção e consumo com escala desenvolvidas sobre um território definido visto como bacia de negócios intensivos em termos de cooperação autônoma das classes trabalhadoras e como motor propulsor de desenvolvimento sustentável que desabrocha a cultura das regiões. Isso somado ao tema da radicalização, aprofundamento e ampliação da democracia, pode abrir um amplo campo de mudanças no projeto de emancipação de todos brasileiros e brasileiras.

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 2286-1441 • Fax: (021) 2286-1209

próximo número

Em PROPOSTA, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Como Fazer sua Assinatura de PROPOSTA

- Valor da Assinatura Anual R\$ 32,00 (trinta e dois reais).
- Como Fazer sua Assinatura de PROPOSTA
- Depósito bancário à FASE no Banco Bradesco, conta 95475-6, agência 227-5 Botafogo. Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2286-1209.
- Através do site www.fase.org.br
- Cheque nominal à FASE no valor de R\$ 32,00. Envie juntamente com seus dados, para o endereço: Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
- Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.
- Para maiores informações: (021) 2286-1441 ou sbrandao@fase.org.br.

